



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 62

III Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 25 de Janeiro de 2007

Presidente: *Deputado Fernando Menezes (substituído no decorrer da Sessão pelo Vice-Presidente Deputado Costa Pereira)*

Secretários: *Deputados António Loura e Cláudio Lopes (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Mark Marques)*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 20 minutos)

No Período de Informação Parlamentar foi apresentada a correspondência.

No Período de Tratamento de Assuntos Políticos proferiram intervenções os Srs. Deputados António Ventura (*PSD*), Luís Paulo Alves (*PS*), António Toste (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Pedro Gomes (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Piedade Lalanda (*PS*), Nélia Amaral (*PS*), Rogério Veiros (*PS*), Jorge Macedo (*PSD*), Nuno Tomé (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*).

Agenda da Reunião

1- Continuação das perguntas ao Governo Regional nos termos do nº 1 do artigo 180º do Regimento.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Pedro Gomes (*PSD*), Fernanda Mendes (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*).

2- Proposta de Resolução – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente a 2004”.

Participaram no debate os Srs. Deputados José Rego (*PS*), António Marinho (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria.

3- Proposta de Resolução – “Conta de Gerência da ALRAA”, a qual foi aprovada por unanimidade.

4- Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução – “Encerramento dos consulados nos EUA”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o pedido de urgência pelo Sr. Deputado Pedro Gomes (*PSD*), proferiram intervenções os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*) e Paulo Gusmão (*Indep.*).

Submetido à votação o pedido de urgência foi rejeitado por maioria.

5- Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório final por parte da Comissão Eventual de Revisão do Estatuto Político-Administrativo da RAA”.

O pedido de urgência foi aprovado por maioria.

6- Projecto de Resolução – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório final por parte da Comissão Eventual de Revisão do Estatuto Político-Administrativo da RAA”, o qual foi aprovado por maioria.

7- Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de Janeiro.

A proposta em apreço foi aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 20 minutos)

Presidente: Srs. Deputados bom dia.

Vamos dar início à chamada.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva Costa

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

António Gonçalves Toste Parreira

António José Tavares de Loura

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Fernanda Correia Garcia Trindade

Fernando Manuel Machado Menezes

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Hélder Guerreiro Marques Silva

Henrique Correia Ventura

Hernâni Hélio Jorge

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José de Sousa Rego

José Gabriel Freitas Eduardo

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira

Maria Fernanda da Silva Mendes

Maria Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano

Mariana Rego Costa de **Matos**
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno André da Costa Soares **Tomé**
Osório Meneses da **Silva**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos **Reis**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Maria da Silva **Gonçalves**
António Pedro Rebelo **Costa**
Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Jaime António da Silveira **Jorge**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José Manuel Avelar **Nunes**
Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**
Mark Silveira **Marques**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**
Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Presidente: Estão presentes 45 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura de um documento que entrou na mesa.

Secretário (*António Loura*): Da Subcomissão da Comissão Permanente de Economia relatório e parecer sobre o Projecto de Proposta de Lei que “estabelece as bases do ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e define os princípios reguladores das actividades da pesca e da aquicultura nessas águas”.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (*PSD*): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Um dos objectivos da humanidade, nos nossos dias, prende-se com a necessidade de reduzir e/ou suprimir todo o tipo de burocracia que esteja associada à vida das pessoas.

Desburocratizar traduz-se numa forma de qualidade de vida e num bem-estar que permite desprender os cidadãos de morosidades e complexidades na maioria das vezes ligadas a papéis e filas de espera.

Porém, enquanto na maioria das actividades a redução de formalidades vai acontecendo, de uma maneira ou de outra, na Agricultura a burocracia tem crescido livremente, sem que existam iniciativas substanciais para a travar.

O Agricultor, para além de todos os preceitos legais que é obrigado a cumprir como qualquer outro cidadão que possui uma actividade autónoma, tem vindo a ser inundado por um volumoso conjunto de formalismos, exigências administrativas e controlos que tornam esta laboração saturante e desesperante. Sem dúvidas que está a tornar-se num refém de papéis e labirintos legislativos.

Evidentemente que muita desta burocracia resulta sobretudo das crescentes preocupações dos cidadãos para novas temáticas, como o meio natural ou o bem-estar animal que impõem à Agricultura uma severa disciplina nas suas práticas e orientações.

Outros formalismos surgem devido às persistentes inquietudes alimentares que periodicamente se fazem sentir, pelo que é necessário proporcionar segurança alimentar aos consumidores e segurança produtiva aos Agricultores.

No entanto, apesar destas circunstâncias é possível e desejável reduzir-se a excessiva complexidade diária que assola o Agricultor, libertando-o para o trabalho e a gestão que exige cada vez mais uma exploração agrícola.

Entenda-se que o Agricultor tem de estar muito presente na exploração, condições como a grandeza produtiva e a inexistência de mão-de-obra tornam-no numa constante ao longo do dia. Um cidadão preso a um trabalho sem horário ou férias.

Se já não bastasse esta realidade, a burocracia faz igualmente decrescer as disponibilidades de tempo do Agricultor para aspectos vitais da modernidade agrícola como seja a formação, face ao impreterível dinamismo adaptativo a novas situações que requerem maiores conhecimentos por parte dos profissionais da Agricultura.

A burocracia e a sua morosidade fazem aumentar o risco e a incerteza da actividade agrícola. A indeterminação do tempo de espera pelas decisões administrativas de intenções de investimento de média e longa duração criam nos jovens estados de desmotivação e inactividade conduzindo, em muitos casos, ao abandono das intenções.

Não tenhamos dúvidas que actuais complexidades formais na agricultura constituem um forte factor de repulsão à crescente e urgente atractividade geracional na agricultura açoriana.

Até ao associativismo agrícola as complexidades correntes roubam demasiadas horas, desviando as Organizações de Produtores das suas funções básicas para com a Agricultura e os Agricultores.

Identicamente, a tutela Regional absorve um enorme capital humano especializado no atendimento e preenchimento de muita papelada, quando estes Técnicos deveriam estar direccionados para outras funções.

Por outro lado, o Agricultor e a sua laboração são constantemente vasculhados. Cada medida de apoio Comunitária ou Regional exige um controlo o que está, desde logo, perfeitamente correcto como princípio da segurança e da transparência da aplicação dos dinheiros públicos.

É preciso averiguar e confirmar que os dinheiros públicos estão a ser devidamente aplicados, e a este propósito diga-se que o Agricultor não está contra as

fiscalizações, está sim contra a forma dispersa como os vários controlos são efectuados, ou melhor, quando o mesmo objecto de apoio é verificado quase dia após dia ou semana após semana.

Para mais, estes controlos implicam quase sempre prazos de pagamento mais tardios e por vezes muito tardios da entidade pagadora, acarretando dificuldades no planeamento económico da Exploração, designadamente nos compromissos financeiros assumidos.

Acresce ainda, o facto de alguns controlos serem realizados por Técnicos exteriores à Região que desconhecem a nossa realidade, e, portanto, insensíveis à especificidade Açoriana e que rotulam à partida o Agricultor como um eterno suspeito.

Reconhecemos as limitações de uma Região como os Açores diante do gigante Bruxelas, para levar eficazmente em frente esta ambição de atenuar a burocracia agrícola, mas também reconhecemos que é possível fazer mais para este desígnio. Esta necessidade precisa estar assinalada como uma prioridade na Agricultura Açoriana.

Aproveite-se, então e agora, a abertura dada por Bruxelas para este tema. A própria Comissão Europeia institui como próxima etapa uma íntima cooperação com os Governos Nacionais dos Estados Membros para expulsar do quotidiano do Agricultor grande parte da burocracia que enfrentam.

Reconhece a Comissão que esta é uma missão que não pode realizar isoladamente, pelo que convida os Estados Membros a assumirem a responsabilidade de reduzir a carga administrativa que pesa sobre os Agricultores e a evitar sobrecarregá-los mais. A atitude da Comissão revela uma ampla aceitação de que a multitude de dispositivos legislativos comunitários e nacionais são um estorvo, um grande estorvo para o Agricultor, aliás a Comissão tem vindo a ter algumas iniciativas, o próprio FEADER é exemplo disso.

As recentes palavras da Comissária para a Agricultura Fischer Boel são reveladoras da consciência da amplitude da burocracia enquanto entrave para os Agricultores, que passo a citar: “O tempo que os Agricultores gastam a preencher formulários é tempo perdido em termos de trabalho real. Se conseguirmos reduzir a carga

administrativa imposta aos Agricultores e às empresas do sector, os ganhos em termos de competitividade e de criação de novas oportunidades de emprego serão evidentes”, fim de citação.

Todavia, a solução para este problema não deve ser unicamente encarada como algo distante e num patamar de difícil acesso, pois no plano Regional existem, certamente, procedimentos que poderiam ser mais agilizados, outros melhor coordenados e outros crescentemente substituídos pelas novas ferramentas tecnológicas.

A simplificação deve ser eleita como uma meta na Região, aliás como já alguns Países e Regiões o fizeram, baptizando os anos de 2006 e 2007 como tendencialmente “anos zero de papéis”. A verdade é que conseguiram mesmo diminuir abundantemente a quantidade de papéis e de exigências administrativas que envolvem a actividade agrícola, com esforço e empenho nesta causa.

Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

É possível encontrar-se soluções para descomplicar o quotidiano do Agricultor. É por exemplo possível concentrar-se medidas de controlo, é possível utilizar as novas tecnologias, é possível existir maior celeridade na análise processual de determinados projectos, é possível existir uma maior intercomunicação departamental e é, por exemplo, possível centralizar trâmites legais criando-se uma base de dados que sirva os diversos departamentos.

Mas, para isso é, acima de tudo, indispensável que o Governo Regional identifique e catalogue para a Agricultura da Região os vários constrangimentos processuais que afogam o Agricultor para que possa posteriormente encontrar, e dentro das suas possibilidades, a forma de os tornar mais fáceis e rápidos.

Nesta tarefa é imperioso envolver os Agricultores através de consulta e de voluntariado, quer no reconhecimento dos incómodos burocráticos, quer nas suas soluções, visto serem os Agricultores os receptores finais das medidas implementadas e a implementar.

Meus senhores e minhas senhoras se queremos ter um modelo de Agricultura inovador, competitivo, qualitativo e sustentável temos de desobstruir o caminho, o

que passa, também, pelo emagrecimento dos formalismos que atingem a Agricultura deste Arquipélago.

É perante esta consciência da quantidade de formalismos que engorda na Agricultura e que criam barreiras de dificuldades ao Agricultor, é perante uma nova baliza temporal de ajudas comunitárias e é perante a necessidade desta meta ser assumida como uma prioridade na Região, que o PSD deixa este alerta de forma a sensibilizar o Governo para uma urgente actuação a favor da desburocratização na Agricultura Açoriana.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Estão inscritos o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas e o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Exmo. Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão da burocracia na agricultura, ou noutro sector de actividade qualquer, é sempre muito importante e “cara” para as pessoas envolvidas.

É sempre uma matéria de fácil abordagem. É fácil dizer que vivemos em burocracia, são só papéis, filas de espera, controlos infundáveis, repetidos.

Mais fácil se torna quando as pessoas não têm que cumprir os normativos que exigem muita dessa burocracia da qual nos queremos livrar.

Recordo que desde que Portugal aderiu à Comunidade Económica Europeia, então assim chamada, no que diz respeito à agricultura, todos os apoios ao rendimento que eram necessários serem feitos, passavam muito pela existência de técnicos que foram chamados das suas actividades e vocações naturais para virem preencher papéis de apoio ao rendimento dos seus produtores. Toda a gente sabe que assim foi. Os técnicos deixaram de fazer a sua actividade normal, nomeadamente em termos de

apoios às produções e aos produtores e passaram a apoiar o rendimento dos produtores. São mais de 20 anos nisso.

Ao fim de todo esse tempo dizer-se que a burocracia é asfixiante, representa algum desconhecimento daquele que é o quadro normativo, ainda existente, em todos os apoios comunitários, em todo o investimento agrícola.

Deputado Pedro Gomes (PSD): É sempre a mesma “cassete”!

O Orador: Não é “cassete”. O Sr. Deputado desculpe, mas a mim não me fale de cassetes.

Em relação àquela “cassete” que o seu colega Deputado António Ventura aqui vem falar, já estou farto de dizer publicamente que eu próprio estou apostado, e já me ouviram dizer isto em diversas circunstâncias, em defender a necessidade de reduzir os técnicos atrás da secretária, em reduzir a burocracia e devolver os técnicos à sua vocação originária. E toda a gente me ouviu dizer que a oportunidade que poderíamos ter era esta agora, a da preparação do novo Quadro Comunitário de Apoio.

Não venham aqui fazer-se de “virgens”, trazendo um assunto como se ele já não tivesse sido abordado, inclusivamente pelo próprio secretário, sendo esta uma preocupação fundamental.

É preciso que se saiba, e os senhores sabem porque estiveram aqui vários anos, que a burocracia e os técnicos atrás da secretária resultaram da necessidade de trazer os técnicos a preencher e a apoiar os produtores para obterem rendimento. Esta é uma das verdades.

Relativamente às oportunidades que agora se colocam é bom também não esquecermos uma outra coisa: vamos devolver os técnicos à sua vocação originária, apoiar as produções, vamos reduzir o processo burocrático, vamos reduzir a carga administrativa. É certo que isso é possível de fazer agora num novo Quadro Comunitário, mas é muito difícil de fazer, principalmente porque isso vai exigir maior responsabilidade dos serviços e maior responsabilização dos produtores. Toda a gente sabe que é assim.

Mas também toda a gente sabe que ao mesmo tempo que se pretende diminuir a burocracia outros problemas e exigências se colocam. Colocam-se problemas às

explorações nas normas do licenciamento, colocam-se problemas às explorações no registo de aplicação de medicamentos, colocam-se inclusive problemas à agricultura e aos serviços que deviam ter os seus técnicos disponíveis para apoiar os produtores. Depois, quer-se que eles andem a perguntar, de produtor a produtor, quanto é que ele gasta para produzir, quanto é que ele consome, quantos é que são os seus custos de produção, quanto é que a comercialização tem a ver na formação dos preços, o que é que a indústria ganha ou perde em cada momento. Isto é carga burocrática para os serviços. É trazer técnicos para dentro dos serviços, para mais carga burocrática e para não fazerem aquilo que devem efectivamente fazer.

Para concluir, relativamente aos controlos, também todos sabem que os controlos feitos aos apoios nos Açores, como em todo o país, são de vários níveis e graus e toda a gente sabe que os controlos que dependem dos serviços regionais são feitos atempadamente.

Toda a gente sabe qual a consequência dos controlos, o que é que acontece com a entidade pagadora e o que é que acontece nomeadamente quando os controlos são feitos a nível superior. São atrasos infundáveis contra os quais nos debatemos todos os dias e que, infelizmente não são ultrapassados, em alguns casos, e oxalá que tenhamos a capacidade, no próximo Quadro Comunitário, de estabelecer regras de gestão do quadro e dos pagamentos dos apoios que não levem a situações dessa natureza.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(*) Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para reafirmar aqui a importância da burocracia na agricultura e na vida quotidiana de todos nós.

As preocupações que pela voz do Sr. Deputado António Ventura foram aqui trazidas são sérias, afectam os produtores desta região...

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... e também são preocupações que todos os dias o Governo do Partido Socialista, e o próprio Partido Socialista, também lutam para a sua desmantelação.

É preciso não esquecer, e na parte das preocupações, que subscrevemos a sua quantidade e a sua gravidade.

Na parte dos responsáveis por essa burocracia aí divergimos e pensamos que o PSD esqueceu que a burocracia instalou-se ao longo de várias reformas da Política Agrícola Comum, muitas vezes contraditórias, com regulamentos que se foram multiplicando, com normativos que se foram implementando no terreno, criando esta teia, quase impossível muitas vezes, de dar resposta por parte dos agricultores e dos lavradores.

Nesse aspecto o Sr. Secretário também já aqui revelou várias vezes a sua intenção e o seu esforço de colocar no terreno os técnicos da secretaria, a dificuldade que isso acarreta por forma a que eles consigam desempenhar as tarefas que são obrigatórias por parte da Comunidade e que levam a que, quer a Administração, quer os produtores, se vejam enleados em procedimentos, em controlos que muitas vezes se duplicam e que muitas vezes serão necessários. Aliás, esta análise já foi feita.

A própria Comissão Europeia já reconheceu a complicação que toda a PAC conduziu no terreno e aponta precisamente como uma das suas prioridades a desburocratização e a simplificação da PAC. Portanto, neste sentido, penso que estamos todos de acordo.

Quanto aos responsáveis serão sobretudo aqueles que foram reformando e complicando a aplicação da Política Agrícola Comum no território europeu.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 2005, assinalámos no nosso discurso relativamente ao plano do Governo que isto tinha que ser uma meta a atingir e algo que tinha que se fazer gradualmente, de modo a diminuir a burocracia.

Contudo, passados 2 anos de governação, muitas das questões que não dependem de Bruxelas (Bruxelas é um gigante, evidentemente não é possível impormos a Bruxelas aquilo que nós queremos) é possível, dentro da Região, melhorar e agilizar os procedimentos administrativos.

Dou alguns exemplos:

É possível concentrar controlos. O IAMA e o DAS fazem controlos idênticos dos mesmos controlos. É o caso do SNIB.

A DRA e o DAS também fazem controlos administrativos idênticos, no caso do POSEIMA vacas leiteiras.

Portanto, nós estamos a falar de dois organismos regionais que fazem o mesmo em épocas distintas, em dias diferentes.

Por outro lado, o agricultor, por exemplo, tem um projecto de investimento. Quer saber como é que anda o seu projecto, qual é o desenvolvimento, qual é o progresso do seu projecto de investimento? Vai aos serviços de ilha atiram-no para o IROA; vai ao IROA atiram-no para o IFADAP; vai ao IFADAP atiram-no para a Associação. Enfim, anda numa roda viva sem que exista uma estrutura, uma base que todos os serviços possam consultar, em que ele se dirija a um balcão, a qualquer balcão, e são balcões do Estado, e seja informado directamente da situação do seu projecto.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Isso é roubar tempo ao agricultor.

Após dois anos, depois do nosso alerta inicial, havia que esperar que o Governo tomasse iniciativa.

É verdade que tem sido anunciado que é preciso reduzir os técnicos que existem nas secretarias. É preciso pôr esses técnicos lá fora. Eles ainda não estão lá fora.

É preciso agilizar os procedimentos!

É verdade que os procedimentos não estão agilizados. Dentro da liberdade que os Açores têm, que a Administração Regional tem para fazer isso, não foram feitos esses procedimentos.

Portanto, nós não só estamos a dizer que não foram feitos, como também dizemos que é preciso aproveitar a oportunidade e alguns exemplos dados pela Comissária, para que a Região e o Estado a nível nacional, todo o Estado-membro, possam aqui descomplicar o quotidiano do agricultor relativamente a isso.

Na verdade, é preciso pôr o agricultor a fazer a sua função base. A função base da agricultura é produzir alimentos e o agricultor cada vez tem menos tempo para fazer isto.

A Administração não colabora na redução do número de horas que é necessário existir para que ele tenha tempo para estar mais presente, constantemente presente na exploração, uma vez que aspectos como a dimensão económica, a dimensão parcelar, a dimensão administrativa, a falta de mobilidade da terra e a falta de mão-de-obra leva a que o agricultor esteja cada vez mais presente na sua exploração.

É isto que não tem acontecido. É este alerta que nós deixamos: sensibilizar o Governo para aquilo que não fez, para aquilo que podia fazer e para as oportunidades que tem pela frente para poder fazer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Comissária da Agricultura tem feito, de facto, várias chamadas de atenção para a necessidade de reduzir o tempo perdido pelos agricultores nos seus processos e nas suas burocracias, mas apesar deste apelo é também a Sra. Comissária que ajuda a formatar os regulamentos comunitários.

Os regulamentos comunitários fixam as regras, as condições e os procedimentos a observar.

Portanto, pese embora o discurso de todos nós ser um discurso favorável à desburocracia, favorável ao aliviar da carga burocrática dos nossos produtores e de todas as actividades em geral, o que é certo é que a matriz jurídica formativa ou formatadora dos muitos apoios exige e impõe burocracia no dia a dia. O Sr. Deputado se estiver de boa vontade reconhece que é assim.

Podemos perguntar até que ponto é que o Governo Regional ou as autoridades nacionais podem, no âmbito da sua liberdade de actuação, trazer mais burocracia àquela que é exigida comunitariamente ou limitar-se apenas àquilo que é exigido comunitariamente, ou seja, não “sermos mais papistas do que o Papa”.

Nessa matéria já foram detectadas situações em que os Governos Regional e Nacional deverão eliminar algumas situações que têm maior exigência do que aquela que o quadro originário comunitário impõe, mas também nós reconhecemos e sabemos que há cada vez mais exigências no quadro comunitário que impõem novas burocracias e novas cargas administrativas aos produtores.

Relativamente aos controlos e aos projectos dos agricultores queria dizer-lhe o seguinte:

Não há rigorosamente nenhuma duplicação dos controlos. Esqueça isso! Não pense em nada disso.

Nós temos na orgânica do Governo e da Secretaria Regional, a Direcção Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura que concentra neste momento tudo o que é o procedimento dos apoios comunitários e temos serviços no IAMA que procedem ao controlo.

Os serviços operativos de ilha são de uma e outra organização. Os serviços operativos de ilha respondem às actividades da estrutura superior da secretaria de uma forma unitária.

Agora o que acontece, Sr. Deputado, é que há diferentes controlos em diferentes momentos do processo que são impostos numa percentagem que nós até consideramos elevadíssima. Aliás, os senhores devem lembrar-se, e o Sr. Deputado em particular, que há bem pouco tempo atrás, há uns dois anos, quando era outro o Sr. Ministro, até se falou, e agora estamos com o mesmo problema, que as percentagens de controlo na Região eram elevadíssimas relativamente àquilo que deviam ser. Falando a lei numa percentagem de 5% de processos, foi imposta à região, e agora tornou a haver essa tentativa, o controlo de 10% dos procedimentos e dos apoios concedidos.

Estas questões muitas vezes trazem complicação, porque o IFADAP, ele próprio, como entidade que gere e controla os apoios e faz os pagamentos, faz os outros controlos às explorações. Aí é que há duplicação e não nos serviços regionais.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sua última intervenção fiquei sem saber se estava a tentar contradizer-me ou se estava apoiar-me.

De qualquer modo, deixe-me dizer-lhe o seguinte:

Um agricultor quando entrega um projecto de investimento é no balcão dos Serviços de Desenvolvimento Agrário da sua ilha. Portanto, para saber alguma informação poderia dirigir-se também a esse balcão uma vez que entregou o seu projecto lá. A verdade é que nesse balcão não conseguem dizer-lhe nada, rigorosamente nada sobre o seu processo e então é empurrado, como já disse, de balcão para balcão, até receber, até ter acesso a algum tipo de informação.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): O IFADAP nunca respondeu!

O Orador: Falou também aí nos controlos.

Nunca assisti, e desde que eu estava no associativismo, a tamanho desentendimento que existe entre a Região e a República relativamente ao pagamento dos apoios comunitários.

É raro o pagamento do apoio comunitário em que a Região não seja prejudicada. Inclusive os agricultores das Flores ainda estão à espera de apoios de 2004.

Esse entendimento político nunca foi tão grave. Nunca se notou, de facto, um desentendimento tão elevado, de maneira a que a República entenda as nossas especificidades. Ou seja, os agricultores açorianos recebem sempre muito mais tarde os seus apoios comunitários que têm direito e sempre fora do calendário de pagamentos que agora é anunciado, porque antes não era. Por várias vezes nós refilemos por causa desse tipo de situação.

Foram 3 os requerimentos sobre esse assunto...

Deputado José Rego (PS): Os seus requerimentos são ordens para o Governo!

O Orador: Não são ordens, mas deixe dizer-lhe o seguinte:

O INGA não queria publicar o calendário de pagamentos. Eu acho muito bem o facto da Região ter conseguido que o INGA publicasse o calendário de pagamentos, porque para o planeamento das explorações é necessário que o agricultor saiba quando é que vai receber, só que o dia ou semana que estão lá marcados, raramente coincide com o dia de pagamento, porque há sempre problemas de ordem

administrativa entre o Continente e a Região, não reconhecendo a nossa especificidade.

Deputado José Rego (PS): A Ilha das Flores é que não é chamada!

O Orador: Não é só o problema das Flores, são vários. Recentemente aconteceu com os produtos lácteos. Portanto, é raro o pagamento em que isto não acontece.

Deputado José San-Bento (PS): Foi antecipado, Sr. Deputado!

O Orador: Mas estava anunciado que ia ser antecipado. É o que está lá anunciado e que não é cumprido. Isto é que interessa.

Não foi um pagamento surpresa. Está planeado, estava agendado no programa de pagamentos e o que está anunciado não é cumprido. A questão é esta. Ou seja, há um desentendimento evidente. Os agricultores açorianos estão prejudicados efectivamente às épocas de pagamento que acontecem.

É esse tipo de entendimento, é o facto de na Região ser necessário agilizar, concentrar, de haver uma base de dados comum.

Também na época das candidaturas, que aliás se aproxima, isso também vai acontecer. O agricultor terá que andar entre os vários serviços a requerer uma quantidade de papéis para a sua candidatura, quando os próprios serviços, porque faz parte tudo da Administração Regional, podiam entre si comunicar, haver uma maior intercomunicabilidade entre si, de modo a que evitasse roubar essas horas aos agricultores de andar de serviço em serviço a recolher os documentos essenciais para elaborar a sua candidatura.

Presidente: Sr. Deputado, tem que concluir.

O Orador: Terminei já, Sr. Presidente.

Eu também esperava, Sr. Deputado, que depois de eu lhe ter dito terça-feira o tema que ia falar, pudesse vir hoje aqui enunciar um conjunto de medidas para os agricultores, porque era esta a intenção da minha intervenção, e que hoje pudéssemos saber que medidas é que na prática vão ser implementadas para reduzir a burocracia.

Portanto, quando disse isto na terça-feira, esperava que passados 3 dias existissem medidas, mas ficou claro que não existem medidas.

Deputado José Rego (PS): Não é hoje!

O Orador: Mas por que é que não é hoje? Hoje também não é um dia? Hoje o tema não está a ser discutido? Por que é que não enunciam hoje um conjunto de medidas? Assim, os agricultores ficavam a saber que o Governo está preocupado com o tema. O que é que nós notamos?

Nós daí notamos uma reacção, uma resposta, mas nada em concreto, nenhuma medida para implementar no futuro.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

Deputado António Toste (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na minha primeira intervenção aqui nesta Assembleia afirmei que o sector agrícola era um Pilar fundamental da Economia Regional. Era e continua a ser.

Falei do desenvolvimento agrícola imprimido pelos governos do Partido Socialista nestes últimos anos, nomeadamente os investimentos efectuados nas explorações agrícolas, a modernização das indústrias transformadoras regionais e a Rede Regional de Abate que foram investimentos cruciais para o desenvolvimento e para a modernização da nossa agricultura.

A rede de caminhos agrícolas era praticamente inexistente, bem como a falta de água e a electricidade nas explorações agrícolas. Tenho a consciência que ainda há muito por fazer, mas é também por isso que aqui estamos, para continuar a trabalhar pelo progresso e pelo desenvolvimento.

No mundo moderno de hoje e com a globalização dos mercados a competitividade é constante, devemos por isso estar preparados. Esta é uma realidade que não deve ser exigida apenas às entidades oficiais, mas a todos nós. Com a dispersão geográfica da Região e a dimensão do mercado, o nosso esforço será sempre maior.

Perspectivei essencialmente a evolução da fileira da carne, acreditando que, com a Rede Regional de Abate concluída, com as novas unidades de transformação de alimentos para animais, com o significativo aumento dos direitos de vacas aleitantes e ainda com o aperfeiçoamento no apuramento das melhores raças especializadas na

produção de carne, seria possível fazer da fileira da carne um sector apetecível e rentável. Através de uma melhor comercialização, quer na Região, quer na exportação para o continente português, ou até mesmo para outros mercados.

No passado, a fileira da carne nos Açores nunca tinha sido abordada como um grande sector de produção, ou até mesmo como uma actividade principal. Em parte, por falta de conhecimentos e de condições, como, por exemplo, a inexistência de uma Rede de Abate na Região com capacidade de resposta e com condições higiénicas e sanitárias. Foram efectuados grandes investimentos na fileira do leite, descurando-se assim as potencialidades e as mais valias da fileira da carne.

No entanto, continuo a acreditar que temos capacidade e condições para melhorar ainda mais a nossa agricultura, continuando a apostar na diversificação e diferenciação dos nossos produtos, desenvolvendo parcerias com as Associações Agrícolas, Cooperativas e privados, procurando sempre a valorização do produto e o rendimento dos nossos agricultores.

Há algum tempo atrás, o sector da carne atravessava algumas dificuldades, quer no escoamento, quer na valorização do produto, hoje, o preço subiu significativamente, verificando-se uma grande procura de animais para o abate.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O total de bovinos abatidos nos Matadouros da Região, no ano de 2005, registou um acréscimo de 15,6% (+ 5.722 cabeças), quando comparado com o período homólogo de 2004.

O novo Matadouro da Ilha Terceira, cuja sala de desmancha entrou em funcionamento em meados de Julho desse mesmo ano, foi o que mais contribuiu para este aumento.

O gado bovino abatido para consumo público local, no Matadouro da Ilha Terceira, no referido ano de 2005 atingiu o total de 7.675 cabeças. A exportação atingiu as 2.497 cabeças, sendo o total aprovado de 10.172 cabeças.

Comparativamente ao período homólogo do ano de 2004, o consumo local cresceu 20,2% e a exportação cresceu 60,8%.

O total de bovinos abatidos para exportação, nos Matadouros da Região, no ano de 2005, atingiu as 5.789 cabeças, comparativamente ao período homólogo de 2004

cresceu 55,6%, (+2.069 cabeças). Só o Matadouro da Ilha Terceira registou um aumento de 944 cabeças.

Os últimos dados estatísticos demonstram que o abate de gado bovino nos Matadouros da Região continua a crescer. De referir o significativo aumento de abate de animais para exportação no Matadouro da ilha Terceira que, comparativamente ao período homólogo de 2005, registou uma taxa de crescimento de 119,7% (+2.989 cabeças).

O total de bovinos abatidos para exportação, nos Matadouros da Região, no ano passado atingiu as 7.979 cabeças, registando um acréscimo de 37,3%, (+2.160 cabeças), quando comparado com o período homólogo do ano de 2005.

Vieram contribuir para esta realidade a Rede Regional de Abate, especialmente o Matadouro Industrial da Ilha Terceira, com a sua sala de desmancha a funcionar em pleno. A empresa que explora a respectiva sala abate neste momento e desmancha à peça, em média, 70 bovinos por semana. Têm ainda como objectivo atingir a curto prazo as 90 cabeças e a médio prazo aumentar para as 120 cabeças semanais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De forma a fortalecermos cada vez mais o segmento da produção de carne será necessário criar e acabar com qualidade o máximo de animais até ao abate, conseguindo-se assim uma melhor valorização do produto e a manutenção na Região das mais valias que nos escaparam ao longo de décadas.

Na fileira da carne ainda existe algum caminho a percorrer, como é exemplo a promoção do melhoramento do efectivo animal e regimes alimentares, a manutenção dos padrões de sanidade animal de excelência de todo o efectivo, a criação de condições para um melhor acabamento e capacidade de oferta contínua e a procura de novas parcerias para exportação e comercialização.

O reforço dos pontos acima referidos continuará a melhorar o rendimento dos nossos produtores de carne. Só assim, de forma sustentada, podemos rentabilizar este sector.

No entanto, a fileira da carne ainda não apresenta condições para se afirmar como uma actividade de grande expressão a título principal, como por exemplo a actividade leiteira, contudo contribui decisivamente para a diversificação da nossa

agricultura e para o rendimento complementar dos agricultores, demonstrando cada vez mais condições para vencer, como aliás, os últimos resultados bem o demonstram.

Este processo vem colocar novos desafios a todos os agentes envolvidos: associações, produtores, industriais, comerciantes e até mesmo o próprio Governo Regional. Será necessário manter uma presença efectiva da Carne dos Açores nos mercados, para isso contamos com a Rede Regional de Abate, que proporciona também uma enorme mais valia nas condições de higiene e segurança alimentar, de que a Região se pode orgulhar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há estudos que revelam que o sistema de produção tradicional açoriano, comparado com o sistema intensivo de produção no continente português, a qualidade da gordura da carne é bastante superior nos animais criados no sistema açoriano. No entanto, as carcaças produzidas exclusivamente na pastagem podem revelar-se sem a conformação necessária para o processo de certificação como carne IGP – Indicação Geográfica Protegida.

Por esta razão, o acabamento é a fase que necessariamente precisa de um complemento energético à base de cereais ou outros concentrados energéticos, nos termos do caderno de especificações. Estes em maior ou menor quantidade não devem penalizar a qualidade da carne.

Com a concorrência e o mercado cada vez mais aberto para a sobrevivência dos produtos açorianos será necessário apostar na qualidade e na marca “Açores”.

Neste contexto, é necessário e urgente que todas as entidades envolvidas se unam para a decisão na aposta a seguir na fileira da carne: denominação IGP – Indicação Geográfica Protegida, deverá certificar apenas a carne bovina disponível na Região produzida nos termos do caderno de especificações, o que neste momento deixa de fora mais de 90% do que se produz nesta fileira; denominação do grosso da produção de carne com clara identificação da sua origem nos Açores.

Para a Região, para os nossos agricultores em especial e para os produtores de carne em particular seria uma mais valia obtermos uma identificação para toda a carne açoriana, sem prejuízo da IGP – Indicação Geográfica Protegida.

As vantagens desses dois produtos poderão ser:

- Carne dos Açores - Indicação Geográfica: de menor produção, um produto com garantia de origem geográfica (conforme o caderno de especificações), de excelência, dirigido a determinados nichos de mercado e possivelmente de maior valorização do produto.

- Identificação de origem: de maior produção, um produto garantido em qualidade, dirigido a todos os mercados, mas sobretudo que garanta a produção de um produto, para exportação contínua e com a divulgação que se pretende da marca Açores.

Da tribuna desta Assembleia faço um apelo a todos os agricultores e a todos os produtores de carne, às Associações, à Federação Agrícola dos Açores, aos comerciantes de carne e ao próprio Governo Regional, para que unam esforços no sentido de se avaliar essas duas referências de identificação da carne produzida nos Açores.

É de extrema importância haver no mercado exterior, continental ou outro, carne açoriana, mas será uma mais valia para a Região que essa mesma carne esteja perfeitamente identificada como carne nascida, criada e abatida nos Açores.

Pretende-se assim que a Carne dos Açores esteja sempre e cada vez mais nas prateleiras dos grandes mercados como um produto de qualidade dos Açores para os consumidores e, não como um produto indiferenciado.

Quero ainda realçar a última distribuição de direitos de vacas aleitantes, que passou dos pouco mais de nove mil para mais de vinte e um mil direitos, representando uma melhoria significativa na fileira da carne e, conseqüentemente, um significativo crescimento do rendimento das explorações especializadas na produção de carne.

De realçar também a oportunidade da realização do 2.º Congresso Regional da Carne dos Açores, numa parceria de organização do Governo Regional e das Associações Agrícolas da Graciosa e com participação de cerca de 300 agricultores de todas as ilhas. Aprofundou-se questões relacionadas com este sub-sector da agricultura, com o debate de temas extremamente actuais, quer da produção, quer do mercado, bem como de acções de formação e informação sobre a carne, carcaça, aproveitamento e corte da carcaça, valorização da carne, etc., o que muito contribuiu para fortalecer o conhecimento daqueles que, participaram no congresso.

Continuamos de forma empenhada a procurar contribuir para o progresso dos nossos agricultores. Os açorianos podem e devem contar sempre com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e com o Governo, na luta por melhores condições e pelo desenvolvimento da nossa terra.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Estão inscritos os Srs. Deputados António Ventura, Henrique Ventura e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Evidentemente que o tema da carne é sempre um tema importante. Para nós não virmos fazer só um relatório daquilo que está feito, interessa também perceber o que é que o Governo tem previsto, inicialmente na opinião do Sr. Deputado António Toste, nalguns aspectos que são essenciais para a viabilidade e sustentabilidade da produção de carne nas circunstâncias actuais, não só nacionais, mas também comunitárias.

Gostava de saber, por exemplo, quais são os métodos que o Governo pensa implementar para melhorar a salubridade da carne?

Por exemplo, qual o genotipo mais adequado relacionado com o ambiente e qual é o tipo de raça que se adequa mais a esse genotipo tendo em conta o tipo de consumidor que nós temos?

Respondam-me a isto.

Gostava também de saber a vossa opinião sobre a última legislação do bem-estar animal que foi publicada na União Europeia?

Gostava de saber quais são as alterações que os senhores acham essenciais fazer no caderno de especificidades da carne IGP de maneira a abraçar o maior número de carcaças?

Respondam-me a essas questões e assim ficarei esclarecido que os senhores têm um projecto para o futuro e não têm só um projecto do passado?

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

Deputado Henrique Ventura (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Deputado António Toste trouxe aqui um tema actual, fez um ponto da situação que para nós é importante e o que se esperava da intervenção do Sr. Deputado António Ventura era a mesma seriedade que foi usada na intervenção do Luís Paulo Alves aquando da intervenção do Sr. Deputado António Ventura.

Ao contrário disso, o Sr. Deputado António Ventura vem aqui, se calhar, “atirar alguma areia” para os nossos olhos.

Nós pensávamos, Sr. Deputado, que, no seu tempo, nos estudos encomendados à Federação Agrícola dos Açores, ...

Deputado António Ventura (PSD): No meu tempo não houve estudos!

O Orador: ... teriam sido previstas as raças a utilizar e todas essas questões que o senhor pôs.

Isto leva-me a concluir que os estudos não terão sido bem feitos.

Deputado António Ventura (PSD): Não houve estudos!

O Orador: Não houve nenhum estudo encomendado?

Deputado António Ventura (PSD): Não houve!

O Orador: Pelo amor de Deus!

Lembro ao Sr. Deputado António Ventura (naturalmente que o senhor recorda-se disto, mas deliberadamente ocultou) que o Governo Regional, até hoje, fez tudo o que tinha a fazer sobre a carne, sobre a sua classificação e certificação. Basta ler as declarações do actual Presidente da Federação Agrícola dos Açores, Dr. Virgílio Oliveira, que diz que o problema está do lado dos agricultores e não no lado do Governo. Se quiser eu posso ler excertos do jornal onde constam as declarações do senhor.

Só para lembrar que também lhe ficava bem ter chegado aqui e dizer mais ou menos aquilo que diz o actual Presidente da Federação Agrícola, ou seja, que o Governo cumpriu a sua parte.

Não é fácil levar os agricultores a produzir essa carne.

Se calhar, temos que concordar um pouco com aquilo que diz o Sr. Deputado António Toste de que, quando falamos de IGP, estamos a falar apenas de 10% da carne produzida nos Açores. A sua preocupação devia ser também para resolver o problema dos outros 90%.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado António Ventura (PSD): Foi a questão que coloquei: quais as alterações que acham necessárias?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A cadeia de valor da carne dos Açores, desde logo, tem que começar por ser analisada por uma circunstância de maneio e de tipicidade das nossas explorações pecuárias e temos que começar a olhar para ela conscientes da nossa realidade.

O que nós temos nos Açores em termos de produção de carne e em termos de exploração agro-pecuária, é um significativo número de explorações vocacionadas para a produção de leite, cujos excedentes de animais tipificados para o leite são colocados na fileira da carne, na cadeia de valor da carne. Desde logo, o número de animais que vem da produção leiteira para a carne são animais que não têm a melhor conformação, não podem ter o maior rendimento, nem dão sequer a melhor estiva para o tratamento da carcaça.

O que o Governo desenvolve nessa matéria é uma circunstância e um objectivo muito simples:

Por um lado, permitir e sensibilizar aos produtores de leite um programa que lhes possibilite ter carne melhor conformada para a fileira da carne, porém, sem causar dano ou prejuízo à evolução e melhoria genética que ao longo dos anos o produtor tem feito na sua exploração leiteira.

Por outro lado, temos as explorações especialmente vocacionadas para a produção de carne, com o caderno de encargos e a carne IGP. Ora, toda gente sabe que o caderno de encargos, desde a carne de Identificação Geográfica Protegida, foi estabelecido desde há alguns anos e todos também sabemos que as condições estabelecidas nesse caderno de encargos determinam que mais de 90% da carne açoriana não possa beneficiar desta denominação.

Toda a gente sabe também que a entidade detentora da marca IGP, do uso da denominação de Identificação Geográfica Protegida, é a Federação Agrícola dos Açores.

Toda a gente sabe também que o Governo já fez várias diligências e já sensibilizou por várias vezes, e pretende, que a própria Federação Agrícola dos Açores desenvolva o processo necessário para ser alterado o caderno de Identificação Geográfica Protegida. Falta que a Federação Agrícola dos Açores, por dificuldades várias, nos solicite apoio, e nós daremos, à alteração do caderno de encargos. Esta alteração é fundamental para que se eleja para a carne de Identificação Geográfica Protegida o maior número de animais.

Por várias vezes se falou na possibilidade de haver ou não no mercado animais de carne com Identificação Geográfica Protegida. Por várias vezes já fiz apelos, desafios no sentido dessa carne aparecer, porque existem responsabilidades partilhadas nesse processo e essas responsabilidades são partilhadas há muitos anos.

De início começaram a dizer que faltaria estudar melhor como seria o procedimento e como seria a organização da cadeia de valor da carne e, em particular, da carne IGP nos Açores.

O Governo Regional disponibilizou todo o apoio necessário para que a organização de produtores, a Federação Agrícola dos Açores, identificasse e contratasse os técnicos e as pessoas abalizadas para proceder a esse trabalho que foi feito. Demos todo o apoio para que a nova organização que foi aconselhada pudesse ser efectivamente executada. Temos toda a disponibilidade para que, no âmbito dos matadouros regionais e das salas de abate da Região, reservá-los para uma maior parceria entre organizações de produtores e as áreas da comercialização e da distribuição, mas há uma coisa que é fundamental: no que diz respeito ao Governo,

todo o processo de registo de produtores no caderno de especificações IGP, todo o processo relativo ao controlo e à fiscalização do modo de produção desses produtores, todo o processo relativo à fiscalização dos abates, da distribuição do processo de embalamento e da comercialização da carne, temos condições para, em qualquer momento, podermos fazer esse trabalho que é a parte que cabe ao Governo Regional nessa matéria. A outra parte, e já foi dito por várias vezes, compete às organizações de produtores.

Presidente: Sr. Secretário Regional...

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

A isso não é alheio, o facto de ainda não haver carne IGP no mercado, o número de animais que, neste momento, está registado nesse caderno especial de especificação.

A outra parte – e finalizo, Sr. Presidente, muito rapidamente, peço-lhe mais 5 segundos de paciência – tem a ver com o reforço do rendimento dos produtores nessa matéria, com a melhoria da gestão que se lhes pode dar ao nível das suas explorações. Isso faz-se fundamentalmente com um programa que nós estamos a implementar e que vai este ano ser uma realidade de apoio aos cruzados para as explorações de leite e isso faz-se com um projecto global de sanidade animal que está a ser neste momento implementado na Região, que trará um novo instrumento de gestão das explorações do ponto de vista sanitário, que melhorará significativamente o já bom estatuto sanitário que nós temos na Região e melhorará a capacidade de gestão das explorações, do ponto de vista sanitário, por parte dos produtores. Estou também convencido que irá reforçar a confiança do consumidor nos produtos do sector agro-alimentar açoriano.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

(*) **Deputado António Toste (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Ventura:

Fiquei com a impressão que o senhor não entendeu nada da minha intervenção naquilo que eu aqui falei, sinceramente.

As raças o senhor já as conhece tão bem como eu e temos algumas raças definidas para a nossa Região. Não somos propriamente produtores de carne, mas vamos fazer

um aproveitamento daquilo que temos que é, através das vacas leiteiras, fazer os cruzados.

Daquilo que conheço de si, o senhor parece-me daqueles senhores da antiga União Soviética. Qualquer coisa é o Governo...

Não é assim que funciona. As coisas têm que funcionar livremente.

Vou dar-lhe um pequeno exemplo:

Outro dia a Associação Agrícola da Ilha Terceira inaugurou um novo talho. Tem ótimas condições para fazer o lançamento da carne IGP. São eles, associação, que neste momento podem fazer um lançamento, porque têm um talho montado. Uma vez que já há gado nessas condições, não tem que ser o Governo a fazer isso.

A minha preocupação, neste momento, tem a ver com a exportação da carne. Como o senhor sabe, e bem, o forte da nossa exportação é em vivo.

O que vai acontecer dentro de algum tempo, com a aplicação das normas comunitárias, é que os animais, com as horas que têm de viagem, vão deixar de poder fazer essa viagem e temos que ter uma garantia, do meu ponto de vista, temos que ter carne dos Açores em outros mercados mas com a marca Açores. A carne IGP, por aquilo que se conhece e se sabe, atinge os 10%, com mais 1 ou menos 1. Ora, 10% da nossa carne no Continente não representa nada.

Temos que ter carne fora dos Açores em máxima quantidade e qualidade, mas com a marca Açores.

A carne IGP é bem-vinda? Penso que sim. É uma carne de excelência, mas se não tivermos, fora da Região, na nossa carne a marca Açores, certamente poderemos vir a perder. Os mercados oscilam, umas vezes estão melhor, outras vezes estão pior e com o gado vivo, no continente ninguém sabe se ele é dos Açores ou se é de um outro país qualquer.

O que se pretende aqui é garantir o mercado e neste momento nos Açores, sobretudo na Terceira, felizmente há uma coisa que correu bem, é que nunca se atingiu uma exportação tão alta, ou seja, a nível dos Açores foram cerca das 8.000 cabeças e na Terceira cerca de 6.000. Foi uma evolução significativa.

Não é tudo, pretende-se mais. Mas para que se pretenda mais não é com a carne IGP que chegamos lá.

Agora, se eu for ler todas as coisas que aqui vejo do Presidente da Federação Agrícola dos Açores, o actual, o Sr. Virgílio, há coisas aqui que me deixam preocupado, como “os interesses instalados”, “há matéria prima mas está-se no compasso de espera”.

A parte do Governo está feita. Agora as Associações, a Federação, tem que fazer a sua parte e é isso que o senhor não está de acordo.

Para si, qualquer coisa, é o Governo. O Governo cria as condições, dá os apoios, ajuda as associações a irem para frente, agora alguém tem que dar o último passo.

Agora, vamos esperar para ver esse passo, espero que a nossa Associação na Ilha Terceira faça o lançamento da carne IGP, uma vez que já há no mercado condições.

Mas o senhor não vem de encontro a isto. A sua preocupação é com os lavradores.

Então o que nós pretendemos não é ter a nossa carne no exterior, com a nossa marca? Está preocupado com as raças? Não sabe quais são as raças? O senhor como técnico devia saber.

O senhor esteve à frente da Associação. Está a esquecer-se disso. Quais foram as medidas que tomou? Eu conheço duas medidas suas, bem tomadas. Quer que diga aqui quais foram?

As duas medidas que tomou eu conheço!

Deputada Maria José Duarte (PSD): Quais são? Faça o favor de dizer!

O Orador: Eu já disse uma e posso dizer a outra, se quiser.

Quais foram as medidas que tomou?

Fez o mesmo.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo terminou.

O Orador: Eu quero é que o senhor venha de encontro à realidade e perceba que, realmente, a nossa carne tem passos dados e podemos conseguir mais. O que temos que definir, sinceramente, é se queremos ter ou não carne em quantidade e em qualidade fora dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão é muito simples. Há quem aflore a questão e há quem, numa perspectiva de viabilidade e de durabilidade, não a perceba. É tão simples quanto isto.

Deixe-me recordar-lhe, quando diz que o Governo fez tudo, um episódio simples:

Em 2003 tinha sido assegurado com o Presidente do Governo que em 2002, e na ausência do matadouro no Grupo Central, que é o Matadouro da Ilha Terceira, homologadas e cumprindo as directrizes da Comunidade Europeia, os novilhos provenientes dos produtores inscritos no registo e no caderno de certificações, inscritos na Federação Agrícola, podiam convergir para o matadouro Industrial de São Miguel.

É verdade que em 2003 nós conseguimos cerca de 100 cabeças, a nível regional, para enviar para São Miguel e foi dito que por parte do Governo Regional tínhamos que esperar, porque não era possível e era um encargo grande.

Portanto, foi feita uma prática, foi feito um acto por parte dos agricultores, foi feito um acto por parte dos produtores que, pela primeira vez, entusiasmados, dinamizados, puderam entregar as suas carcaças, e não tinham sítio para receber porque o Governo limitou esse sítio. Disse que não, ou seja, recuou naquilo que tinha prometido. Aí está um acto que os produtores tentaram fazer.

Neste momento, o processo está concluído, mas demorou imenso a concluir e demorou mais a concluir da parte da tutela do que da parte dos produtores.

Atenção: eu estou a ler a história. O que eu disse foi que os produtores já se organizaram e já ofereceram animais para o mercado e pela parte do Governo foi recebida uma negativa relativamente a essa situação, quando isso tinha sido acordado.

Deputado Henrique Ventura (PS): Já passou!

O Orador: O senhor às vezes quer falar do passado, outras vezes não quer falar. Acusa-nos que nós não fizemos nada. Eu estou a dizer-lhe que nós fizemos um acto e o senhor disse que isso é história. Então não interessa a história. Se interessa só o presente, então nenhum dos senhores respondeu às três questões nucleares, fundamentais para a viabilidade e durabilidade da carne. Respondam a essas questões. É tão simples como isso.

Relativamente às raças eu não vou entrar por aí, porque é uma questão técnica e o senhor poder ter falta de argumentos relativamente a isso.

Deputado António Parreira (PS): Não seja arrogante!

O Orador: Respondam-me às três questões nucleares que eu coloquei e que são fundamentais para a existência de carne e respondam-me essencialmente àquilo que é necessário alterar no caderno IGP de maneira a que ele possa abraçar mais carne e que a IGP não seja um processo extremamente restrito, um processo selectivo só para determinadas raças. É possível propor a Bruxelas algumas modificações no caderno de especificidades.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima, ao abrigo da cláusula especial que permite ao líderes usar da palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Agricultura:

A minha especialidade em carne é bifés. Não sei muito mais do que isso, apenas se é um bom bife, se é um *filé minhon*.

De qualquer dos modos falou-se aqui de IGP de carne açoriana, da carne nascida, criada, morta e alguma comida nos Açores.

Gostaria que o Sr. Secretário me esclarecesse, como leigo que sou nesta matéria, em relação a este processo IGP, que já serviu para patrocinar uma equipa de futebol aqui há alguns anos atrás, com um financiamento até simpático, por que é que isto ainda não está implementado? Se é para avançar, se não é, se muda para carnaçor ou marca Açores, como disse o Sr. Deputado?

Por que é que estão a estudar? A sina deste Governo é estudar durante um mandato? É como a filarmónica, e não vou dizer qual é a freguesia, que ensaiava, ensaiava, ensaiava e nunca chegou a actuar.

Gostaria que me explicasse de uma vez por todas quando é que esta carne IGP vai ser implementada, quando é que se prevê, qual o prazo, quais as dificuldades e se eventualmente a marca Açores serve para patrocinar outra equipa desportiva?

Era só isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

(*) **Deputado António Toste (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Ventura:

Lamento a sua atitude, a sua arrogância e a sua falta de humildade.

O senhor quer seguir o caminho do seu líder, mas é um caminho errado. Que o senhor seja técnico, que perceba, tudo bem.

Mas eu queria que o senhor percebesse muito bem que eu ando aqui não é por o ver andar. Ando aqui pelos meus pés e se calhar já tenho tantos anos de trabalho como os senhores têm de vida. Portanto, tem que ter mais um bocadinho de humildade.

Nesta minha intervenção eu não ataquei ninguém. Abordei um assunto trazendo temas reais, trouxe a realidade para aqui, os números e o senhor marimbou-se para tudo. Foi o que eu vi.

Eu vou repetir algo que já disse há algum tempo e que o senhor não percebeu. O senhor diz que fez, que aconteceu. O senhor esteve no lugar certo para fazer, ou seja, na Associação, mas faltou-lhe capacidade para gerir aquilo financeiramente. O senhor não teve capacidade financeira para resolver.

Que estivesse fiado que o Governo ia participar, é uma coisa, mas ter capacidade para resolver é outra.

O senhor fala, mas o senhor esteve num lugar com tudo à sua altura para resolver e não teve capacidade.

Era só isto que queria dizer.

Presidente: Sr. Deputado, eu tenho que adverti-lo que estamos a falar de agricultura e não em coisas de natureza pessoal que as pessoas fizeram ou deixaram de fazer.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A pergunta que é colocada pelo Sr. Deputado Artur Lima merece-me o seguinte esclarecimento:

Existem iniciativas, como foi essa da carne IGP ou carne dos Açores, que visam qualificar e diferenciar algumas produções numa clara tentativa de valorizar essas produções em termos de mercado.

Nesta diligência que foi desenvolvida há alguns anos atrás, teria sempre que haver a iniciativa preponderante das organizações de produtores e foi entendido que a Federação Agrícola dos Açores desenvolvesse todo o procedimento com o apoio, que foi muito, do Governo Regional nessa matéria.

Obteve-se, do ponto de vista comunitário, o assentimento, a aceitação e a aprovação de um projecto para Identificação Geográfica Protegida, carne dos Açores.

Nos termos em que o caderno de encargos foi feito, ficou muito selectivo e deu um claro contributo, do meu ponto de vista negativo, porque o caderno de especificações é muito limitativo à entrada de animais pelas imposições que põe ao maneo e às condições de produção.

Por outro lado, quando o caderno de especificações é concluído e apresentado logo se colocam duas questões, a necessidade de divulgar a existência de uma Identificação Geográfica Protegida, carne dos Açores, e, por outro lado, desenvolver os procedimentos de campo para se fazer o registo das explorações, para se fazer a fiscalização das explorações que produzem segundo aquele modo de produção e para se implantar os serviços de controlo e de fiscalização.

Claro que estas partes dizem respeito à responsabilidade do Governo Regional. Outras partes têm a ver com a organização do processo em termos empresariais e comerciais. Estas partes estão relacionadas, objectivamente, com os produtores e com os empresários do sector.

Quando conversámos com os membros da Federação Agrícola dos Açores para saber o que era feito das responsabilidades de cada um de nós (Governo, por um lado, produtores, por outro), do que estava feito e do que faltava fazer para que a carne IGP aparecesse no mercado, identificámos duas situações prioritárias:

A primeira, era necessário arranjar condições para que o caderno de especificações fosse mais abrangente para a carne que se produz nos Açores;

A segunda, que o caderno de especificações, identificando de uma forma clara a carne dos Açores IGP, não proibisse, não limitasse, não reduzisse mais de 90% da carne que se produz nos Açores a uma indiferenciação no mercado.

Nós não queremos que a carne que se produz nos Açores vá para a comercialização apenas com um P e um número à frente. Nós queremos que haja ali um logótipo,

alguma indicação de que aquela carne é produzida nos Açores, é abatida, embalada e é posta à disposição com origem nos Açores.

Isto é uma preocupação de mérito relativamente à grande maioria da carne que se produz nos Açores e é esta carne que vai permitir que do ponto de vista comercial se “puxe pelas orelhas”, digamos assim, se valorize uma carne que tem outro nível de produção, outras exigências e que é de Identificação Geográfica Protegida.

Portanto, são essas duas dificuldades que identificámos e que uma, principalmente a primeira, que diz respeito ao controlo e à fiscalização, se impõe, se determine e exige do Governo Regional.

Relativamente a esta questão, o Governo Regional tudo fez, preparou tudo e tem neste momento tudo em condições para fazer a fiscalização desde a produção até à comercialização, seja ela comercializada onde for. Temos tudo preparado para agir.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que terminasse.

O Orador: Da parte dos produtores é preciso também tomar a iniciativa, porque desde logo há dificuldade, dado um número baixo de animais que há para a carne IGP, que é de abater animais e não ter alguma regularidade de abastecimento do mercado e daí se impõe que a Federação Agrícola dos Açores, com o nosso apoio, com a nossa sugestão que, aliás, já está dada, venha a promover a alteração do caderno sobre a Identificação Protegida para alargar o número de animais elegíveis para ter, em termos de mercado, outra sustentabilidade. É essa a questão, Sr. Deputado.

Penso que esclareci.

(O Sr. Presidente da Assembleia foi substituído na mesa pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado Costa Pereira)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nas suas últimas jornadas parlamentares, realizadas nos concelhos da Povoação e Vila Franca do Campo, a 10 e 11 de Janeiro, o PSD trouxe para o centro do debate

político o problema da desertificação, não como sinónimo exclusivo de perda de população, mas como uma ausência de oportunidades de desenvolvimento em meio rural.

Nestes dois concelhos, tal como sucede em tantos outros das nossas ilhas, o PSD identificou sinais de estrangulamento da coesão social.

Como assinalou já o Professor Augusto Mateus no seu estudo sobre a Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social “no capítulo da coesão social, a posição debilitada da Região no contexto nacional, traduz-se pela existência dum padrão de qualidade de vida e de qualificação do seu capital humano inferior à média nacional”.

O PS, a caminho de onze longos anos de governação, persiste em cometer o erro de ignorar os sinais que estão à vista de todos: acentuam-se as desigualdades entre concelhos e freguesias quando o seu Governo esbanjou milhões de euros de fundos comunitários e de recursos da Região.

As oportunidades de desenvolvimento perderam-se, escondidas nos anúncios de milhões que recheiam os discursos oficiais.

Os Açores têm 18.000 beneficiários do rendimento social de inserção, sendo a região do país com maior taxa de beneficiários.

Os jovens abandonam as freguesias e os concelhos mais periféricos da Região, para se fixarem nos maiores centros populacionais.

Os Açores não conseguem fixar ou atrair residentes.

A economia não gera novos empregos, penalizando os mais jovens, os que detêm formação superior.

As ilhas mais pequenas perdem população e os concelhos mais afastados envelhecem.

Os índices de envelhecimento acentuam-se e nos meios rurais o número de idosos isolados aumenta.

A esperança média de vida é inferior em quatro anos à média nacional.

Deste modo, os Açores desertificam-se.

Como de costume, os dirigentes de serviço do PS, afadigaram-se a desmerecer as preocupações do PSD. Como de costume, a crítica é a habitual, vinda dum partido

no poder, que se preocupa sempre mais com a oposição, do que com os resultados da sua má governação.

Quando o PSD apresenta uma proposta, logo exclamam que o PSD não estudou o assunto.

Quando o PSD formula uma crítica, imediatamente invocam um qualquer facto da governação social democrata, com mais de vinte anos, esquecendo que o seu próprio passado já está em julgamento.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Quando o PSD fiscaliza o Governo, no parlamento ou fora dele, como lhe compete como oposição, o PS incomoda-se, porque convive mal com o controle democrático da sua actuação.

O PS, apesar de proclamar as virtudes da colaboração com outros poderes, também legitimados pelo voto democrático do povo, persiste em praticar políticas de discriminação, usando os dinheiros públicos ao sabor das conveniências e dos interesses partidários.

Se a cooperação com as Câmaras Municipais fosse uma opção para este Governo e não passasse, apenas, duma piedosa declaração política, muitos dos nossos concelhos já teriam dado um salto no seu desenvolvimento.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Infelizmente, o Governo socialista faz da competição com as Câmaras, a marca da sua governação.

Podendo escolher ser parceiro do poder autárquico, o Governo Regional prefere tratar as autarquias como adversários políticos.

Apenas um Governo cego pela sua própria ambição política, pode deixar o concelho da Povoação isolado, num momento em que lança um vasto programa de construção de estradas em regime SCUT.

Apenas um Governo que não quer apostar no desenvolvimento, pode ignorar a evidente necessidade da construção duma via de quatro faixas, ligando a Lagoa a Vila Franca do Campo.

Estes são dois casos exemplares em que o Governo Regional teima em não ouvir o poder local, persistindo num erro que as futuras gerações pagarão caro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em Novembro do ano passado, no encerramento do debate sobre o plano e orçamento para 2007, o Presidente do Governo Regional afirmou que “se intensificava uma nova geração de políticas públicas para a empregabilidade e para a produtividade”.

Há dois dias, nesta Câmara, o Vice-Presidente do Governo sublinhou o sucesso negocial do QRESA e deslumbrou a bancada do PS com as “apostas”, as “prioridades”, o “desenvolvimento sustentado”, a “qualificação dos recursos humanos” e a “estratégia” do Governo para os próximos seis anos.

Os recursos financeiros colocados à disposição da Região pelo QRESA são significativos: 1.538 milhões de euros.

Não sabemos se, após o QRESA, haverá outro financiamento da União Europeia, de igual dimensão, a partir de 2013.

O que sabemos é que este contributo comunitário para o desenvolvimento dum das regiões mais pobres do país deveria ser aplicado com rigor e sentido estratégico.

Dos documentos conhecidos do QRESA, as opções sucedem-se, ao sabor dos milhões disponíveis, sem que descortine uma aposta de desenvolvimento seguro.

Após um resultado modesto, depois de gastar mais de mil milhões de euros do último Quadro Comunitário de Apoio, o Governo demonstra não saber o que fazer perante uma oportunidade, se calhar irrepetível.

O Governo do PS desistiu de governar para se transformar num simples gestor de interesses.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado.

Estão inscritos os Srs. Deputados José San-Bento, Piedade Lalande, Nélia Amaral, Rogério Veiros, Jorge Macedo, Nuno Tomé e Luís Paulo Alves.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS)**: Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Deputado Pedro Gomes trouxe uma intervenção centrada num tema relevante – a questão da desertificação – e que há muito tempo preocupa o Partido Socialista e o Governo Regional.

A desertificação do interior, o mesmo é dizer, a concentração populacional em redor dos grandes centros urbanos é uma dinâmica, e é tendência como todos sabem, que se assiste em todo o mundo, independentemente do grau de desenvolvimento dos países.

É uma das dinâmicas, mesmo comum, e que caracteriza de uma forma muito acentuada o processo de globalização, seja democracia, seja ditadura, seja Europa, seja África. Os movimentos concentracionistas em redor dos centros urbanos são, de facto, uma tendência mundial e por isso muito longe desta particularidade e deste problema concreto dos Açores.

Por isso a sua intervenção, Sr. Deputado, é uma intervenção pessimista, derrotista.

Vem reivindicar um conjunto de pequenos interesses de autarcas da ilha de São Miguel.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não apoiado!

O Orador: É verdade e o senhor sabe que é verdade.

Termina de uma forma insidiosa que não podemos admitir.

O Governo do PS e este partido defendem os açorianos. Não estão aqui a defender quaisquer outros interesses que não sejam os interesses legítimos dos açorianos que nos elegeram e que nos deram a sua confiança. Isso para nós é, diria mesmo, um aspecto sagrado da nossa actuação política e da nossa legitimidade democrática.

Pensamos que o problema é outro, Sr. Deputado. Não tem a ver com a forma como o senhor o caracterizou. O Partido Socialista, como já referi, tem, há muitos anos, uma grande obra feita no sentido de atenuar e de combater esta dinâmica de desertificação de alguns concelhos e de algumas ilhas. Por isso é que o nosso plano de investimentos da Região tem uma discriminação positiva.

Se nós analisarmos o investimento *per capita*, percebemos que as ilhas mais pequenas e os concelhos que têm esses fenómenos de desertificação mais acentuados têm um apoio superior do investimento público.

Por isso é que nós há muitos anos dizemos que canalizamos mais investimento público onde existe menos investimento privado, precisamente para combater estas tendências e para promover a discriminação positiva dessas zonas do nosso arquipélago que vivem esses problemas de desertificação.

É por isso que temos também um fundo de coesão, um vasto conjunto de instrumentos que visam criar oportunidades e fixar população, tentando com isso combater uma tendência que, como referi, é mundial e que é difícil de implementar, mas nós temos feito isso e temos inúmeras obras nesta matéria. Por isso é que o Partido Socialista, ao contrário, por exemplo, da esmagadora maioria das autarquias do PSD, tem uma política integrada, uma política articulada para esses concelhos lutando contra estes fenómenos.

Sr. Deputado, nós articulamos políticas no domínio da habitação, da educação, das acessibilidades, dos equipamentos sociais, dos transportes, das oportunidades de emprego nas quais relevam medidas específicas direccionadas para o sector primário, quer seja para a agricultura, quer seja para as pescas, tentando com isso fixar população, criar oportunidades de emprego e criar também oportunidades para os jovens.

O PS tem por isso muito orgulho e muita obra nesta matéria, mas nós não estamos conformados nem satisfeitos com os resultados que estão a ser conseguidos. Por isso continuaremos, como já dissemos, a proceder ao aprofundamento dessa luta e a construir um modelo de desenvolvimento que privilegie estas populações e estes locais.

Eu termino já, Sr. Presidente, apenas fazendo uma referência que me parece muito importante neste debate à posição do PSD.

Apenas para salientar, depois daquilo que expliquei em relação ao que tem sido a acção do Governo e do PS, que os senhores uma vez mais acordaram tarde e a más horas, acordaram numa altura em que nós já equacionámos o problema e já estamos a implementar as medidas tendentes a continuar a resolver essa grave situação.

Os senhores ignoraram de forma deliberada, e no seu caso isso é duplamente grave, o papel central que as autarquias devem e têm que ter nos processos de coesão económica, de coesão social e de coesão territorial.

Sr. Deputado, é inaceitável o senhor vir aqui dizer que o Governo tem a obrigação de colaborar com as câmaras quando as suas autarquias, ainda nas últimas eleições regionais, foram todas elas transformadas em sedes do PSD, sendo centros de poder, de luta contra o Governo.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Os senhores sabem que fizeram isso.

As autarquias do PSD não têm qualquer legitimidade, nem têm obra para poder contradizer e para poderem suportar aquilo que o senhor faz.

Dou-lhe um exemplo, Sr. Deputado. A Câmara de Ponta Delgada prevê gastar 90% dos seus fundos comunitários numa obra no centro de Ponta Delgada.

Presidente: Sr. Deputado, já ultrapassou o seu tempo.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Mais uma vez os senhores vêm aqui corrigir e contradizer aquilo que os vossos líderes partidários afirmam:

A sua líder da Ilha de São Miguel recentemente defendia a concentração e a acumulação de investimentos em Ponta Delgada e numa parte da Ilha de São Miguel, na célebre teoria do motor de desenvolvimento. Agora, o senhor vem aqui dar lições de coesão e de desenvolvimento descentralizado.

Portanto, Sr. Deputado, o seu líder parlamentar anteontem veio desmentir e corrigir aqui o seu líder a propósito...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Desmentir?

O Orador: Exactamente.

... da Inspeção Administrativa Regional.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que deixe essas considerações para a próxima intervenção.

O Orador: Agora vem o senhor desmentir e corrigir a sua líder da Ilha de São Miguel.

Sr. Deputado, o seu partido não tem “Rei nem Roque”, ninguém se entende e nós não temos a certeza de qual é o interlocutor que nós devemos considerar, se é o senhor naquilo que diz, se são os líderes do seu partido que não estão aqui dentro.

Portanto, os senhores organizem-se e vejam se alguém põe ordem no seu partido de forma a nós sabermos e termos aqui um quadro de relacionamento estável e concreto para podermos debater política.

Muito obrigado.

Presidente: Por uma questão de disciplina do debate, agradeço que tenham em atenção as pedagógicas chamadas de atenção da mesa no sentido de respeitarem o tempo.

O Sr. Deputado gastou 7 minutos. Portanto, agradeço que tenha em atenção o respeito pelo tempo. Isto que eu digo é também para os próximos deputados que vão intervir neste debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Retomando aquilo que disse o meu colega, a desertificação é um tema importante e como disse o nosso colega Pedro Gomes não é apenas uma questão de perda de população, mas é também uma questão de perda de população.

É preciso, em primeiro lugar, contextualizar essa perda de população uma vez que estamos num contexto demográfico na Região onde se começa a verificar uma clara diminuição da taxa de natalidade, do número de filhos por casal, uma alteração do investimento das famílias nos próprios filhos e isso não é uma prioridade apenas de quem vive nos meios urbanos, mas é generalizável a todas as famílias dos Açores, ou seja, as pessoas querem investir mais nos filhos que têm e querem dar mais oportunidades de percurso de vida, de sucesso, a esses mesmos filhos. Isto afecta não apenas as ilhas mais pequenas, mas também os concelhos mais afastados.

Agora, há aqui algo que acho que é importante e tive o cuidado de ir ler o que é que o PSD tinha no seu site como conclusões das suas jornadas e não me parece que o PSD proponha qualquer alternativa.

Ao contrário do que foi dito, o PS não teve uma política de estrangulamento ou de discriminação em relação a estes concelhos que vivem realmente perdas de população, mas apostou numa estratégia fundamental que tem a ver com a fixação da população, aumentando as oportunidades de formação locais.

É importante que se diga que até 1995/96 não havia ensino secundário, por exemplo, na Povoação e na Graciosa, não havia ensino profissional e é muito difícil para um jovem nestes concelhos querer ficar num concelho onde o seu horizonte fica apenas pelo 3º ciclo de escolaridade.

Por outro lado, muitos desses concelhos que estão a sofrer de perda de população também não tinham equipamentos suficientes de apoio à família e é muito frequente que estas famílias recorram por vezes a zonas urbanas onde se calhar têm os seus empregos e possam deixar lá os filhos na creche da vila ou da cidade mais próxima, portanto recusam deixar os seus próprios filhos no seu local de residência porque não tinham esses equipamentos.

Apostar em equipamentos de apoio à família é também uma forma de contrariar a desertificação.

Portanto, não há aqui uma política de discriminação. Quando se aumenta o número de equipamentos de apoio à família, quando se aumentam as respostas educativas ao nível do ensino secundário e do ensino profissional, estamos a investir na fixação das populações a esse nível.

Por outro lado, há aqui também um aspecto que eu não encontrei nas vossas propostas de conclusão das jornadas que tem a ver com o que é desenvolvimento rural e o que é um desenvolvimento rural moderno?

Nós sabemos hoje em dia, até porque temos uma história recente de emigração dos anos 60/70, que foi exactamente do meio rural que saíram muitos dos nossos emigrantes.

Portanto, voltar à terra ou voltar a actividades ligadas ao sector agrícola implica uma revalorização das actividades agrícolas, implica uma revalorização das profissões

tradicionais e isso passa essencialmente pela qualificação profissional, pela inovação tecnológica, pela diversificação de produtos agrícolas, pela introdução, inclusive, de novas tecnologias agrícolas que sejam mais amigas do ambiente e mais respeitadoras da biodiversidade. Existe um olhar diferente sobre a agricultura.

É evidente que tem que haver por parte das entidades privadas e também das entidades do poder local um investimento nesta nova agricultura. Este novo conceito de desenvolvimento rural não é dizer às pessoas que têm que voltar a cavar a terra ou cuidar das florestas como os seus pais e os seus avós faziam, porque esses foram os tais que emigraram por essas razões, porque o rendimento era baixo. Portanto, não lhes dava um horizonte de vida.

Há um aspecto aqui importante: o que é que tem feito o poder local para fixar as populações nesses concelhos mais afastados?

Eu li também no vosso site que durante as vossas jornadas tiveram oportunidade de visitar um recente empreendimento que a Câmara da Povoação está, por exemplo, a proporcionar, que é um complexo de piscinas e de espaços desportivos.

Pergunto: será que com esses investimentos se fixam populações na Povoação?

É por aí que passa a mudança de comportamento dos residentes na Povoação face ao seu concelho?

Ou será que isso é um atractivo para as populações de Ponta Delgada e de outros concelhos irem passar férias à Povoação?

Portanto, é preciso que o próprio poder local tenha uma atitude de investimento no desenvolvimento da comunidade.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Pedro Gomes, na sua intervenção, e no âmbito da coesão social, fez uma abordagem à coesão social, afirmando que se têm acentuado as desigualdades entre os concelhos.

Apetece-me perguntar-lhe, Sr. Deputado: quais são as suas fontes? Que dados tem consultado?

Deputado Pedro Gomes (PSD): Tenho muito gosto em responder!

A Oradora: Fico a aguardar a sua resposta para a comentar também.

Os dados disponíveis que tenho apontam precisamente no sentido oposto. Apontam para uma política de descentralização de recursos dotando todas as ilhas e todos os concelho dos recursos necessários a prestar às populações e a adaptar às populações o apoio de que necessitam, quer ao nível da melhoria das infra-estruturas de saúde, quer ao nível das infra-estruturas da educação, como a Deputada Piedade Lalanda já aqui referiu, quer ao nível de apoios a grupos desfavorecidos como os idosos, as crianças, as pessoas com deficiência.

Esta descentralização tem-se verificado ao nível destas infra-estruturas em todos os concelhos, Sr. Deputado.

Eu desafio a fazer uma análise comparativa, não do tempo do PSD, mas dos últimos 10 anos de governação socialista para verificar a evolução que tem sido feita na dotação dos diferentes concelhos da Região das infra-estruturas de promoção de coesão social.

O Sr. Deputado fez também uma afirmação quanto ao rendimento social de inserção e aos 18 mil beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Eu gostaria apenas de dizer que este é para nós um instrumento de combate à pobreza do qual nos orgulhamos.

Não tenho qualquer dificuldade em aceitar que exista nos Açores 18.000 beneficiários do Rendimento Social de Inserção. Dir-lhe-ia pelo contrário que ainda bem que existem 18.000 beneficiários do Rendimento Social de Inserção, cerca de 50% dos quais são crianças e jovens ou idosos (pessoas com mais de 65 anos), que podem aceder a este recurso que lhes permite manter o mínimo de dignidade nas suas vidas, nas suas vivências diárias, coisa que há alguns anos atrás provavelmente não acontecia. Portanto, não me incomoda absolutamente nada que exista este número de beneficiários.

Considero que a evolução que tem havido no número de beneficiários é positiva; considero que este instrumento é positivo para a manutenção da dignidade da vida dos nossos concidadãos; considero que uma grande maioria dos beneficiários, como já disse, são crianças, jovens e idosos que não deviam estar a trabalhar (não temos

aqui a perspectiva do subsídio para os preguiçosos e para os malandros); considero que há uma grande percentagem de famílias que auferem salários baixos por falta ainda de qualificação, por desempenho de profissões com baixa remuneração, de trabalho sazonal. Portanto, é um instrumento do qual nos orgulhamos e ainda bem que os açorianos que dele precisam possam aceder a ele.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais gostaria de felicitar o PSD pelo tema que trouxe às suas Jornadas Parlamentares. É realmente um tema importante, é um tema que preocupa os açorianos e sobretudo o Governo do Partido Socialista.

Nessa medida os Governos do Partido Socialista têm tomado medidas de combate a essa situação que são políticas pioneiras na Região Autónoma dos Açores. Senão vejamos:

O arrojado projecto das SCUTs em São Miguel é uma tentativa de aumentar a mobilidade dentro da ilha e de chegar aos concelhos mais limítrofes. É pena que o PSD só há bem pouco tempo é que tenha reparado na importância desse projecto.

Em relação às ilhas da coesão é uma política que este Governo do Partido Socialista tem para com as ilhas e para com os concelhos mais pequenos onde existem deseconomias de escala que não permitem o desenvolvimento de alguns negócios que noutras ilhas acontecem. Essa é uma verdadeira política de coesão, uma política para fixação de pessoas a esses concelhos.

É pena, Sr. Deputado, que as suas Jornadas Parlamentares não tenham servido também para mandar recados aos senhores autarcas do PSD que, ao contrário do Governo Regional não têm uma verdadeira política de coesão e de fixação de população aos seus concelhos.

É pena que as suas jornadas autárquicas, muitas das vezes (e agora compreendo) patrocinadas por presidentes de câmara do PSD, só sirvam para mandar recados ao Governo do Partido Socialista.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Patrocinadas?!

O Orador: Patrocinadas, sim senhor. É o que vem na comunicação social.

Eu vivo numa ilha onde há perda de população. Como é que essa perda de população é travada? É travada com investimento que está a ser feito pelo Governo Regional. Senão vejamos:

No âmbito da solidariedade repare a quantidade de investimentos que estão a ser feitos para melhoria da qualidade de vida das pessoas que lá habitam. Esse investimento tem sido aumentado e tem sido incentivado pelos Governos do Partido Socialista no âmbito das políticas de apoio ao investidor, aos jovens empresários.

Repare no esforço que este Governo tem feito através do Fundo de Coesão e das medidas próprias para as Ilhas da Coesão para que haja investimentos nestas ilhas.

Por exemplo, as Câmaras Municipais de São Jorge não têm hoje disponíveis espaços de zonas comerciais e industriais para que os pequenos empresários comecem a investir. Essa é realmente uma grande medida que as câmaras podiam ter para fixação de população, mas não têm.

Mais: Quero dar-lhe o exemplo de S. Jorge onde no ano passado, porque era ano de eleições, a contribuição autárquica e o IMI foram pela taxa mínima e este ano que já não é ano de eleições aumentará para a taxa máxima.

Acha que essas são medidas de fixação de população e de incentivo aos jovens para ficarem a viver em São Jorge? Acha que esse é um exemplo?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Na Lagoa e na Ribeira Grande aconteceu o mesmo!

O Orador: A Lagoa não tem o problema de perda de população. A Lagoa não serve. É uma Câmara socialista bem gerida e é a única nos Açores que aumenta a população. Sabe porquê? Porque é uma câmara bem gerida.

As que perdem população são as das ilhas pequenas.

Presidente: O Sr. Deputado já terminou o seu tempo.

O Orador: Eu tinha mais para dizer, mas vou respeitar a mesa no tempo que me é atribuído.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado pela sua compreensão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que nós assistimos consecutivamente é o seguinte:

O PSD reflecte um assunto e o PS responde que já fez ou que está a fazer. Acontece que se assim fosse os problemas estavam resolvidos. Nós éramos uma Região rica, desenvolvida, uma Região em que os jovens, principalmente, os mais preparados, quando saem das suas terras, quando saem das suas ilhas, podiam regressar, porque não há modelo de desenvolvimento nenhum minimamente sustentável, quando são as próprias terras e as próprias ilhas dos jovens que saem para estudar que depois, segundo os documentos do próprio Governo Regional, são repulsivas para esses jovens, principalmente os mais preparados.

O PSD já tinha dito isso e isso agora vem confirmado num documento oficial do Governo Regional, eventualmente publicado sem as devidas correcções e amaciamento de linguagem.

Mas a realidade é a seguinte:

Desertificação existe em 7 das 9 ilhas dos Açores;

Desertificação existe em 14 ou 15 dos 19 concelhos dos Açores.

Se essa desertificação é uma realidade, o PSD reflecte essa realidade, então devíamos estar aqui todos no sentido de encontrar as verdadeiras soluções para os problemas, porque não basta vir dizer que já foi feito ou que estão a fazer.

Se essa fosse a verdade, não precisávamos de hoje, nesta Assembleia, estarmos a tentar reflectir e a contribuir para a reflexão para que fosse possível inverter essa situação penosa para sete das nove ilhas dos Açores.

Mas o que é que o PS, normalmente, faz?

Reflecte e afirma que tem “um conjunto de políticas articuladas” – estou a parafrasear o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Integradas!

O Orador: Integradas, articuladas.

Acontece que não é isso que existe. Sabe porquê?

Porque o PS com os meios financeiros, que têm sido sempre muito generosos, da República e da União Europeia, atira esse dinheiro para cima dos problemas. Isso

acontece porque os resultados da vossa governação, da vossa história de 10 anos de governação, dizem o seguinte:

Nós fomos a Região que mais recebemos das regiões Objectivo I da União Europeia e somos das regiões mais pobres da União Europeia com perspectivas de convergência baixíssimas e com a vossa ambição perfeitamente inexistente, porque ao ritmo da convergência que os senhores apresentam nas vossas políticas articuladas e nos vossos documentos que reflectem essas tais políticas articuladas nós vamos esperar, mas bem sentados, cem anos. Não é para atingirmos o melhor dos países da União Europeia, é a média da União Europeia.

O PS, infelizmente, não tem ambição, perdeu a vontade e perdeu o gás.

Obrigado.

Deputados Mark Marques e Maria José Duarte (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Tomé.

(*) **Deputado Nuno Tomé (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a assistir a uma situação sistemática. O PSD organiza, e bem, as suas Jornadas Parlamentares, e a seguir vem à Assembleia e faz um espécie de magazine. Já estamos habituados e acho que é salutar.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E não é bom?

O Orador: É bom. É salutar e registamos com apreço.

Também registamos com apreço e damos as boas-vindas a esta temática que me parece de extrema importância para os açorianos e para os jovens açorianos.

Agora a verdade é que o PSD não foi o primeiro partido nem é pioneiro na discussão desse problema. Aliás, foi o próprio Deputado Jorge Macedo que aqui reconheceu que aquando da apresentação do QRESA, quando se fez a análise *swat*, o próprio Governo Regional reconheceu que esta é uma temática em relação à qual o Governo se preocupa e em relação à qual tem apresentado um conjunto de políticas que visam ultrapassar a actual situação.

Quero parecer-me que essas políticas têm sido levadas a cabo ao nível do empreendedorismo jovem com os programas que se conhecem, ao nível do apoio ao

emprego, através dos estágios profissionais e ao nível também dos incentivos às empresas para a sua modernização.

Portanto, creio que é essencialmente nessa vertente que, numa primeira fase, se concretizarão políticas tendo em vista a resolução destes problemas.

Agora, é importante que reconheçamos que este problema não é exclusivo do Governo Regional. Não atacando de forma alguma as autarquia do PSD, porque penso que poderemos dar um passo em frente nesta matéria, acho que era importante que as autarquias do PSD também fizessem aquilo que autarquias no Continente têm vindo a fazer, nomeadamente através da criação de ninhos de empresas para apoio à iniciativa empresarial jovem, de parques tecnológicos que tem grassado em imensos concelhos do continente que, apesar de projectos pequenos, têm logrado a criação de emprego.

Para finalizar, gostava de frisar que da intervenção do Sr. Deputado Pedro Gomes resultou aquilo que resulta quase sempre, ou seja, o PSD observa, reconhece que a política de cimento está a viver os seus últimos momentos, que é preciso uma nova política para o desenvolvimento dos Açores, mas depois, na fase final, nunca resiste a pedir mais duas faixas, mais não sei quantos quilómetros de alcatrão, o que me parece que acaba por ser uma certa incoerência no discurso do PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(*) **Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Açores são uma Região ultraperiférica onde cerca de 96,6% do território é rural e 93% da população habita nessas zonas rurais.

Portanto, a temática do desenvolvimento rural é mais que actual e mais que importante no nosso território.

Esta temática, contudo, não é nova. Ela já existe há mais de 10 anos em toda a Europa. Portanto, quando se começou a desenvolver políticas fora do foro sectorial para a agricultura e se começou a desenvolver políticas do desenvolvimento rural,

nós começamos também nos Açores a desenvolver os nossos próprios programas ligados ao mundo rural.

Parece-me, portanto, desadequado para um fenómeno que é Europeu, mundial e global, de uma tendência global de envelhecimento da população, de uma concentração demográfica, de uma terciarização do emprego, de uma urbanização, desenquadrar tudo isto numa tendência global e vir culpar o Governo Regional do acontecimento desse fenómeno nos Açores. Tão desadequado como se, por exemplo, eu viesse aqui dar um louvor ao Governo pelo mérito de conseguir que a esperança de vida tenha aumentado nos Açores, esquecendo que isso é uma tendência global do planeta.

Portanto, não faz grande sentido essa perseguição que na sua intervenção faz ao Governo culpando-o exactamente desta situação.

Esta é uma temática que é espacial, é uma temática cuja ultrapassagem depende da aplicação de um conjunto de políticas inter-disciplinares que passam pela melhoria das acessibilidades na educação, na saúde, na cultura. É uma temática também que passa por revitalizar a competitividade das actividades que existem no mundo rural, nomeadamente na agricultura e na floresta, e de outras actividades complementares que tragam mérito, como o turismo em espaço rural, como a identificação de especificidades de produtos que se desenvolvem nesses espaços rurais e, portanto, ligadas a marcas IGP ou ligados a marcas próprias e a procedimentos amigos do ambiente que aí se desenvolvem.

São estas temáticas, é o aprofundamento de soluções neste quadro que está a ser desenvolvido na comunidade, que está a ser desenvolvido nos documentos que foram aqui presentes no Pro-Rural, cujos outros programas como o Pro-Convergência, o Pro-Emprego ou o Pro-Pescas, incluídos no QRESA, que é o nosso Quadro de Referência Estratégico para o desenvolvimento dos Açores nos próximos anos, vieram também dar respostas. É esta a abordagem correcta, não é a abordagem permanente da procura de um culpado para os fenómenos, de um culpado, e que é sempre o mesmo, o Governo dos Açores, para aquilo que vai acontecendo e para as disfunções do mundo moderno.

Foi esta a abordagem aqui trazida pelo Sr. Deputado Pedro Gomes e que não me parece a mais adequada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A primeira observação que gostaria de fazer resulta daquilo que aqui foi dito: as diversas intervenções dos Srs. Deputados do Partido Socialista não conseguem desmentir um único dado apresentado pelo Partido Social Democrata neste debate.

Nenhuma das intervenções dos Srs. Deputados do Partido Socialista consegue dizer que os dados trazidos aqui pelo Partido Social Democrata não são verdade ou não correspondem à verdade. Isto é importante sublinhar, porque significa que o retrato destes 10 anos, a caminho de 11 anos, de governação do Partido Socialista é este.

Num momento em que a Região teve uma enorme disponibilidade financeira vinda de apoios da União Europeia, em que há estabilidade governativa com uma maioria parlamentar sólida que suporta um governo, o resultado da governação é paupérrimo, medíocre mesmo em alguns aspectos. Esta é a realidade e este é o retrato da Região que nós temos.

Gostaria de começar por referir um documento oficial, recentíssimo, o Pro-Emprego, em que se diz:

“Não é claro se a Região Autónoma dos Açores está numa dinâmica de convergência face ao nível médio de desenvolvimento observado para Portugal” – fim de citação.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Segunda citação:

“Apesar do crescimento populacional registado na Região Autónoma dos Açores entre 91 e 2001, esta continua a ser uma Região repulsiva, não conseguindo fixar ou atrair residentes” – fim de citação.

Terceira citação:

“Nestas ilhas tem ocorrido uma desertificação e o principal foco do problema é o envelhecimento desprotegido das populações com carência de alguns serviços de cuidados primários, mas sobretudo necessidades de pretensa a redes de solidariedade social” – fim de citação.

Estou a citar um documento oficial. Estou a citar o Pro-Emprego.

Não são palavras do Partido Social Democrata. Não é, como os senhores gostam de dizer, falta de estudo, falta de conhecimento, vontade de criticar do Partido Social Democrata. É um documento oficial do Governo Regional dos Açores publicado, disponível e de acesso público.

Gostaria de dizer que os dados relativos à coesão e aos fenómenos de falta de coesão dentro do território da Região estão estudados no relatório do Professor Augusto Mateus. A Sra. Deputada Nélia Amaral poderá ler com atenção esse relatório. Certamente já o leu e conhece-o tão bem como eu e sabe que aquilo que eu estou a dizer é verdade. Há fenómenos de falta de coesão dentro do território da Região. Este é um problema ao qual a governação do Partido Socialista não deu resposta e o Partido Socialista não pode neste debate comportar-se como se já não tivesse um passado, um passado de governação de quase 11 anos e um passado em que os resultados neste domínio e nesta matéria são medíocres como já disse há bocado.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo já terminou.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente. Não quero abusar da benevolência da mesa.

Presidente: Nem vai abusar.

(Risos da Câmara)

O Orador: Esta é a verdade da governação socialista que o Partido Socialista não pode esconder.

Gostaria de referir um outro aspecto. O facto da Região ter 18 mil beneficiários do Rendimento Social de Inserção não me enche de orgulho, por uma razão, é que 7,5% da população depende deste apoio do Estado. Isto significa que a economia dos Açores não está a funcionar e que o PS não tem soluções para a pôr a funcionar.

Muito obrigado.

Deputada Nélia Amaral (PS): Isso não é verdade, Sr. Deputado. Vá averiguar o montante das prestações, vá ver a população que é beneficiária e que tem rendimentos de trabalho. Faça uma análise séria, Sr. Deputado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente estamos aqui a tentar concretizar e a sinalizar as políticas e as estratégias que ao longo destes 10 anos têm tido como finalidade, entre outras, fixar populações, garantir a qualidade de vida de todos os açorianos em qualquer que seja o seu ponto de residência, quer seja a nível da educação, da saúde, do investimento em infra-estruturas e, mais recentemente, no âmbito da Ilha de São Miguel, nas acessibilidades.

Nós não estamos propriamente a justificar nada, mas a demonstrar que esse é um problema que se combate em termos infra-estruturais e não é um problema abstracto que se atira para o ar.

O Sr. Deputado Jorge Macedo disse que o PSD vem aqui, reflecte e o PS não tem resposta. Mas reflecte o quê? Qual é o vosso modelo de desenvolvimento para contrariar esta questão da desertificação?

Ainda não ouvimos aqui se é para apostar nos jovens, se a questão que levantaram tem a ver com a nossa “massa cinzenta” que sai dos Açores e não regressa (foi aquilo que disseram).

Perguntamos: querem que os estudantes do ensino secundário da Povoação, da Graciosa ou de São Jorge sejam obrigados a tirar um determinado curso porque, por exemplo, como dizia há pouco a Deputada Nélia Amaral, não podem ser astronautas, não podem querer trabalhar em Biologia, porque não há em São Jorge?

Então vão ter que tirar determinados cursos para ficar em São Jorge e se calhar até pagar ou receber prémios para ficar lá. Mas isso até podia ser uma política das autarquias, de premiar os jovens que quisessem fixar-se no seu concelho. Que eu saiba não existe este tipo de incentivo por parte dos autarcas para fixar os jovens.

Não se pode obrigar, no espaço europeu como aquele que vivemos hoje em dia, qualquer estudante, seja ele de Ponta Delgada, de Lisboa, do Porto, da Graciosa ou do Corvo, a ficar a residir na terra onde nasceu, porque o espaço europeu permite que as pessoas vão estudar para a França, para a Bélgica, para os países de Leste e até decidirem viver nesses países.

Portanto, não se pode obrigar ninguém a não ser que haja contrapartidas locais, a não ser que haja melhores garantias para que essa fixação se faça. Esse é um aspecto que me parece evidente.

O modelo que está subjacente às políticas que o Governo do PS tem definido tem a ver com aumentar a escolarização, as oportunidades de formação profissional e as oportunidades de fixação económica da população nos seus concelhos.

Para além disso, o Sr. Deputado Pedro Gomes disse que havia um estrangulamento da qualidade de vida.

Perante indicadores, como por exemplo, os nascimentos em espaço hospitalar passaram para 100% na Região Autónoma dos Açores, a taxa de mortalidade infantil hoje em dia está a níveis muito diferentes do que era no passado, já é uma taxa de difícil baixa contínua, como é que é possível vir dizer que a política do Governo Regional tem sido de estrangulamento da qualidade de vida das populações em determinados concelhos?

Eu penso que é evidente que aquilo que os senhores fizeram, ao trazer para aqui o problema da desertificação, ou seja, da perda de população em determinados concelhos e do envelhecimento subjacente a essa perda de população, é um dado estatístico que qualquer um de nós pega nas estatísticas demográficas e regista. Não é novidade nenhuma. Aquilo que trouxeram toda a gente sabe.

O que gostávamos de ter ouvido era a vossa estratégia, porque aquilo que também é argumentário, de que o PS tem estabilidade governativa e podia ter feito muito mais, os senhores também tiveram durante 20 anos estabilidade governativa. O que fizeram? Qual foi a vossa estratégia para fixar as pessoas nesses concelhos que desde 80 vêm perdendo população, inclusive porque não recuperaram do próprio impacto da emigração dos anos 60 e 70? Este problema não é de agora, não é de ontem.

O que é que foi feito nos anos 80 para travar ou recuperar a população perdida com a emigração?

Presidente: Sra. Deputada, agradecia que terminasse.

A Oradora: Terminei já, Sr. Presidente.

Eu não vejo modelo nenhum no passado e não ouvi nenhum modelo na vossa intervenção, até agora.

Deputado Lizuarte Machado (PS): *Muito bem!*

(O Sr. Presidente da ALRAA voltou a ocupar o seu lugar na mesa)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Tomé.

(*) **Deputado Nuno Tomé (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Pedro Gomes na sua anterior intervenção comete um erro que me parece estranho, aliás, é a segunda vez que o repete.

Cita documentos oficiais do Governo a dizer que o Governo nesses documentos reconhece a existência desse problema e depois diz que o Governo nega a existência desse problema. Portanto, é uma contradição. É mais uma das vossas contradições.

(Aparte inaudível do Deputado Clélio Meneses)

O Orador: Eu percebo que o Sr. Deputado Clélio Meneses, em virtude daquilo que aconteceu ontem, das contradições sobre contradições, esteja hoje um pouco nervoso e sensível com essa questão, mas mantenha a serenidade. Creio que a câmara hoje está mais serena do que esteve ontem.

Quanto à desertificação, eu creio que a desertificação do meio rural dos Açores pode resultar em larga medida de nós termos assistido, nos últimos 10 anos, a um enorme esforço da requalificação da mão-de-obra, o que tem gerado aquela situação que a Deputada Piedade Lalanda aqui referiu que é a dos jovens terem dificuldades em encontrar emprego condizente com a sua qualificação na área de residência.

A desertificação não é um problema exclusivo dos Açores. Ele está aqui a ser levantado como se os Açores tivessem tido muito dinheiro para resolver este problema nos últimos 10 anos e não o tenham conseguido fazer, enquanto outros países da Europa o tenham feito sem o mínimo problema.

Não é um caso só dos Açores. É um problema que também afecta o Continente Português e afecta um conjunto de países da Europa como todos sabem.

Portanto, temos que centrar essa discussão, assumir que existe realmente uma necessidade que tem resposta por parte do Governo e que necessita de um novo impulso para que consigamos resolver, ou pelo menos atenuar, estas dificuldades, mas perceber que esta não é uma dificuldade exclusiva dos Açores, que é um problema que afecta toda a Europa e que não pode ser o Governo Regional dos Açores o culpado desta situação.

Gostava também de referir, para terminar, que a França começa hoje a dar sinais de melhoria em relação a isso – é uma verdade indesmentível e foi anunciado a semana passada – porque implementou políticas que visaram reduzir essas assimetrias há 20 anos atrás. Eu creio que nos Açores essas políticas só se começaram a sentir nos últimos 10.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Nuno Tomé, com uma lucidez que não posso deixar de assinalar, pôs o dedo na ferida. É que o PSD cita documentos oficiais que estão em contradição com o discurso oficial do Governo e com outros documentos do Governo Regional. Não é um problema de contradição do discurso do PSD. É um problema de contradição do Governo Regional dos Açores.

Para aqueles que não leram o documento podem consultar www.qren.pt. Os documentos estão lá disponíveis. Foi lá que o Partido Social Democrata os foi buscar, porque até há bem pouco tempo não estavam disponíveis nos sites da Região Autónoma dos Açores.

Por outro lado, interessa aqui dizer o seguinte:

Não sendo o fenómeno da desertificação e do desenvolvimento do mundo rural um problema exclusivo dos Açores, o Governo Regional, porque é um Governo dos Açores, depende de uma maioria parlamentar eleita pelos açorianos e governa o território da Região Autónoma dos Açores, tem a obrigação de ter políticas para a combater e para promover a coesão económica e social dos Açores. A prova que não tem é que os resultados obtidos são os demonstrados na intervenção do Partido Social Democrata e que as vossas intervenções não conseguiram desmentir.

Por outro lado, o PS não pode querer fingir que o Governo Regional tem responsabilidades diferentes do poder local e não pode querer empurrar para as câmaras municipais ou para as juntas de freguesia responsabilidades, competências e execução de estratégias que só lhe competem a ele, que só devem competir a ele e que o Governo Regional não tem querido assumir e tem procurado fazer como se disse, e como eu disse aqui na tribuna, dalgumas autarquias locais adversários políticos, ao invés das fazer parceiros de desenvolvimento. Os casos da Povoação e de Vila Franca que foram concelhos que o Partido Social Democrata visitou em Jornadas Parlamentares são disso exemplo.

Eu desafio a bancada do Partido Socialista a identificar os grandes investimentos que foram feitos até agora nestes dois concelhos (não os que estão anunciados para o futuro), durante estes 10 anos de governação do Partido Socialista. Fica o desafio e espero uma resposta.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Jorge Macedo que nos Açores há liberdade para qualquer jovem optar pelo percurso educativo que acha que lhe é mais favorável e é normal que haja alguns ou até mesmo muitos que no final desse percurso educativo não possam regressar ao seu meio de origem, que haja dificuldade no seu meio de origem em integrar esses jovens. Digo-lhe mais, eu acho que essa tristeza que o senhor sente não é exclusiva dos Açores. Essa dificuldade é geral, é generalizada e é inversamente proporcional à dimensão do meio de origem desse jovem. Quanto mais

pequeno for o meio de origem, mais difícil será reintegrar os jovens garantindo à partida que haja essa liberdade deles escolherem, que não seja condicionada, como dizia aqui a minha colega há bocadinho, às possibilidades e ao percurso de desenvolvimento dessa localidade.

Eu não considero isso uma tristeza. Considero isso uma alegria para os jovens açorianos, uma alegria precisamente por não terem que condicionar os seus percursos educativos às oportunidades que lhes são oferecidas nos seus meios.

Acho muito bem que um jovem açoriano opte por fazer um percurso educativo que saiba à partida que o vai manter longe da sua Região de origem. É uma opção. É um direito que lhe assiste. Não me entristece que os jovens açorianos, que alguns jovens açorianos, optem por isso.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O contrário é que me entristece!

A Oradora: Qual é o contrário Sr. Deputado?

Deputado Jorge Macedo (PSD): É as terras não terem condições para acolher esses jovens!

A Oradora: Ah, é? Então pense quais são as condições...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso compete aos senhores, porque é que governam!

A Oradora :... que seriam necessárias para dotar as nossas ilhas no sentido de acolher todos os jovens se não limitarmos? Ou o senhor defende que se limite as possibilidades de formação dos nossos jovens?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eu não disse isso!

A Oradora: O senhor defende que se limite as possibilidades educativas dos nossos jovens?

Estou a perguntar porque parece-me que existem duas possibilidades.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eu não disse isso!

A Oradora: O senhor não disse isso mas fica implícito nas suas palavras que é uma das possibilidades para que todos os jovens regressem aos seus locais de origem.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eu não disse isso!

A Oradora: Sr. Deputado Pedro Gomes, o senhor trouxe aqui um documento, o Pro-Emprego, que faz um levantamento de problemas. O objectivo desse documento é fazer o levantamento de problemas.

Portanto, não me surpreende absolutamente nada que exista problemas levantados nesse documento. É o objectivo do documento.

O senhor nunca me ouviu dizer nesta casa, a propósito da coesão social, que os problemas estão todos resolvidos e que estou satisfeita com a situação actual, antes pelo contrário. Se o senhor tem prestado atenção às minhas intervenções tem-me ouvido dizer deste lugar e da tribuna que existem problemas por resolver. Tem-me ouvido apontar algumas sugestões de como é que eu acho que se podem resolver esses problemas.

Portanto, não me venha dizer que o relatório, que este ou aquele documento, aponta que existem problemas. Eu sei e não estou satisfeita com a situação actual, mas não finjo que o PS não tem história. No âmbito da coesão social, que foi o contexto da minha intervenção inicial, considero que a história do PS é positiva.

Eu concordo que há idosos nessa situação de isolamento, que ainda há dificuldade de proximidade dos cidadãos aos serviços. Mas não vale de nada tirarmos isso de contexto.

Faça uma análise séria, faça uma análise comparativa. Aquilo que eu desafiei há bocado é que, na minha perspectiva, essa análise comparativa dos últimos 10 anos é positiva.

Em relação ao Rendimento Social de Inserção também não disse que me agradava o facto de haver 18.000 açorianos beneficiários do Rendimento Social de Inserção. Eu também gostaria que nenhum açoriano precisasse de beneficiar do Rendimento Social de Inserção. O que me agrada é que havendo 18.000 que precisam desse apoio possam aceder a ele.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Hoje!

A Oradora: Hoje, porque há alguns anos atrás a alternativa era viverem em condições ... Se o senhor quiser discutir, inscreva-se que vamos discutir.

Em relação a 7,5% da população estar dependente do Rendimento Social de Inserção, mais uma vez gostaria de o desafiar a fazer uma análise séria, a pegar

nesses 7,5%, mas também a pegar no montante dos subsídios, da prestação, no montante médio, sendo 200 euros mensais, gostaria que pegasse também nas idades dos beneficiários, que, como já disse, mais de metade não têm idade para trabalhar por serem crianças ou jovens e deverem estar em contexto educativo ou serem idosos, gostaria que considerasse também o período de manutenção das pessoas na prestação e que considerasse os contratos de inserção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD traz para aqui um discurso culpando o Partido Socialista por 10 anos de governação.

Nós, ao longo de 10 anos, temos obra feita da qual nos orgulhamos.

Há muita coisa por fazer, por isso é que nós cá estamos com a confiança dos açorianos.

Na sua intervenção o senhor diz que a economia açoriana não gera postos de trabalho suficientes para a empregabilidade de todos os jovens. O senhor diz que a esperança média de vida dos açorianos é inferior à do Continente.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Tem dúvidas? Eu tenho gosto em lhe entregar os documentos!

O Orador: O senhor diz que o envelhecimento acentua-se.

Sr. Deputado, eu gostaria de lhe dizer que a nossa obra de 10 anos permitiu que nós conseguíssemos pôr a economia açoriana a crescer mais do que os senhores puseram em 20, nós conseguimos que desde 96 até hoje a esperança média de vida não tivesse um retrocesso mas alguma evolução. Isso é fruto de investimento na área da saúde, nos cuidados de saúde e na melhoria da assistência à 3ª idade.

Nós, em 10 anos, temos um investimento muito superior ao que os senhores tiveram em 20 na qualidade dos serviços/cuidados à 3ª idade. Isso são políticas que nos orgulham e que penso que não estão erradas. Se estivessem erradas os açorianos já tinham dito.

O que estava errado eram as vossas políticas ao longo de 20 anos. Alguns destes indicadores eram muito piores do que aquilo que são agora, porque demonstraram

que os senhores também tiveram milhões da Comunidade Europeia e não conseguiram, em determinadas áreas da sociedade e da economia açoriana, implementar o índice de investimento e de desenvolvimento que os socialistas em 10 anos conseguiram. Esse é que é o verdadeiro problema que os senhores não querem aceitar, não aceitam e ficam chateados quando os socialistas falam do vosso tempo e tentam agora, ao longo destes 10 anos, começar a culpabilizar o PS por 10 anos.

Quero dizer-lhe que temos muito orgulho do trabalho feito ao longo destes 10 anos, que há muito por fazer, estamos a fazer e vamos continuar a fazer, porque a Ilhas da Coesão, o Empreendjovem, o investimento nas SCUTs em São Miguel, tudo isto são medidas de coragem e de inovação política que os socialistas estão a trazer à sociedade açoriana e que até hoje nunca vi da parte do PSD o anúncio de uma única medida, de um único programa a não ser virem aqui criticar, criticar e criticar os 10 anos de governação socialista.

Deputado Osório Silva (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(*) **Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É importante que se diga que no meio rural registam-se hoje melhorias sensíveis em termos de bem-estar social, nomeadamente em termos de equipamentos sociais, mas que se assiste também em algumas zonas dos Açores à falta de vitalidade demográfica e alguma falta de vitalidade económica.

Esta falta de vitalidade económica depende muito do envelhecimento da população, porque quando envelhece a população diminui a oferta de emprego e isso tem grandes repercussões nos níveis de rendimento.

Portanto, o efeito do envelhecimento é multiplicativo nas regiões ultraperiféricas.

As políticas que temos estado a levar a cabo têm tido os seus efeitos e basta analisar os fluxos migratórios que existiam no passado e aqueles que existem hoje. Estas regiões, hoje, são muito menos repulsivas do que eram no passado.

Essa é uma batalha que é difícil de vencer, mas é uma batalha da qual os governos do PS não têm abdicado combater e com resultados ao nível da fixação das populações. As perdas demográficas no passado foram sensivelmente superiores

àquelas que se assistem hoje e isto são dados objectivos, os dados do bem-estar e os dados da fixação demográfica que contrariam e em muito o discurso que aqui tem sido feito.

Muito obrigado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para tentar concluir este debate da parte do Partido Socialista.

Em primeiro lugar, para registar o facto do PSD ter trazido à câmara uma matéria que nos preocupa e que tem merecido da parte do Partido Socialista um tratamento que eu também já tive oportunidade de referir. Pena é que o PSD não tenha trazido qualquer solução, nem muito menos tenha referido alguma autarquia – e eu insisto nesse aspecto – que pudesse ser uma força verdadeiramente inspiradora para a acção do Governo.

Em segundo lugar, quero registar o autismo absoluto do PSD, a sua incapacidade crónica de compreender e de reconhecer a vasta obra que o Governo está a fazer. Tive oportunidade de referir, na primeira intervenção, e ainda agora o meu colega Luís Paulo Alves referiu em relação a um aspecto concreto, mais um exemplo muito feliz, para já não voltar a falar aqui na questão da discriminação positiva do investimento público, do fundo de coesão entre muitas outras questões que os meus colegas ao longo do debate aduziram.

Em terceiro lugar, para reiterar a contradição absoluta entre o Sr. Deputado Pedro Gomes, curiosamente eleito pelo círculo eleitoral de São Miguel, e a Presidente da Comissão Política da Ilha de São Miguel do seu partido. Isto também tem que ficar registado, porque, infelizmente a contradição é já a política oficial do PSD.

Em quarto lugar, apenas uma conclusão, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que nos parece legítima e temos que nos entender claramente sobre esta matéria.

Se o PSD vem aqui sistematicamente, sempre de forma reiterada, mudando ligeiramente o argumento, culpar o que corre mal e tudo o que está mal nos Açores como sendo responsabilidade do Governo, o PS entende que, assim sendo, nós

também temos legitimidade de considerar que tudo o que está a correr bem e tudo o que está bem feito nos Açores é mérito do Governo e do PS.

Srs. Deputados do PSD, acreditem que há muita coisa positiva e muita coisa a correr bem nos Açores.

Os senhores ponham-se a pau!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também para concluir do lado do PSD este debate, dentro dos 3 minutos regimentais.

Gostaria de assinalar, em primeiro lugar, a circunstância de, num debate importante como este que estamos aqui a fazer e ao contrário do que é habitual, o Governo Regional não ter dito nada.

É surpreendente! Um Governo que gosta de opinar sobre tudo o que se debate nesta câmara, que gosta de falar sobre todas as matérias, sobre o problema da desertificação, do desenvolvimento do mundo rural e da coesão económica e social dos Açores, não disse uma única palavra neste debate.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Fica o registo, fica a circunstância e fica também a nota de que o Governo Regional dos Açores já se resignou, já baixou os braços e faz mais do mesmo e se prepara para fazer mais do mesmo durante os próximos anos.

Em segundo lugar, para sublinhar a circunstância do discurso do Partido Socialista ser um discurso fatalista, ser um discurso de resignação.

Enquanto que o PSD apresenta vontade de debater os problemas, vontade de discutir e tratará a seu tempo propostas e soluções, mas o nosso calendário ainda somos nós que o determinamos e não os senhores....

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... e traremos as soluções na altura em que entendemos que as devemos trazer, o discurso que aqui ouvimos hoje por parte do Partido Socialista, foi um

discurso de fatalismo, de resignação e de conformação com a sua própria governação.

Os dados são indesmentíveis, os diagnósticos estão feitos em documentos oficiais e o que é verdade é que o Partido Socialista não sabe como resolver o problema, porque este Governo e esta maioria começam a dar sinais de um profundo cansaço político e de um profundo cansaço da governação.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Não há mais inscrições para este debate.

Passamos à próxima intervenção. Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Tomé. Informo que o PS dispõe apenas de 5 minutos. Não sei se dá para fazer a intervenção.

(Pausa)

Então temos que ficar por aqui, porque esgotaram-se os tempos.

Estão suspensos os nossos trabalhos até às 15 horas.

Eram 12 horas e 45 minutos.

Presidente: Boa tarde Srs. Deputados.

Eram 15 horas e 20 minutos.

Vamos iniciar a Agenda da Reunião com a continuação das **perguntas ao Governo Regional nos termos do nº 1 do artigo 180º do Regimento.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para formular a pergunta.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria perguntar ao Sr. Secretário dos Assuntos Sociais relativamente aos Hospitais EPE, cujo diploma foi publicado ontem em Diário da República, quais são os critérios (se já tem?) de nomeação dos administradores, se o Conselho de

Administração vai ter o número máximo de elementos, se será semelhante nos três hospitais, Horta, Ponta Delgada e Angra, bem como os vencimentos e regalias dos membros do Conselho de Administração?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Antes de responder à sua questão, gostaria de pegar numa frase de ontem, quando iniciou a interpelação, dizendo que o importante é esclarecer.

Por isso, o Governo Regional e o Secretário com responsabilidade na tutela, têm muito gosto em fornecer os esclarecimentos que forem colocados, respondendo objectivamente às situações desde que haja a suficiente informação para que também não restem dúvidas de que há a necessidade de todos nós estarmos suficientemente esclarecido sobre estas matérias.

Relativamente à pergunta que me coloca dir-lhe-ei que o Decreto Legislativo Regional sobre o Estatuto só ontem foi publicado, não por responsabilidade do Governo Regional, mas sim porque entretanto a nível do Diário da República, por estranho que pareça, o documento perdeu-se e ficámos muito surpreendidos. Só a partir do momento que alertarmos o Diário da República por que é que ainda não tinha sido publicado o Decreto Legislativo Regional, é que fomos informados dessa situação e tivemos que enviar o diploma e só ontem é que foi publicado.

Quanto às questões objectivas que me coloca, neste momento estamos a estudar a constituição dos Conselhos de Administração.

Não estão ainda totalmente definidos os Conselhos de Administração. Não vão ter regalias extra sob o ponto de vista de vencimentos ou outras atribuições, o que acontece em algumas entidades públicas empresariais ou empresas públicas; manterão aquilo que está em vigor.

O número de elementos não atingirá o número limite que está previsto no Estatuto que pode ir até 7. O máximo que poderá acontecer em um ou outro hospital é termos

a necessidade de introduzir mais um administrador na área da gestão, mas neste momento não está definido, não está assente.

A partir de hoje e da publicação do diploma, em conjunto com o Sr. Vice-Presidente do Governo (como sabe as nomeações são por despacho conjunto) vamos discutir essa situação e regularizar o mais rápido possível a gestão dos Hospitais EPE.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

O Governo trouxe a esta casa aquele diploma com urgência e argumentou, na altura, para uma questão das contas começarem certas a 1 de Janeiro no ano fiscal e civil de 2007, que era necessário nomear a administração o mais rapidamente possível.

Presumo que o Governo já terá pensado nisso, já terá as pessoas mais ou menos em carteira, digamos assim. Não me interessa saber quem é efectivamente, mas interessa-me saber se do Hospital da Horta, que é um hospital pequeno, para o Hospital de Ponta Delgada, haverá diferenciação no número de elementos a introduzir?

Actualmente ficará apenas um médico e um enfermeiro. Os outros serão gestores de carreira, ou economistas (não será assim?).

Conta, até ao final de Janeiro, ter as administrações dos três hospitais nomeadas?

Apareceu aí nalguma comunicação social, que as regalias extras dos cargos para o Presidente do Conselho de Administração eram de milhares de euros. Queria saber se isso está previsto ou não?

Em relação ao actual, em quanto poderá aumentar a despesa? O vencimento do Presidente do Conselho de Administração mantém-se igual ao do Administrador delegado? Como é que é o aumento da despesa com as novas administrações?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Evidentemente que contamos, antes do final do mês, estarem constituídos os Conselhos de Administração.

Já iniciámos contactos nesse sentido e volto a referir-lhe que o redimensionamento dos hospitais, de facto, são diferentes, sob o ponto de vista funcional e sob o ponto de vista assistencial, o que não quer dizer que não haja necessidades mesmo assim que tenham que ser tidas em consideração dado o histórico da gestão hospitalar, como tem sido feita até aqui.

Relativamente ao Hospital da Horta, podemos estar a equacionar a eventualidade de ser necessário a introdução de um outro administrador para uma área específica exclusivamente da gestão, mas não temos ainda uma decisão definida sobre essa matéria, porque precisamos de uma informação complementar do Conselho de Administração.

Agora, quanto a regalias extras que foram postas a correr de que iriam haver carros topo de gama, iriam ter acesso a cartões de crédito, que iriam ter benesses sob o ponto de vista de telefone, de água e de luz, posso afirmar-lhe e garantir que isso não vai acontecer.

Os vencimentos serão aqueles que actualmente vencem os conselhos de administração dos hospitais.

Presidente: Estão abertas as inscrições para os restantes grupos parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Dentro do âmbito da pergunta e no capítulo da administração, dado que compete a V. Exa, na qualidade de Secretário Regional da tutela e com poderes de superintendência nesta matéria, perguntava-lhe que objectivos e estratégias é que já estão ou vão ser definidos para os hospitais EPE, na medida em que compete ao Secretário Regional da tutela fazer esta definição?

Também gostaria de saber se, sendo celebrados os contratos-programa com cada um dos hospitais com as diversas linhas de produção tal como está definido no Decreto Legislativo Regional 2/2007 (este Decreto faz referência a uma definição de preços praticados no mercado para os diversos actos clínicos e assentes numa tabela) estes preços já estão definidos, que tabela é esta, como é que vão ser fixados, será uma média regional, uma média por ilha, teremos preços diferenciados por ilha para o

mesmo tipo de actos médicos, será uma tabela regional? O que é a que a sua secretaria já tem definido nesta matéria?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, Sr. Deputado Pedro Gomes:

Está definido no Estatuto Jurídico dos Hospitais que pretendemos mais e melhor autonomia de gestão, maior responsabilização económico-financeira, melhor desempenho, eficiência e eficácia e isto tudo vai convergir naquilo que é uma obrigação dos Hospitais EPE apresentarem, que é o seu plano de actividades e o que se propõe nos contratos-programa a celebrar.

Os objectivos no Serviço Regional de Saúde ou em qualquer Unidade de Saúde, serão sempre eficiência, eficácia, rentabilização de recursos, sejam eles humanos, técnicos ou económicos.

Queremos e vamos continuar a tentar melhorar a cobertura assistencial da Região. Particularmente, estamos a falar dos hospitais, de modo a que possamos dotá-los com recursos humanos cada vez mais diferenciados, com novas tecnologias cada vez mais diferenciadas para serem mais auto-suficientes e não termos necessidade de recorrer a entidades nacionais, se bem que continue a existir a solidariedade nacional quando assim é necessário, e queremos sobretudo obter mais ganhos em saúde.

Relativamente aos contratos-programa são contratos que terão que ser relativamente elaborados e seguidos tal como está previsto.

Nós já iniciámos contactos, não só com hospitais EPE a nível nacional, mas com o Ministério da Saúde e com a Escola Nacional de Saúde Pública que tem já uma experiência e um acompanhamento destas situações desde que passaram os hospitais SA para EPE.

Estimulámos e pedimos a colaboração a uma entidade de referência nacional que colaborasse na Região deslocando-se para reunir com todos os profissionais que irão estar envolvidos nas administrações dos hospitais, com a própria tutela e com a Direcção Regional, no sentido de podermos auxiliar nesta nova filosofia a elaboração de contratos-programa adaptados e adequados à realidade geográfica e à

capacidade que temos que ter na prestação de cuidados aos utentes que cada um dos hospitais abrange.

Quanto às tabelas, existem algumas tabelas que estão publicadas para actos diversos. O que nós pretendemos, e integrado no sistema de informatização regional da saúde, é fazer aplicar aquilo que está em vigor que é os grupos de diagnóstico homogénio. Temos já técnicos com formação nessa área. Vamos incentivar a formação, manter a formação desses técnicos e aproveitando a informatização do Serviço Regional de Saúde, introduzir esse mecanismo generalizado em todo o Serviço Regional de Saúde.

Presidente: Não havendo mais inscrições para esta pergunta, passamos à seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Trago-lhe aqui um assunto já muito gasto, as obras no Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo.

Vi anunciadas por várias vezes. Passou pela remodelação nomeadamente do Serviço de Urgência, pela remodelação do próprio serviço, pela instalação de um módulo metálico. Vimos o adiamento para Junho, depois para Setembro e continuamos sem obras.

Tenho aqui um jornal que diz “Urgência – obras em Janeiro”.

Portanto, o que se devia ter iniciado em Setembro não se iniciou e ia-se iniciar em Janeiro.

Diz que as obras do Serviço de Urgência no Hospital de Santo Espírito serão no mês de Janeiro. Este jornal é de Quinta-feira, 7 de Dezembro de 2006 e são declarações da Administração do Hospital de Angra.

No dia 13 de Janeiro de 2007 vem um anúncio de anulação das obras devido à proximidade da construção do novo hospital situado no hiato temporal de 2 anos. Considera-se que a remodelação do espaço em questão já não é necessária.

Eu queria que o Sr. Secretário me esclarecesse isso. São ou não necessárias as obras de urgência? Por que se deveu estes atrasos e “reatrasos” e “reatrasos”? E também esta coisa perfeitamente inusitada do Conselho de Administração, do Administrador

Delegado do Hospital de Angra anular o concurso e as obras que realmente não se vêm no Serviço de Urgência. Eu gostaria de saber em que é que ficamos nessa matéria?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

É verdade, Sr. Deputado Artur Lima, que isso foi dito e foi afirmado por mim nesta câmara, numa interpelação que fiz anteriormente, que as obras se iriam iniciar no decurso do concurso que tinha acontecido.

Posso dizer-lhe neste momento que a reabilitação do espaço onde hoje funciona o Serviço de Urgência do Hospital de Angra já está iniciada. Iniciou-se por uma impermeabilização do suporte da placa para evitar a infiltração de água que existia, irá passar-se à fase de reformulação de tudo o que seja janelas e portas e depois passar-se-á para a fase interior, alterações do piso, pinturas, conservação de portas e todo o material que será necessário.

A anulação desse concurso como está aí publicitado aconteceu e foi solicitada ao meu gabinete, fundamentando que o investimento que estava previsto, dado o espaço temporal que se prevê o início das obras no novo hospital e o concurso em si, os encargos que envolvia, a própria administração entendia que fazendo este tipo de obras, adaptando e readaptando os espaços então disponíveis, era perfeitamente possível, por um lado, melhorar as condições do serviço depois destas obras e, por outro lado, não investir quantias avultadas, uma vez que esse investimento depois passada a fase de construção do novo hospital, a rentabilização dos serviços seria nula.

Avaliada essa fundamentação e esse pedido sob o ponto de vista técnico e com os pareceres recolhidos, entendemos, não pondo em causa a necessidade de remodelar o espaço do serviço de urgência e dado uma maior funcionalidade, dignidade e segurança, era perfeitamente possível isso acontecer, que estas obras agora iniciadas vão manter a qualidade e as condições de resposta para o serviço que se destina.

Por isso, posso dizer-lhe que se iniciaram essas obras, como já lhe disse. São obras faseadas para não prejudicar o normal funcionamento do Serviço de Urgência, que

se poderá ou não utilizar algumas áreas anexas no mesmo piso do Serviço de Urgência, se isso for necessário. Se não for não será, e as obras irão prosseguir dentro do cronograma que está estabelecido e com estes requisitos que acabei de referir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

O concurso para as obras foi anulado, segundo o que diz o jornal. Então as obras estão a decorrer ao abrigo de que concurso? O que é que está programado fazer-se no serviço de urgência?

Como nós sabemos não é só a infiltração de águas. O sistema eléctrico está muito degradado.

Sr. Secretário, eu tenho aqui um documento da Presidência do Governo em que diz (e faço votos para que assim seja) que o hospital estará a funcionar em 2011. Entenda-se que é a obra concluída e não o seu apetrechamento, porque esse demorará mais algum tempo, como é normal. Só se pode mobilar a casa depois de pronta.

Prevê-se aqui um horizonte em pleno funcionamento para 2012, o que quer dizer que temos 6 anos pela frente. Isto quer dizer, Sr. Secretário que, pese embora se admita algum redimensionamento daquelas obras, é importante investir no Serviço de Urgência do Hospital de Angra.

Gostaria de saber que obras vão ser feitas, porque realmente não são 2 anos, como diz aqui. O Hospital de Angra vai estar a funcionar até o novo hospital da Terceira estar pronto. Portanto, são 6 ou 7 anos.

Ora bem, se é para continuar com aquela urgência durante 6 ou 7 anos, se é para capitular e dizer que não vale a pena fazer melhoramentos naquele hospital, parece-me que isto é muito grave para a qualidade do atendimento e para a qualidade e condições de trabalho dos profissionais e dos doentes que lá vão.

Parece-me que este anúncio da anulação das obras foi precipitado. Julgo que as obras deviam ter prosseguido o seu ritmo normal.

Gostaria que me explicasse e me esclarecesse de uma vez por todas qual vai ser a reabilitação do Serviço de Urgência? Se é para fazer, quando começa?

Diz que já começou em Janeiro. Quando é que acaba?

A aula da gastroenterologia onde estava previsto pôr radiologia vai ser utilizada?

Vão-se melhorar significativamente as condições humanas e de trabalho daquele sector, que é a porta de visita daquele hospital? É importante que as pessoas tenham condições, porque passam lá muitas horas.

Preocupa-me, quando a administração vem dizer, que afinal vamos dar umas pintadelas e pôr um bocado de impermeabilizante no tecto.

Até onde que é vai a obra?

Se este concurso foi anulado, o que lá previa não se faz. O que é que resta deste concurso?

Faltam 6 ou 7 anos para o novo hospital estar pronto e é lamentável que se dê a entender que o hospital fica pronto em 2 anos.

Não. São 6 ou 7 anos e espero que se cumpra esse prazo.

Até lá, como é que se resolve o assunto?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

As obras de reabilitação, e volto a dizer que não gosto muito de falar de remodelação, do Serviço de Urgência vão manter-se.

De facto, esse anúncio do concurso peca por ter dito que foi anulado o concurso por inteiro. Não foi! Há uma parte do concurso que está a decorrer.

Já lhe disse que se iniciou a primeira fase, a impermeabilização. Quando se passar à segunda fase, será feita a recuperação do exterior, tudo o que tenha a ver com as janelas e os suportes de protecção da área onde funciona o Serviço de Urgência.

Depois, passar-se-á à fase interna que vai mexer nessas estruturas que referiu, no sistema de electricidade, água, das portas interiores, da funcionalidade de adaptação de determinados espaços para o tipo de cuidados que forem diferenciados e que são prestados na urgência, desde os SOS, às unidades intermédias e à unidade de pediatria.

Também vão ser feitas obras na pavimentação, vai ser melhorada a acessibilidade sob o ponto de vista das estruturas físicas, portas e tudo o que está anexo ao próprio edifício vão ser feitas as pinturas.

Poderá haver necessidade, como disse anteriormente, do serviço temporariamente ocupar um outro espaço contíguo e ao mesmo nível do piso onde está o Serviço de Urgência para melhorar a funcionalidade deste serviço.

Foi com base nestes pareceres e com base nos pareceres do Conselho de Administração e dos profissionais que trabalham na urgência que foi alterada esta filosofia.

Eu estou convicto que aquilo que está previsto para o Serviço de Urgência do Hospital de Angra é uma intervenção benéfica, que vai melhorar significativamente os espaços que estão, vai dar dignidade ao serviço, aos profissionais que lá trabalham e aos utentes que utilizam aquele espaço.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Porque entendo que esta pergunta feita pelo Sr. Deputado Artur Lima é muito pertinente e porque também sei que um hospital tem um desgaste enorme, que é preciso estar continuamente a intervir, não só pelo próprio desgaste, mas também pela evolução técnico-científica, que é preciso fazer adaptações a todo o momento e isto tem sido muito claro nos três hospitais da Região, perguntava ao Sr. Secretário se existe uma previsão do tempo de vida do Hospital de Santo Espírito de Angra?

Face a essa previsão, os investimentos que vão ser feitos agora, como todos os que já foram feitos são suficientes ou não para manter a estrutura com a dignidade necessária para prestar os cuidados de saúde?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, Sra. Deputada Fernanda Mendes:

Como sabem, foi lançado o concurso público internacional. O prazo de entrega das propostas termina a 15 de Maio deste ano e haverá depois uma apreciação das propostas por uma Comissão eleita.

Na perspectiva do Governo e face àquilo que estamos a viver sob o ponto de vista concursal para a construção do novo edifício, se não houver nenhum impedimento, nem nenhuma complicação técnico-jurídica em todas estas fases processuais, com grande probabilidade poder-se-á lançar o início da obra no início de 2008. Portanto, com as perspectivas e as informações que temos recolhidas dos parceiros que têm estado com o Governo a trabalhar nesta matéria e com as informações que têm sido dadas, é provável que o tempo de construção seja até 2011, 2012.

Isto também para justificar um pouco alguma racionalidade que devemos ter no investimento do actual edifício do hospital. Sem pôr em causa a necessidade de manter a qualidade da sua construção, manter a qualidade e o empenhamento dos seus profissionais e sobretudo para os utentes e doentes para quem ele se dirige, o que é certo é que de 2000 a 2005 já foram investidos no actual edifício do Hospital de Angra, não só em obras, cerca de 12 milhões de euros, o que quer dizer que se mantivéssemos este ritmo com certeza já não se justificava fazer o novo hospital.

A partir do momento em que a opção está tomada, o processo está em curso, penso que se deve investir à medida que houver necessidade de reabilitar e melhorar as actuais instalações, mantendo a qualidade, para manter uma prestação de cuidados e de serviços dignos para os cidadãos, sem esquecer os profissionais que lá trabalham.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para colocar a questão seguinte.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Estou tão ou mais ansioso que o senhor para ver publicada a nova Carta de Saúde da Região. Presumo que será no fim deste mês, início do próximo, segundo ouvi V. Exa. em declarações numa entrevista recente.

Espero, Sr. Secretário, que essa Carta de Saúde traga novidades e traga orientações sobre uma série de questões, nomeadamente no que diz respeito às prevenções médicas que devem existir para assegurar o serviço às pessoas, mas devem existir na medida em que são necessárias e também na medida em que são extraordinárias, um regime de trabalho extraordinário e que deve ter obviamente regras.

Eu começaria por lhe perguntar dos diversos regimes de prevenção que existem e que estão publicados, quais os que estão a ser aplicados na Região e, sobretudo Sr. Secretário, a diferença de critérios que há aqui?

Em Ponta Delgada não há serviço de prevenção em estomatologia, e muito bem, porque existe a cirurgia maxi-facial que justifica a meia prevenção que tinha. Por que é a Horta e a Angra têm uma prevenção de 24 horas em estomatologia?

Face aos recursos disponíveis, face ao número de casos, e não colhendo o argumento de que as pessoas de São Jorge, da Graciosa ou das Flores quando têm acidente são tratados (que eu saiba não deixam de ser tratados), daí a minha expectativa na Carta de Saúde para redefinir essas especialidades e essas urgências.

A cirurgia maxi-facial é também uma delas. Espero que lá venha definida.

Queria que me explicasse essa dicotomia de critérios. Não havia outra maneira mais racional de prestar o serviço, nomeadamente com os horários desfasados dos médicos, que vamos falar à frente?

Gostaria que me explicasse, sobretudo, esta coisa inédita da pesquisa que eu fiz no país (na Região tenho certeza absoluta, no país tenho 99,9% de certeza), sobre a prevenção em dermatologia. Por que é que é necessário uma prevenção em dermatologia? Só se for para quando tivermos um “ataque de caspa”!

Queria que o Sr. Secretário me explicasse realmente estas dicotomias e esta mera ultra excepção de uma prevenção em dermatologia no Hospital de Angra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Como sabe, os regimes de prevenção estão regulamentados. O senhor conhece-os e sabe qual a legislação que os enquadra. Sabe, na Região, qual a Portaria que atribui os regimes de prevenção e também sabe que a atribuição das prevenções é da responsabilidade dos Conselhos de Administração de cada Unidade de Saúde. Portanto, a atribuição das especialidades e o seleccionar as especialidades que devem estar em prevenção é dos Conselhos de Administração, analisados a procura, as listas de espera, os Serviços de Urgência, o tipo de especialidade que é. Deliberam, desde que tenham cabimento orçamental e que justifiquem tecnicamente

em Conselho de Administração, em acta, atribuir a prevenção à especialidade A, B, C ou D.

Sob o ponto de vista da estomatologia, é evidente que sabe tão bem como eu o número de estomatologistas que existem na Região.

Relativamente ao problema da cirurgia maxi-facial já não existe, infelizmente em São Miguel, porque entretanto o médico que lá estava pediu a exoneração da Função Pública.

Portanto, é preciso esclarecer que não há meias prevenções e eu não queria, de modo algum, e que isto fique totalmente claro nesta Assembleia, justificar situações que pertencem a um passado recente que eu até compreendo que tenham sido tomadas e não quero de modo algum beliscar quem quer que seja.

O que é certo é que, por exemplo, atribuir meias prevenções é um acto, sob o ponto de vista de enquadramento legal, que não existe. Existia, como disse, em estomatologia em São Miguel; existia, como referiu, no caso particular da dermatologia em Angra do Heroísmo.

As justificações que foram dadas e que justificaram essa atribuição são aceitáveis, são lógicas. Agora, o que é certo é que, sob o ponto de vista legal, não pode existir essa situação.

O problema da dermatologia que levantou relativamente a Angra do Heroísmo não é inédito em Portugal. É inédito na Região, mas no todo do país não é.

Posso dizer-lhe que a fundamentação dada pela Sra. Presidente do Conselho de Administração, que é pública nos órgãos de comunicação social, foi justificada por que é que foi atribuída e foi corrigida.

Gostaria aqui de dizer que esta situação reporta-se a 2004. Não foi na vigência deste Governo, mas quando em Fevereiro de 2006 fui confrontado com essa situação pedi justificações ao Conselho de Administração. Pedi que me apresentassem factos concretos e objectivos para o pedido que estavam a fazer.

Feito esse enquadramento, entregue esses documentos e percebido os objectivos que estavam neste pedido de autorização, o meu despacho, de Maio de 2006, em resposta ao Conselho de Administração, diz:

“Dada a fundamentação apresentada pelo conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, foi autorizada a atribuição da prevenção...”, não meia prevenção, porque isso não existe, “... até à conclusão das auditorias em curso e respectivas conclusões finais e decisões a adoptar e desde que haja cabimento orçamental”.

Nesta sequência, o Conselho de Administração, em reunião, deliberou fazer a atribuição, dentro das suas competências que estão previstas, à dermatologia.

Esta é uma situação que será avaliada a partir do momento em que, entregue a Carta de Saúde da Região, entregue o resultado das consultorias dos recursos humanos que existirem, tal como outras, todas elas terão que ser obrigatoriamente revistas. Por isso, não tenho nenhuma objecção a fazer desde que sejam salvaguardadas a dimensão das listas de espera nesta área específica e desde que a prestação de cuidados esteja garantida.

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: Não. Eu estou a dizer desde que haja dimensão da lista de espera e desde que as situações que ocorrem e que foram identificadas como tal nos Serviços de Urgência sejam atempadamente solucionadas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Eu tenho a Portaria que regulamenta as prevenções. Foi assinada na altura pelo Sr. Secretário José Gabriel do Álamo Meneses, que era titular da área.

Andei aqui de cima para baixo e de baixo para cima e não vejo a dermatologia prevista nesta Portaria. Portanto, não estava prevista por algum motivo.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Não havia!

O Orador: Não havia como continua a não haver, que eu saiba, porque isto não foi alterado.

Havia dermatologistas no hospital, na altura até havia dois e nenhum estava em prevenção, porque realmente não se justifica de modo nenhum.

Eu gostaria que o senhor esclarecesse cabalmente quais foram as razões desse relatório do Conselho de Administração e até que me enviasse, porque nada justifica, para combater uma lista de espera, atribuir uma prevenção a um médico. Isto é subverter o regime da prevenção, isto é, permita-me, abandalhar o sistema.

A lista de espera combate-se com horas extraordinárias, com contratualização de outro número de consultas, etc., etc.

Agora, atribuir uma prevenção para combater uma lista de espera e ver os doentes que estão em lista de espera, como já vem acontecendo, nesta especialidade, Sr. Secretário, é de “vir as lágrimas”. É lamentável que o Conselho de Administração, primeiro, tenha justificado uma prevenção com isto e ainda é mais lamentável que o senhor a tenha aceite.

É bom que se esclareça isso, porque ela nem sequer está prevista no mapa das prevenções atribuídas aos hospitais. Na 62/97 não está atribuída.

Com que base legal é que foi atribuída?

O Conselho de Administração ainda não faz Portarias nem as altera. O senhor é que as altera, acho eu.

Quando aqui diz, e muito bem, “a utilização dos regimes de trabalho de excepção como é a prevenção, deve ser utilizada com critérios uniformes para as situações idênticas e com soluções apropriadas para aqueles que tenham especificidades atendíveis”. Mera excepção! O Sr. Secretário subverte o espírito da lei nacional. Subverte este, não o respeita, porque não está previsto no mapa das especialidades com atribuição de prevenção hospitalar, não está aqui prevista. Já é um abuso e o Sr. Secretário sabe tão bem como eu que há a prevenção, há a prevenção mista e há por chamada, que ainda é uma coisa diferente. São todas legais, podem utilizar-se e deve-se utilizar diferencialmente para cada caso, porque o senhor sabe que elas saem caro, ou então há dinheiro para tudo e não se pode negar deslocações de doentes e acompanhantes ao continente porque não há dinheiro e não se pode negar aumentar mais as diárias dos doentes porque não há dinheiro, etc., etc.

Portanto, se há dinheiro, prevenção sim, quando é necessária ao serviço e para melhorar os cuidados de saúde ao serviço da população. Nestes casos de manifesto abuso e desperdício, não Sr. Secretário, como é o caso, nitidamente da estomatologia

e este flagrante e escandaloso da dermatologia que eu gostava que me indicasse qual o hospital nacional que tem prevenção 24 horas de dermatologia. Gostaria de saber, porque não consegui descobrir nenhum.

Na Região é caso inédito. Porquê só ali? Em Ponta Delgada não há necessidade? Não há casos em Ponta Delgada? É diferente de Angra?

Está aqui bem escrito: procedimento uniforme.

Se é para atribuir uma prevenção então faça-se para a Região toda.

O que é que Angra tem de diferente de Ponta Delgada ou da Horta?

Há aqui critérios que vão contra a letra da lei, Sr. Secretário. Eu não quero entrar por esse caminho, mas isso tem outras envolventes exteriores. Vamos lá ver se esclarecemos isso de uma vez por todas nesta Região. Por que é que um tem e outro não tem, o vizinho tem, o compadre não tem?

Eu queria que o Sr. Secretário, como é a minha última intervenção nesta matéria, fosse de uma vez por todas, e finalmente, esclarecedor, porque nada justifica, nada, rigorosamente nada, e podemos aprofundar isso mais tarde, a atribuição desta prevenção em dermatologia e nada, ou pouco, muito pouco, justifica a prevenção de estomatologia, sobretudo também, quando não é uniforme.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Volto a referir que a Portaria 62/97 é conhecida e está em vigor. É evidente, como também já lhe disse, que os critérios de atribuição das prevenções são dos Conselhos de Administração, avaliados os impactos. Não é por despacho do Secretário. Os Conselhos de Administração deliberam mediante o estudo e fundamentação que é apresentado pelas direcções clínicas.

Volto a referir que não gostaria de levantar esta questão mais para trás, por questões de princípio e de ética. Isso vem desde 2004 e é uma situação que eu prezo.

Vou falar na situação que se passou recentemente, e que já esclareci entre outras coisas, do processo do hospital para perceber por que é que o Conselho de Administração decidiu atribuir a prevenção em dermatologia. Diz assim:

“...remuneração quase idêntica à de alerta, urgências muitas vezes e chamadas ao Serviço de Urgência, diminuição da lista de espera, estudo económico que aponta para a viabilidade da opção. Garantir melhor serviço sem aumento considerável de custos”.

Se isto está escrito e assumido, com certeza que será avaliado e se verá.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Onde é que foi atribuído?

O Orador: Foi atribuído à situação de dermatologia.

Não estou a pôr aqui em causa se Ponta Delgada tem ou não necessidade, se a Horta tem ou não necessidade. Isso é uma questão que o Conselho de Administração tem que assumir, tem que estudar e tem que saber qual é o impacto que tem.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É um critério uniforme!

O Orador: Portanto, isso é uma situação que tem que ser fundamentada com o parecer. Então para que é que servem as direcções clínicas, para que é que servem os Conselho de Administração?

É para tomarem as decisões porque têm autonomia nesse sentido.

Quando fazemos as avaliações e detectamos as situações, qual a função de perguntar o porquê dessas situações?

Esta situação para nós está esclarecida, foi fundamentada nesse sentido, reporta-se, como lhe digo, a Maio de 2006...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É ilegal!

O Orador: Não é ilegal!

... especialidades de dermatologia com presença física e prevenção, Hospital de Santa Maria, Hospital da Universidade de Coimbra, Hospital do Desterro, Hospital de São João, Hospital de Santo António, no Porto”.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Urgência não é prevenção, Sr. Secretário!

O Orador: Desculpe. As informações indicam presença física e prevenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Ouvi, com toda a atenção, o Sr. Secretário responder às perguntas do Sr. Deputado Artur Lima e devo dizer que fiquei espantado. Fiquei espantado por duas razões:

Em primeiro lugar, porque esta Portaria 62/1997 é uma portaria de carácter transitório. É transitório porque o artigo 4º diz o seguinte:

“A fim de ser estudado o regime de funcionamento dos serviços no que respeita ao regime de prevenção é criado um grupo de trabalho, a nomear por Despacho do Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, constituído por um Administrador Delegado, um Administrador Hospitalar, um representante da Direcção Regional de Saúde, um representante da Ordem dos Médicos, um enfermeiro e um técnico de diagnóstico e terapêutica, cujo relatório deverá estar concluído até 30 de Novembro de 1997”.

Pelas minhas contas já passaram 10 anos. Desconheço tal relatório.

Pergunto-lhe concretamente, Sr. Secretário:

Existe este relatório?

Quais as conclusões deste relatório sobre a alteração do modelo de prevenções fixado por esta Portaria?

Em segundo lugar, o artigo 5º desta mesma Portaria, indiciando também no seu carácter transitório e até mesmo provisório, diz que “a alteração ao modelo global das prevenções nas Unidades de Saúde da Região será feita quando o modelo ora em preparação esteja em condições de ser implementado”.

O PS está no Governo há mais de 10 anos. Esta é uma Portaria de um Governo do Partido Socialista, aliás, do seu colega que era antecessor nesta área. A questão é esta, Sr. Secretário:

Por que é que este modelo não foi alterado na medida em que ele está claramente desadequado em relação ao funcionamento das Unidades de Saúde da Região?

Não deixo de manifestar a perplexidade do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata quanto a esta matéria e quanto à inércia da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais neste aspecto.

Em terceiro lugar, Sr. Secretário, gostaria de lhe perguntar, atendendo à mutação do regime dos hospitais públicos para hospitais EPE, que há pouco discutimos, se faz sentido continuar a manter este modelo da forma em que está, atribuindo aos Conselhos de Administração, dentro das quotas que estão fixadas por esta Portaria, a definição dos regimes de prevenção, ou se esses regimes de prevenção deverão

constar também dos contratos-programa a celebrar entre a Região e cada um dos hospitais EPE, tendo um valor tabelado de pagamento e dentro do pressuposto da separação entre o financiador e o prestador de serviços que, aliás, é a lógica dos hospitais EPE?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não existe nenhum relatório que tenha saído desse despacho feito na Região. Respondi claramente a isso.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Claríssimo!

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Responder, respondeu!

O Orador: Se é ou não necessário rever a Portaria 62/97 relativamente às prevenções, indiscutivelmente que é. Só não foi feito, independentemente da inércia que o Sr. Deputado referiu, porque entendemos que a partir do momento que se assumiu que de uma vez por todas a Região iria ter uma Carta de Saúde que vai levantar e que vai fazer o levantamento exaustivo de todas as situações existentes nos serviços de saúde da Região juntamente com o relatório de assessorias, não faz sentido que neste momento se fizesse revisões de portarias para solucionar determinadas situações que são apontadas como os hospitais que,...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Nem uma coisa, nem outra!

O Orador: ...entretanto, vão merecer uma reavaliação de todo este processo.

Também é preciso não esquecer que os recursos humanos então existentes nessa altura eram muito diferentes dos que existem agora. Portanto, havia situações em que a portaria tinha todo o sentido de ser, como também tinha sentido de ser fazer determinadas alterações sob o ponto de vista dos Conselhos de Administração de autorizações de atribuição das Portarias para garantir a acessibilidade da prestação de cuidados.

Quanto à questão dos hospitais EPE, com certeza que vão ter que obedecer àquilo que for determinado e sair desses documentos, da discussão pública, do que for

aprovado. Todo esse sistema, terá que ser obrigatoriamente revisto. Essa é a opinião do Governo.

Presidente: Passamos à pergunta seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Realmente não me respondeu à minha pergunta sobre a Carta da Saúde. Permita-me, Sr. Presidente, e espero que continue a haver a serenidade que tem havido neste debate, um comentário.

Sr. Secretário, se temos a Carta de Saúde para sair em Fevereiro ou Março, porquê atribuir agora uma prevenção de dermatologia? Por três ou quatro meses que se ia alterar isso? Sr. Secretário, está a contradizer-se.

Passo à pergunta seguinte:

Tem a ver com a Sida.

Gostaria de saber alguns esclarecimentos sobre essa matéria. É uma doença que cada vez mais nos preocupa, porque vai atingindo indiferenciadamente. Começou por ser uma doença com algum estigma, mas agora é quase transversal à sociedade e deve merecer grande preocupação.

Qual o plano de actividades da Comissão Regional de Luta Contra a Sida para 2007?

Quais as acções de prevenção executadas em 2006, o seu grau de cumprimento e público alvo?

Qual o número de doentes declarados em 2005 e 2006 na Região Autónoma dos Açores?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que me referi à Carta de Saúde dos Açores na altura que a questão foi colocada pelo Sr. Deputado Artur Lima. De qualquer maneira permita-me esclarecer uma afirmação que fez e que eu não concordo. Discordo quando diz que se corta deslocações de doentes e acompanhantes. Que eu tenha conhecimento, não é verdade.

Dir-lhe-ei que em 2005 os encargos com a deslocação de doentes e acompanhantes para o Continente foi qualquer coisa como 5.5 milhões de euros.

Portanto, que eu saiba, não tem havido nenhuma restrição nessa matéria, desde que cumpram com o que está regulamentado.

Relativamente à sida, como sabe, a evolução de todo o processo relacionado com a luta contra o VIH/Sida têm sofrido alterações a nível nacional, como a nível regional.

Nós temos tentado acompanhar aquilo que é feito a nível nacional. Não temos tido um apoio, nem uma colaboração muito directa da Comissão Nacional, mas não temos deixado que a estrutura que então existia não tivesse actividade na Região, se bem que pela Resolução 145/2006 foi reestruturada a Comissão.

Nós, neste momento, temos que nomear o coordenador regional que é quem tem a responsabilidade de fazer o plano anual de actividades para depois replicarmos nos sub-coordenadores regionais e nos núcleos locais de prevenção da sida.

Em 2005, posso dizer-lhe que no âmbito da então Comissão da Sida, para além das acções pedidas pontualmente por várias entidades, escolas, estabelecimentos prisionais, fez-se a abertura de um centro de aconselhamento de intenção precoce do VIH/Sida centralizado no Centro de Didactologia de Angra do Heroísmo.

De facto, não é uma procura muito evidente. Gostaríamos de implementar os centros de diagnóstico anónimo como foram anunciados a nível nacional e felizmente também a nível nacional esses centros não funcionam por várias razões.

A Comissão Regional em 2005, tal como disse, acompanhada dos seus núcleos locais, fez acções de sensibilização em escolas e estabelecimentos prisionais. Em 2006 fez distribuições e acções da mesma maneira, acompanhadas de material de campanha, nas Unidades de Saúde, nas escolas e nas Associações de Jovens.

Em 2007 reforçou essa informação e a formação nas escolas. Entrou num concurso escolar com o tema “Aprender a prevenir a infecção do VIH/Sida” de âmbito nacional, no qual conseguiu motivar 8 participações.

Quanto a números, em 2005 temos 22 casos diagnosticados na Região, 4 no Hospital da Horta, 8 no Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, 10 no Hospital do Divino Espírito Santo.

Em 2006, temos 34 casos, 1 no Hospital da Horta, 6 no Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, 27 no Hospital do Divino Espírito Santo.

Esta realidade que, de facto, é preocupante, levou-nos a que no âmbito da actual estrutura nacional e da coordenação do Programa Nacional de Prevenção e controlo do VIH/Sida, tivéssemos tido já duas reuniões com o Sr. Coordenador Nacional, a última no passado dia 10 destes mês para articularmos e dinamizarmos toda uma campanha a nível nacional incluindo a Região.

É isso que estamos a trabalhar para em breve implementarmos esta nova dinâmica também com a nomeação de novos elementos para os núcleos locais de prevenção da sida que, como sabe, são constituídos sempre por um médico ou um enfermeiro do Centro de Saúde, por um professor efectivo da escola e com duas personalidades que na comunidade são identificadas de referência para dinamizarem as acções nos locais.

Uma das situações que nós queremos privilegiar é, de facto, a formação de formadores em particular para que na Região se possa dar continuidade e duplicar essa formação nas diversas comunidades.

Evidentemente que este é problema que nos preocupa se bem que nós sabemos que em fase da situação existente, da abertura de fronteiras e livre circulação de pessoas, estes números associados a outras situações de patologia podem contribuir para esta situação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Não me considero minimamente esclarecido com a sua resposta.

Perguntei quais as acções de prevenção executadas em 2006 (identifique-as se faz favor), o seu grau de cumprimento, se foram ou não cumpridas, e qual o público alvo?

Em 2005 perguntei-lhe o número de casos. Realmente, segundo números divulgados pelo GACS têm vindo a aumentar assustadoramente. A página é oficial.

Em 19 de Maio de 2005, o Sr. Secretário diz o seguinte:

“É preocupante o número de casos de sida a crescer. É necessário reorganizar a Comissão Regional de Luta Contra a Sida.”. O senhor disse isto, mesmo antes de já ter manifestado a sua preocupação a esse respeito e na sequência do aparecimento de mais 65 casos comparativo a 99. O senhor manifestou e bem essa preocupação.

Esperava-se que a acção fosse imediata dada a gravidade da situação.

O que acontece que é um ano e meio depois é que é publicada (a 16 de Novembro de 2006) a reestruturação da Comissão Regional de Luta Contra a Sida, ou seja, andamos um ano e meio à espera de reestruturar a comissão e ainda não temos o coordenador nomeado.

Sr. Secretário, lamento dizer-lhe mas esta eficácia deixa muito a desejar. Não é assim que chegamos lá.

Sabemos das divergências do financiamento da Comissão Nacional, que não quer financiar a regional. Mas temos ou não dinheiro para financiar a campanha de Luta Contra a Sida Regional, financiar a Comissão e pô-la a trabalhar? Essa é que é a questão.

É preocupante e mais preocupante é ainda Sr. Secretário, como o senhor reconheceu, com a vinda de estrangeiros e de gente das mais diversas proveniências para a Região. Não sabemos o que é que vem.

Fala na prevenção às crianças.

Quais foram as acções?

Como é que justifica um ano e meio? Ou seja, levou meio ano de 2005, o ano inteiro de 2006 sem fazer rigorosamente nada e já vamos em 2007 e nada. Foi publicada e ainda não há um coordenador? De Novembro até agora e ainda não nomeou um coordenador?

Sr. Secretário, isso não se entende, não se entende qual é a vontade do Governo e se realmente está empenhado em combater este flagelo. É isso que não se percebe com todos esses atrasos e é isso que o senhor tem que deixar aqui bem claro, se o Governo quer, se tem interesse, se está empenhado em combater a sida e em prevenir a propagação dessa doença, porque não é isto que está aqui dito.

Insisto, quero saber, em 2006, o que é que foi feito? Fiz-lhe uma pergunta directa e objectiva e quero que me explique esta demora toda que lhe acabei aqui de dizer que

realmente revela um certo laxismo por parte do Governo. Qualquer pessoa que pegue nisto entende dessa maneira.

A gente fala mas vamos deixando andar. É o *dolce fare niente*.

Em Novembro é publicada a nova Comissão, é reestruturada e não temos o coordenador. É o *dolce fare niente*.

Sr. Secretário, julgo que o senhor tem grandes responsabilidades nisso e o senhor tem que me esclarecer de uma vez por todas como é que vai ser daqui para o futuro, que é o futuro que nos interessa, como o senhor diz às vezes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Artur Lima:

Em 2006 digo-lhe que houve uma situação de transição da Comissão em que o Sr. Presidente se demitiu e tivemos dificuldade em encontrar alguém que quisesse assumir essa Comissão e quisesse pegar neste processo, que é um processo complexo, embora não seja por falta de dinheiro, nem por laxismo do Governo, nem é por falta de empenhamento do Secretário Regional.

Neste momento a dificuldade que temos em encontrar o coordenador regional é alguém que tenha vontade e queira disponibilizar-se para isso, porque esta comissão não tem nenhuma benesse, não tem nenhum benefício. Exige trabalho, empenhamento, sobrecarga e encontrar alguém que queira assumir.

Temos tentado, procurado e desafiado os profissionais de saúde e outros para assumirem esta situação. Não tem sido fácil, temos que assumir, embora queira dizer que tenho a esperança que a muito curto prazo haja uma resposta positiva nesse sentido.

Nós não podemos estar a obrigar ninguém a assumir a presidência de comissões. Ninguém pode chegar junto de um médico, enfermeiro, psicólogo ou sociólogo e dizer que ele tem que assumir a comissão.

Nós temos que interceder e fazer vingar a importância que esta comissão tem, os objectivos que tem, para sensibilizar aqueles que, para além do trabalho que têm, queiram assumir esta responsabilidade. Esta é que é a grande verdade. Temos que assumir que cada vez mais é isso, tendo em consideração os recursos humanos que

temos, os desafios que esses recursos humanos têm no seu dia-a-dia e a idade de alguns recursos humanos.

Temos tido alguma dificuldade.

Espero que com alguma expectativa positiva encontremos uma pessoa que queira assumir de uma vez por todas a coordenação regional desta nova reestruturação da Comissão da Sida.

Por isso mesmo, em 2006 não houve nenhum plano porque entretanto não foi traçado.

O que houve foi acções isoladas dos restantes membros que pegaram em todo o material que já existia e que foram pelas unidades de Saúde, pelas escolas, pelas solicitações que foram tendo, fazendo acções de campanha.

Enquanto não houver esta estrutura montada de uma vez por todas e estruturada, a funcionar, com certeza que não pode haver um plano de actividade previsto neste momento.

Se me encontrar uma pessoa que queira assumir desde já, indique-me que eu agradecia.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Porque entendo que este assunto é importante e também porque na região, ao longo dos tempos, temos assistido a um fenómeno epidemiológico específico, eu gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Secretário:

Se repararmos, nós temos de vez enquanto uma subida abrupta de casos de HIV positivos. De seguida, há uma diminuição, também abrupta.

Outras vezes os casos se mantêm não aumentando em grande número. Portanto, é um ciclo muito irregular.

Pergunto ao Sr. Secretário:

Esses ciclos são extemporâneos ou surgem em dadas circunstâncias?

Os serviços de saúde estão ou não “divorciados” desses acontecimentos epidemiológicos?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Evidentemente que, pelos dados que temos, isto são situações cíclicas e que têm muito a ver, na nossa interpretação, sob o ponto de vista epidemiológico, com a mobilidade que verificamos na Região de cidadãos de zonas onde há uma maior incidência ou maior prevalência de indivíduos portadores do VIH e também da própria Sida.

A evolução tem-se dado desde 97 sobretudo com valores que vêm aumentando. O que é, de facto, curioso é que aumenta em 2005 e 2006, fundamentalmente. Até então, desde 97, as variações não são muito significativas, do aparecimento de novos casos. Agora, é preciso referir, e pelos dados que temos, que na Horta poderá haver uma relação causa/efeito com o problema do sismo, com a vinda de trabalhadores de outros países, onde há um maior incidência (alguns se radicaram, outros não). Em Ponta Delgada, fundamentalmente, são situações que surgem nesta comunidade de populações muito vulneráveis e de altíssimo risco de poderem já ser portadores, quer do VIH, quer da própria doença. Em Angra do Heroísmo, temos o mesmo panorama, o que quer dizer que a mobilidade que há hoje em dia na Região das pessoas e bens, mas sobretudo de pessoas, é um factor que na minha opinião tem uma relação directa com esta situação, se bem que também possa estar associado a comportamentos, como todos nós sabemos e a outras situações de risco que estão directamente relacionadas com esta situação, como seja a questão da tuberculose e outras que não vou falar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

A conclusão a que eu chego é que o Governo Regional tem uma estranha noção do tempo, porque há pouco quando discutíamos as prevenções médicas, em 10 anos não aconteceu nada.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Aconteceu, para pior!

O Orador: É verdade, nalguns casos aconteceu para pior.

O que é verdade é que olhando para o que se está a passar em matéria de combate à Sida, do plano institucional e da Comissão Regional de Luta Contra a Sida, novamente o Governo demonstra uma estranha noção do tempo.

O Governo tem dificuldade em reconhecer que a Comissão Regional de Luta Contra a Sida nunca funcionou bem nos Açores.

O Sr. Secretário há pouco dizia que não é por falta de dinheiro, não é por falta de meios. A pergunta que se impõe é, então por que é que se chegou a este estado de coisas? Por que é que a Comissão nunca funcionou bem e por que é que o Governo está desde Novembro do ano passado para nomear um coordenador para a Comissão Regional de Luta Contra a Sida?

Outra pergunta que se impõe também é por que é que o Governo persiste em encontrar um médico ou um enfermeiro para dirigir esta Comissão? Não é necessário.

O Governo que é tão lesto em encontrar tanta gente para outras funções nesta Região, tão rápido a nomear dirigentes na função pública, que nomeia aposentados para desempenharem funções públicas, vem agora dizer que não consegue encontrar alguém para dirigir a Comissão Regional de Luta Contra a Sida?

O PSD está preocupado com este problema.

Deputado José San-Bento (PS): Está a candidatar-se?

O Orador: Não estou não senhor, esteja descansado.

Deputado José San-Bento (PS): Parecia!

O Orador: V. Exa. pode talvez meter as suas cunhas junto ao Sr. Secretário para colocar algum *boy* disponível para esse lugar.

O Partido Social Democrata está preocupado com esta questão, sobretudo pelos números que já eram públicos e que o senhor aqui assumiu. De 2005 para 2006 há um aumento de 54,54% dos casos diagnosticados de Sida.

Pergunto: por que é que estamos nesta situação?

O Governo está tranquilo, como V. Exa. aparenta estar, com este estado de coisas?

Nós não estamos!

Está em causa uma questão de saúde pública, combate e prevenção a uma doença altamente transmissível, mortal, que o seu aumento tem a ver, e nisso estamos de

acordo, com um afluxo de outras pessoas aos Açores. Estudos realizados demonstram que essa situação propicia e a propagação desta doença.

O que é verdade é que o Governo nesta Assembleia responde a perguntas com uma tranquilidade como se o problema não fosse seu e como se não tivesse nada a ver com esse assunto.

Porquê tanta tranquilidade perante um estado de coisas tão lamentável como este?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Gomes:

A tranquilidade é minha, por natureza, porque eu sou uma pessoa normalmente tranquila, mas não estou tranquilo quanto a esta situação. Tanto não estou que tenho estado a desenvolver iniciativas para encontrar alguém que queira assumir a responsabilidade, ser coordenador regional.

Eu não disse que era obrigatório ser médico ou enfermeiro, até porque pode ser um psicólogo, um sociólogo ou um professor. Tem que ser alguém que perceba e interiorize esta problemática, que saiba que tem que desempenhar uma função importantíssima na dinamização de uma comissão e no combate a esta situação, que tem que ter capacidade de dinamizar as estruturas intermédias que estão criadas e tem que ter a capacidade também de ser mobilizador dos núcleos locais que devem existir em cada uma das comunidades.

E em cada uma das comunidades começámos também a ter dificuldades em encontrar pessoas que queiram integrar os núcleos, se bem que praticamente estejam quase todos constituídos com alguma felicidade nossa. Portanto, aqui tenho alguma tranquilidade.

Tenho alguma intranquilidade sob o ponto de vista de encontrar rapidamente uma resposta de uma pessoa que queira assumir, de facto, o cargo de Coordenador Regional da Luta Contra a Sida.

Como lhe disse na intervenção anterior, estou muito convicto que muito em breve será encontrada uma pessoa, independentemente de ser profissional de saúde ou não que poderá assumir esta luta.

Com o compromisso que nós temos e que estabelecemos com o Sr. Coordenador Nacional será possível (esta é a nossa esperança) darmos o salto em frente na dinamização de todo o combate que está directamente ligado a este fenómeno que é da transmissão do VIH e da sida.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Vou ter que fazer aqui um reescalonamento das minhas perguntas. Sou uma pessoa muito poupada.

Sr. Secretário, vamos à gripe das aves.

Tenho aqui declarações da Nobel Directora Regional da Saúde que diz que “os Açores estão preparados para a eventualidade de uma epidemia da gripe, garante Maria Teresa Brito”.

De acordo com Maria Teresa Brito “existe uma estreita colaboração entre a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e a Direcção Regional da Saúde”.

Essa estreita colaboração é autónoma, ela não devia funcionar normalmente. Os senhores colaboraram uns com os outros, mas não fazem parte.

Ela também fala num plano de contingência. Qual é esse plano de contingência regional, Sr. Secretário? Onde é que está publicado?

Quem são os médicos sentinela e quando foram nomeados?

Essa rede de médicos sentinela já existe há muito tempo no Continente, como o Sr. Secretário sabe. Quanto tempo depois é que passou a existir nos Açores?

Quais os medicamentos disponíveis, a quantidade e como estão distribuídos regionalmente, quem os controla e quais são as Unidades de Saúde preparadas para receber eventualmente algum caso vítima dessa epidemia?

A Sra. Directora Regional, aqui, diz que essas vertentes incluem a componente de informação e saúde. Eu nunca vi nenhuma.

Neste plano de contingência que inclui vertentes de informação e saúde, cuidado de saúde e ambulatório, internamento, etc., nunca vi nada a esse respeito. Mas ela diz que se trata de uma medida que já se encontra na Região e uma reserva significativa de medicamentos no caso de ser despoletada uma situação de gripe das aves.

Aproveito para lembrar o Sr. Secretário que o senhor tem uma coisa que se chama Direcção de Cuidados de Saúde, que substitui às vezes, e bem, o Coordenador Regional da Sida.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de responder à pergunta do Sr. Deputado Artur Lima dizendo que desde a primeira hora a Região Autónoma dos Açores está integrada na rede nacional que está criada para a estratégia da gripe das aves.

Posso dizer-lhe que neste momento, em articulação estreita com a Direcção Geral da Saúde e o Instituto Nacional Ricardo Jorge, estamos permanentemente em contacto e estamos permanentemente a acompanhar toda a evolução que diz respeito à gripe das aves.

Na região, neste momento, estamos integrados na Rede Nacional que faz o diagnóstico precoce de uma eventualidade do surto da gripe das aves.

Temos dois equipamentos instalados no Hospital de Ponta Delgada e no Hospital de Angra que se chama PCR em tempo real. Também temos técnicos formados que foram ao Instituto Ricardo Jorge fazer uma formação específica, não só para trabalhar com este equipamento que não se destina exclusivamente a fazer o diagnóstico de um eventual contágio da gripe das aves, mas para fazer outro tipo de diagnóstico. A título de curiosidade podia dar-lhe o exemplo da leptospirose, mas neste momento não interessa para aqui.

Estes dois hospitais entraram nos laboratórios nacionais reconhecidos para dar resposta efectiva a esta situação.

Quanto à questão da formação, quero dizer-lhe que houve duas acções em que estiveram presentes o Sr. Director Geral da Saúde e a Sra. Subdirectora Geral da Saúde, especificamente para falar da gripe das aves, sobre o plano de contingência, quais as medidas a adoptar, o que é que estava preconizado e tivemos a preocupação de convidar também as Câmaras de Comércio, os industriais, enfim, todas as entidades, de maneira que, por um lado, ficassem sensibilizadas para esta

problemática e, por outro também, viessem, no futuro, a adaptar-se e a apresentar um plano de contingência e um plano de defesa de cada uma das estruturas.

Infelizmente, será de dizer que, após as nossas insistências, através da Câmaras de Comércio, até hoje, não tivemos nenhuma resposta de nenhuma empresa, nem de nenhuma Câmara de Comércio, a nos propor qualquer plano para esta situação.

Na Região temos, em parceria com a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, mais particularmente com a Direcção Regional da Veterinária, um plano de contingência que, fazendo o núcleo operacional deste plano regional, está em articulação com a Direcção Geral da Saúde e com o Instituto Ricardo Jorge, que é composto pelo representante do Governo Regional dos Açores na Comissão do Planeamento de Emergência da Saúde, temos um elemento que faz parte da informação em saúde, um elemento da área da saúde pública, um elemento na área dos cuidados de saúde em ambulatório, um elemento em cuidados de saúde em internamento, dois elementos na área dos medicamentos, vacinas e equipamentos e um elemento ligado à área da comunicação.

Também temos, como sabe, uma Comissão que é coordenada pela Directora Regional com competência em matéria da saúde, juntamente com o Director de Serviços Médico-veterinários e com um médico-infecciosologista na Região que têm acompanhado sempre todas as acções que a nível nacional são feitas e que têm que ter resposta para a Região.

Neste momento existe um stock de reserva estratégica de medicamentos que transportei pessoalmente, em mão, da Direcção Geral da Saúde para a Região, que está guardado num local específico para actuar numa situação de imediato, porque depois o armazenamento do resto da medicação está prevista para uma eventual pandemia.

O contingente para os Açores está assegurado pelo concurso internacional que foi feito, e será rapidamente entregue na Região. Por isso, no âmbito da gripe das aves, e numa relação estreitíssima com a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas que nos tem dado um acompanhamento da situação, gostaria de lhe dizer que esta situação é preocupante sob o ponto de vista da saúde pública e do eventual impacto

de virmos a ter uma situação desta natureza, mas para já não temos nenhuma situação de alarme.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Lamento. Mais uma vez não respondeu às minhas perguntas.

Quem são os médicos sentinela nos Açores, quando foram nomeados e onde é que estão? Se faz parte da rede nacional, tem que estar cá alguém.

O que é o plano de contingência? Onde é que está publicado? Se ele existe tem que estar publicado. Também não respondeu a essa pergunta.

Sr. Secretário, estas coisas não são segredo de Estado. Qual a quantidade de medicamentos? O Sr. Ministro da Saúde anunciou a quantidade disponível a nível nacional. Eu quero saber qual a quantidade disponível nos Açores?

O senhor trouxe consigo 3 ou 4, presumo.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Não!

O Orador: Portanto, quero saber quantas são e como é que estão distribuídas por ilha? Não quero que me diga que estão no gabinete tal, do senhor director tal.

Resumindo: quantas são, quantas unidades temos, qual o plano de contingência, quem são os médicos sentinela, quando foram nomeados? A isto o Sr. Secretário tem que me responder.

Espero que as vacinas para a gripe das aves não estejam nalgum contentor, como se verificou aqui a alguns anos que andou uma coisa perdida. Espero que não estejam armazenadas no mesmo sítio que esteve o litotritor há alguns anos atrás.

Sr. Secretário, esclareça-me se faz favor e com precisão as perguntas que eu fiz.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Médicos sentinela não são médicos exclusivamente para o diagnóstico da gripe das aves.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem são?

O Orador: Médicos sentinela fazem parte de uma rede para nas comunidades identificarem situações de maior vulnerabilidade.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem são?

O Orador: Na Região nunca houve médicos sentinela, com a exclusão de uma médica em Santa Maria. Portanto, nunca houve nenhuma rede de médicos sentinela.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A sua directora regional é que o disse!

O Orador: Iniciámos agora o processo de criar uma rede de médicos sentinela.

Mas como lhe estava a dizer esses médicos não são só específicos para a gripe das aves, são específicos para várias situações que possam acontecer na comunidade e que possam pôr em risco a saúde pública das comunidades.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Baseei-me nas declarações desta senhora!

O Orador: Tudo bem. O senhor deve saber que ninguém nasce a saber tudo...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É a sua directora regional!

O Orador: ... nem quando se começa em determinadas funções se é obrigado a saber tudo. Temos que saber interpretar as coisas quando é conveniente interpretá-las.

Por outro lado, quanto à dose de medicamentos, temos 25 mil cápsulas na Região. A distribuição está perfeitamente esclarecida, como é que deve ser distribuída e a quem deve ser distribuída.

Quanto à outra pergunta sobre o plano, nós adaptámos o plano nacional à Região, por isso é que entrámos na rede e fomos considerados parceiros para entrar na rede do todo nacional desse plano.

Para que é que nós vamos inventar na Região uma coisa que já está feita e estruturada a nível nacional?

Não vale a pena estarmos a fazer coisas na Região se já estão criadas a nível nacional e se já somos reconhecidos com capacidade, com recursos e com condições para integrarmos o plano nacional.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha pergunta é extremamente simples:

Sr. Secretário, é verdade que nós estamos integrados no Plano Nacional de Contingência e Diagnóstico e que por essa razão esse plano, no que diz respeito ao diagnóstico, está ligado ao Instituto Ricardo Jorge. A minha pergunta é muito simples:

A Região tem capacidade ou não de fazer um diagnóstico em tempo útil?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Fernanda Mendes: Como disse no início, a Região tem capacidade de fazer o diagnóstico em tempo útil. Tem dois equipamentos instalados, um no Hospital de Ponta Delgada e o outro no Hospital de Angra, com técnicos que fizeram uma formação específica nessa matéria, que se chama PCR em tempo real.

Portanto, havendo qualquer suspeita, em qualquer momento, o diagnóstico é feito de imediato.

Muito obrigado.

Presidente: Passamos à próxima pergunta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

A próxima questão é sobre médicos estrangeiros.

Vou continuar com a Sra. Directora Maria Teresa Brito.

“Médicos estrangeiros.

Maria Teresa Brito revela que há algumas solicitações feitas por médicos de outros países da Europa, mas a situação está a ser analisada pelo Governo Regional que pretende agendar reuniões com a Ordem dos Médicos e outras entidades oficiais que possam emitir um parecer sobre essa proposta”. E diz que já houve vários contactos nessa matéria.

Eu queria saber, Sr. Secretário, quantos médicos são, qual o país de origem e as respectivas especialidades? Sendo um país da União Europeia, parece-me que é suficiente o diploma ser reconhecido, inscrever-se na Ordem dos Médicos sem mais.

Gostaria que me explicasse as declarações da Sra. Directora Regional nestas vertentes. Peço-lhe que seja preciso.

Quantos contactos foram feitos? Qual o país de origem, respectivas especialidades, idade e obtenção das qualificações profissionais?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dada a escassez de recursos humanos na Região em determinadas especialidades, particularmente medicina geral e familiar, e outras, o Governo Regional tomou algumas iniciativas.

Para além de termos médicos estrangeiros que estão integrados no seu âmbito comum e na sua formação específica, o que é certo é que tomámos conhecimento de que a nível nacional a Fundação Gulbenkian fez e tem uma bolsa de formação para médicos, não só no espaço europeu, mas também extra comunitário, que tem os seus custos de medicina e que em Portugal faz três coisas: primeiro compatibilizar a sua formação com aquilo que é obrigatório nos currículos nacionais; segundo, inscrevê-los na Ordem dos Médicos e em terceiro lugar disponibilizá-los ao Serviço Nacional de Saúde para a sua colocação.

Quando soubemos desta iniciativa contactámos de imediato com o Sr. Ministro da Saúde e com a Fundação Gulbenkian dizendo que a Região estava interessada em estar inserida nessa bolsa e que desses médicos, depois de concluída a sua formação, fosse contemplada com a distribuição de médicos na Região, independentemente das suas especialidades, mas preferencialmente nesta fase de médicos de clínica geral e medicina familiar.

O que é certo é que quando fizemos esta abordagem já o primeiro curso, se assim se pode chamar, já tinha terminado, já tinha sido distribuído pelo Ministério da Saúde, e infelizmente não tivemos ninguém. Mas automaticamente dissemos que no próximo gostaríamos de ser ouvidos e contemplados.

Tivemos a garantia de que no próximo curso a Região iria ser contemplada sob a obrigatoriedade de assumir os encargos que estão estabelecidos pela Gulbenkian, disponibilizando depois esses médicos para a Região.

Estamos a aguardar que esse curso seja feito, que essa formação seja feita de modo a que a Região entre com a sua quota para poder recolher depois esses médicos.

Em paralelo temos uma outra iniciativa com outro país. Os seus cursos de medicina são reconhecidos e são compatíveis com o português e já têm alguma experiência com o nosso país. Estamos a tentar estabelecer um protocolo que seja possível fazer a permuta e colocação na Região dos médicos que tenham especialidades reconhecidas pela Ordem dos Médicos e dentro daquilo que são os currículos das Universidades Portuguesas e da União Europeia.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Médicos, de que país?

O Orador: Da República Checa.

A partir do momento que tenham a sua formação, são reconhecidos. Basta estar inscritos na Ordem dos Médicos, entram em igualdade de circunstâncias com os restantes médicos em todos os concursos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Secretário, mais uma vez o senhor não respondeu. Ou respondeu de uma maneira não cabal às minhas perguntas.

Quando se diz uma coisa é preciso cuidado com aquilo que se diz, sobretudo quando se é uma figura pública e com responsabilidades como tem a Sra. Directora Regional da Saúde.

O que ela diz aqui é que há solicitações de médicos estrangeiros que foram feitas à Direcção Regional da Saúde. Pergunto: quantos são, qual o país de origem, quais as respectivas especialidades, idade e obtenção das qualificações profissionais?

Isto está aqui escrito e não foi desmentido. Este jornal é de 15 de Janeiro.

Quando se abre a boquinha temos que saber o que é que se diz por ela fora, porque isto é grave e cria expectativas nas pessoas.

Há ou não há?

Isto corresponde à verdade ou não?

O senhor não me diz quais são, isto não é verdade.

Sr. Secretário, há uma coisa que se chama a Directiva Europeia de Reconhecimento das Licenciaturas e Especialidades Médicas (o senhor sabe que há para a medicina, para a medicina dentária, etc.) onde estão as especialidades universalmente reconhecidas, a cirurgia, a pediatria, a medicina geral e familiar, etc., e quem, nesse país, na República Checa ou em outro país qualquer da Europa, da França, da Inglaterra, quiser vir para cá, apenas comunica à sua Ordem de origem que se vai deslocar para o país X. Quando chega cá inscreve-se e paga a sua quota. É assim que se faz e eu tenho conhecimento desse processo, por outras funções que tenho e sei como é que se passa. Portanto, é tão simples quanto isto: estes senhores manifestam a sua vontade, a Direcção Regional tem que dizer “venham para cá” e é um processo automático, paga a quota e pronto.

Não tem que haver pedidos de certificação à Ordem dos Médicos. Se são do espaço europeu, haja vontade deles querem vir e haja vontade de os querer cá.

Eu quero saber se estes que pediram, se são da União Europeia, quais são, quantos são e por que é que ainda não estão cá. É tão simples quanto isto, Sr. Secretário. Mais claro do que isto acho que não posso ser.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Que eu tenha conhecimento, a não ser que esteja o processo na Direcção Regional da Saúde e não me tenha chegado, não há nenhum pedido de médicos estrangeiros para vir para a Região.

Todos nós sabemos que a Directiva que está em vigor reconhece a formação dos médicos e que para concorrerem em igualdade de circunstâncias basta estarem inscritos na Ordem dos Médicos. Todos nós sabemos isso e todos nós sabemos que é assim, contrariamente a algumas informações que circulam na comunicação social dizendo que nós condicionamos o acesso aos concursos. Não é verdade, porque todos sabemos quais são as regras por que se regem os concursos.

Sob o ponto de vista da existência ou não de médicos que reúnam os requisitos, quer do espaço comunitário, quer do espaço extra comunitário, como lhe disse, até a este

momento no gabinete não tenho conhecimento de nenhum pedido formulado por nenhum médico. Pode estar na Direcção Regional da Saúde não ter transitado. Portanto, neste momento não tenho nenhuma informação.

Presidente: Srs. Deputados, esgotou-se o tempo relativo às perguntas.

Pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, Representação Parlamentar e um membro do Governo para nos reunirmos rapidamente.

(Pausa)

Srs. Deputados, depois desta breve reunião decidimos suspender os nossos trabalhos e às 17.30 retomamos com a Conta da Região.

Eram 16 horas e 50 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que ocupassem os vossos lugares.

Eram 17 horas e 30 minutos.

O próximo ponto é a **Proposta de Resolução – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2004”**.

Na conferência não foram atribuídos tempos, por isso vamos seguir os tempos normais.

Temos presente o relatório de todas as comissões e também o relatório da Comissão de Economia.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Está presente nesta sessão a Conta da Região Autónoma relativa ao ano de 2004.

A bancada do Partido Socialista considera que a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2004, apresentada hoje, é uma conta que demonstra uma evolução positiva da estrutura financeira da Região.

É uma conta que contempla mais e melhor informação reforçando a trajectória prosseguida nos últimos anos, o princípio de equilíbrio orçamental foi respeitado tendo as receitas efectivas superado as despesas efectivas em 22,1 milhões de euros e é apresentada pela primeira vez uma síntese do orçamento consolidado do sector público administrativo regional.

Relativamente às receitas gostaria de destacar que as receitas fiscais cresceram 14,9% em relação a 2003, ou seja, a região arrecadou mais 63 milhões de receita fiscal que em 2003, sendo a sua taxa de execução de 106,5%.

As despesas de funcionamento cresceram apenas 2,2%, sendo de destacar que as despesas com pessoal cresceram apenas 1,2% em relação a 2003.

Destaca-se ainda no domínio das despesas, que as despesas correntes de funcionamento foram inferiores em 4,43% do valor orçamentado em 2004, isto é, as despesas correntes de funcionamento da Administração Regional realizadas em 2004 foram de 23,452 milhões de euros, inferiores ao valor previsto no orçamento.

Relativamente ao plano de investimentos, com uma execução de 222,1 milhões de euros, coloca este ao nível mais elevado do PMP 2001/2004, com uma taxa de crescimento de 6,1% relativamente ao executado em 2003.

A execução do plano de investimentos da Região em 2004 foi de 81,1%, estando muito próxima de 100% se não considerarmos as dotações do plano que estavam consignadas à receita de reprivatização da EDA e ao não ter recebido os juros bonificados ou relacionados com o crédito bonificado da habitação.

Por grandes objectivos destaca-se, na dinamização do crescimento económico, como actividade da economia regional, a despesa que atingiu cerca de 63,966 milhões euros, ou seja, 28,3%, repartidos pelos sectores agrícola, das pescas, do turismo, da indústria, do artesanato e dos serviços, incluindo também os apoios financeiros ao investimento privado através dos sistemas de incentivos em vigor na Região.

Relativamente aos subsídios esta conta mantém a tendência registada nos últimos anos, do aumento sistemático da percentagem de subsídios com enquadramento legal adequado, o qual ultrapassa os 78%.

Os encargos com o serviço da dívida, no valor de 7,4 milhões de euros, ao não exceder os 25% das receitas correntes do ano anterior, cumpriram o que estava definido na Lei das Finanças Regionais.

A dívida do Fundo e Serviços Autónomos, sem o Serviço Regional de Saúde, registou um decréscimo de 33,5%, relativamente a 2003.

Os encargos assumidos e não pagos pelos serviços simples prestaram uma evolução positiva verificando-se uma redução de 11,4 milhões de euros relativamente a 2003.

Assim, os Deputados do Partido Socialista irão votar favoravelmente a Conta da Região de 2004, dado que foi patente nesta a execução de uma política de rigor das contas públicas e estabilidade orçamental promotora do crescimento económico e do reforço da coesão social dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Da nossa parte, gostaríamos de destacar, em primeiro lugar, o facto de nos encontrarmos a meio do mês de Janeiro de 2007 a apreciar a Conta da Região relativa a 2004.

Há dois exercícios posteriores a esta conta que estamos agora a debater em que teria sido possível acolher determinadas recomendações feitas pelo Tribunal de Contas e teria sido possível corrigir determinados procedimentos, alguns de duvidosa legalidade.

Teria sido possível ao longo destes dois anos uma melhor gestão, ou uma gestão mais adequada na gestão dos dinheiros públicos e isso não foi possível essencialmente porque a actual Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores estipula um conjunto de prazos, designadamente a entrega só até ao final do exercício seguinte e depois 6 meses para emissão de parecer por parte do Tribunal de Contas.

Parece-nos importante destacar esta questão logo no início da apreciação desta conta, porque também por esse motivo e porque entendemos que esta situação não é a desejável, e até porque a nível nacional relativamente à Conta do Estado os prazos são de natureza diferente, entendemos apresentar uma ante-proposta de lei que visa

justamente a correcção destes prazos. Ela deu entrada ontem nos serviços desta Assembleia Legislativa e gostaríamos de fazer aqui o anúncio público desta questão. Portanto, apresentámos uma proposta de lei que justamente revê estes prazos no sentido, em primeiro lugar, de haver uma maior homogeneidade com aquilo que se passa a nível nacional, fazendo antecipar a entrega da conta de 31 de Dezembro do ano seguinte para 30 de Junho do ano seguinte e fazendo recuar a entrega do parecer por parte do Tribunal de Contas do dia 30 de Junho, ou seja, um ano e meio depois após o final do exercício, para 31 de Dezembro e que naturalmente seguirá a tramitação adequada, mas que discutiremos numa das próximas sessões plenárias.

Para além desta questão que nos parece importante destacar aqui, só pelo facto de estarmos realmente dois anos depois a falar sobre algo que se passou em 2004 (obviamente temos que falar é sobre a conta de 2004), falar sobre a Conta da Região parece-nos sempre um momento importante. Estamos aqui, no fundo, a fazer a avaliação daquilo que se passou ao longo de um ano económico e é extremamente importante.

Todos os anos são importantes, mas neste caso concreto, talvez seja mais importante ou interessante pelo facto de terem ficado associados a alguns episódios que todos provavelmente recordamos, pela menos da nossa parte recordamos. Foi uma conta que mereceu as parangonas dos jornais por motivos conhecidos.

Sabemos a consideração que normalmente existe por parte da bancada do Partido Socialista e do Governo em relação ao parecer do Tribunal de Contas, ou às opiniões do Tribunal de Contas, ou à apreciação que fazem da Conta da Região e ao respectivo parecer em relação às considerações que tecem e às recomendações que emitem.

Sabemos que há uma consideração relativa por parte do Partido Socialista, designadamente por parte do Governo. No caso, nós achamos por bem apoiarmo-nos sempre na sua isenção.

Pensamos que é um documento fundamental para a apreciação da conta e, por isso, apoiamo-nos dele integralmente e ligamo-nos a ele de uma forma muito evidente.

No caso concreto e em relação à conta de 2004, tentaremos falar aqui de alguns factos mais relevantes, ou que nós consideramos mais relevantes e o próprio

Tribunal de Contas também considera, já que provavelmente, e sem penalizar muito em termos de tempo nesta Assembleia, poderemos ficar aqui dias e dias a discutir muitas das questões que vêm afloradas no parecer do Tribunal de Contas. Falaremos de algumas, aquelas que consideramos ser mais relevantes.

Começamos, logo à partida, pelo facto desta Conta ser uma conta que evidencia uma despesa corrente que atinge cerca de dois terços do total da despesa pública regional. Aqui, teremos que considerar que, mesmo esta, é a despesa corrente que se encontra à vista de todos, já que existe em nosso entender, e não só, também é do entender do Tribunal de Contas, alguma despesa corrente que eventualmente se encontra encapotada, se encontra sob outras manifestações que levariam a que estes dois terços não correspondessem à realidade e que a despesa pública corrente nos Açores fosse ainda substancialmente maior do que dois terços.

Ora, isso levar-nos-ia a concluir que, acima de tudo, a despesa pública nos Açores está essencialmente virada para a alimentação de uma máquina administrativa e não tanto para a alimentação do investimento que seria necessário, ou pelo menos não seria aquele que desejavelmente seria necessário para promover o desenvolvimento a nível da Região. Daí que este seja um facto que achamos importante aqui destacar neste momento da sua apreciação.

Isto tem a ver também com algo que se associa muito à economia açoriana que é um artificialismo muito evidente que está presente em muitos dos números que depois, ano a ano, vêm cá para fora e que são utilizados pelo Governo na sua acção, deixem-me passar a palavra, de propaganda.

Portanto, há muito artificialismo na economia que decorre justamente deste facto, nem tudo aquilo que é teoricamente investimento é efectivamente investimento. Dizemos nós e diz o Tribunal de Contas. Mas passemos à frente.

Há aqui outra questão apontada por parte do Tribunal de Contas que é importante. O facto de dentro das despesas de funcionamento 75% serem despesas com o pessoal. Três quartos são despesas com o pessoal. Penso que é um número que também deve ficar bem metido na cabeça de todos nós: das despesas de funcionamento, $\frac{3}{4}$ destinam-se exclusivamente a pagamentos de pessoal. É um número importante que nos ajuda a encontrar explicação para muitas questões.

Depois há uma parte que é fundamental. Segundo o parecer que lemos do Tribunal de Contas, os apoios financeiros dados por parte do Governo Regional mais de 20% não têm enquadramento legal ou têm um enquadramento legal inadequado. E as palavras do Tribunal de Contas ou o texto do Tribunal de Contas é demolidor, entendemos nós, porque aquilo que diz o Tribunal de Contas é que pode reflectir uma atribuição discricionária potencialmente violadora dos princípios constitucionais de igualdade, de proporcionalidade, de justiça e de imparcialidade. Vinte por cento dos apoios financeiros dos Açores são potencialmente violadores de quatro fundamentais princípios constitucionais. É grave!

Sabe-se, e o Sr. Deputado José Rego falou há bocado na apresentação que fez, que houve uma melhoria a este nível.

Quando em falo em mais de 20%, concretamente estamos a falar em 21,6%. No ano anterior, em 2003, eram cerca de 23%. Melhorou, mas melhorou pouco, melhorou muitíssimo pouco. Exigia-se neste caso que passasse a zero. Não estamos a brincar para melhorar, estamos a falar em atribuir apoios financeiros e à clareza de atribuir estes apoios financeiros. Não devia ter melhorado pouco, devia ter melhorado totalmente, devia ser zero.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A transparência, e é sempre esta a opinião do PSD, não é uma opção em política.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A transparência em política é uma obrigação e por isso tem necessidade de ser zero.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Acresce ainda, neste caso dos apoios financeiros, e segundo o Tribunal de Contas, com a isenção que lhe é característica, que há apoios atribuídos por diferentes departamentos com a mesma finalidade e, segundo o Tribunal de Contas, “esta é uma situação potenciadora de práticas injustas e discriminatórias, eventualmente existe mesmo a falta de critérios consistentes de atribuição”.

Bom, estamos num plano de total gravidade em relação a toda esta questão e estamos aqui a potenciar situações de injustiça, falta de transparência e que urge, logo que possível, reduzir a zero.

Se o de 2005 reduz a zero, já estaremos bem. Se o de 2006 reduz a zero estaremos um pouco menos bem. É urgente que isto passe a zero.

Um quinto dos apoios potencia práticas discriminatórias e de injustiça. Esta é a verdade da qual não podemos sair.

Quanto à execução do plano duas questões:

O plano foi executado em 81,1%. Esta comparação é feita em relação a uma revisão que já tinha sido feita anteriormente. A capacidade de planeamento do Governo Regional ficou aqui vista. Se tivesse sido em relação àquilo que estava previsto no Plano de Médio Prazo 2000/2004, seria substancialmente menor e escuso-me de referir os números. Os senhores conhecem esse número e já o utilizaram em determinada altura a partir da discussão do plano e orçamento de 2005, penso eu.

Depois há aqui uma outra questão importante. Sessenta e quatro por cento das verbas do plano correspondiam a transferências, a subsídios e a activos financeiros. Segundo o próprio Tribunal de Contas “64% não são investimento da Administração Regional”. Por isso quando falamos que tudo aquilo é investimento, quando o Governo apresenta ano a ano que aquele é o investimento na Região, sabe-se que aquele não é o investimento da Região.

Aqui temos que entrar em linha de conta com uma outra questão, aquela que aparece então à luz do dia e não está sequer encapotada. É que 13% do plano, e isto é importante, refere-se à aquisição de bens e serviços correntes. No ano anterior eram 8,2%. Portanto, subiu de 2002 para 2003.

Segundo o Tribunal de Contas, manifestamente foram despesas correspondentes ao funcionamento normal da Administração. As auditorias do Tribunal de Contas confirmam que são despesas de funcionamento pagas incorrectamente através do plano. Isto é, tal como ano a ano o PSD vem alertando e vem tentando chamar a atenção nesta câmara, e no caso *a priori* nós já sabemos que elas vão existir e sabemos *a posteriori* que elas existiram. Isto é, há no plano despesa de funcionamento e não de investimento e a lata é tanto por parte do Governo Regional

que quando apresenta os seus planos sabe à partida que são despesas de funcionamento.

Depois, temos aqui outra questão que nos parece que é importante: Segundo o Tribunal de Contas a classificação das despesas nem sempre obedece ao regime jurídico do Código de Classificação Económico das Receitas e das Despesas Públicas.

É certo que esta Administração Regional poderá ainda ser considerada nova. Tem 30 anos. Portanto, será ainda uma administração nova e a correr atrás de práticas mais correctas.

É incompreensível, contudo, que numa coisa tão simples, que é aplicar o Regime de Classificação das Receitas e Despesas Públicas, onde está tudo limpinho ali, está tudo tão certinho, existam despesas que nem sempre obedecem à aplicação de um código que é de tão fácil aplicação para quem o manipula. É perfeitamente incompreensível.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Só demonstra que pode haver outro interesse que não o de fazer correctamente as coisas. Podem haver outros interesses desconhecidos do grande público.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Segundo também o Tribunal de Contas o relatório de execução do plano e do orçamento “não reflectem os efeitos no desenvolvimento económico e social da aplicação de verbas, designadamente no sector público empresarial regional”.

Bom, seria obviamente interessante, sempre, conhecermos o que é que está a resultar da aplicação de dinheiros públicos. Quando temos um sector público empresarial regional em ascensão, sabemos, pelo menos no meu caso concreto que já estou aqui há dois anos e já passaram por aqui três ou quatro sociedades anónimas, que é cada vez mais importante nós conhecermos esta avaliação.

Para que é que existe este sector público empresarial regional, designadamente algumas sociedades anónimas que sabemos terem sido criadas com objectivos que não o do desenvolvimento económico e social dos Açores, mas para acudir a situações, designadamente em matéria de endividamento público?

Presidente: Sr. Deputado, o tempo da sua primeira intervenção já se esgotou.

O Orador: Termino no ponto certo. Prossigo numa próxima intervenção, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Deputados Clélio Meneses e Maria José Duarte (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós não duvidamos que o Governo não tenha gasto este dinheiro todo, ou melhor, não gastou todo porque esta é a conta do superavit. Portanto, sobrou alguma coisa nessa conta, mas não duvidamos que as contas estejam bem feitas.

Agora, é preciso, e foi aqui referido que se tinha feito uma melhoria na atribuição de apoios ilegalmente atribuídos, que melhorou um virgula qualquer coisa por cento, o que nos parece manifestamente pouco, ouvir da parte do governo que no futuro estas coisas serão corrigidas.

É certo que algumas têm vindo a melhorar, mas há aqui umas recomendações do Tribunal de Contas, recomendações ainda não acolhidas, que se reiteram e algumas são preocupantes. A título de exemplo:

- “Aprovar legislação que regulamente a totalidade da atribuição de subsídios, tornando os sistemas mais transparentes, de forma a potenciar uma melhor aplicação dos dinheiros públicos.”

Foi feita em 97, em 98, em 99, em 2000, em 2001, em 2002 e em 2003.

- “Identificar, na Conta da Região Autónoma dos Açores, os fluxos financeiros destinados às Empresas Públicas, participadas ou outras”.

Temos 2001, 2002 e 2003.

- “Intensificar o sistema de controlo interno, nomeadamente, no âmbito do acompanhamento dos apoios atribuídos à Administração Regional”.

Esta recomendação vem desde 97.

Julgo que importa ao Governo deixar aqui bem claro o seu esforço e a sua vontade de também não ver reiteradas sempre estas recomendações do Tribunal de Contas. Não fica bem ao Governo.

Portanto, há aqui algumas que são de anos. Queremos saber de futuro, Sr. Vice-Presidente, se vai realmente ter atenção a estas recomendações, porque até agora parece que houve só um pouquinho de atenção.

Há aqui algumas coisas que parece que merecem bastante mais atenção, mais rigor. Digo-lhe mesmo, com toda a franqueza, que julgo que se tivessem acolhido esta recomendação, talvez em 2005 não tivéssemos tido o Fundo de Socorro Social. Não sei se aqueles apoios foram legalmente atribuídos, mas não quero chamar a atenção para isso aqui, porque não é desta conta, mas isso serve para corrigir situações de futuro.

Portanto, é preciso ter cuidado na atribuição de subsídios, na forma como eles são atribuídos, de qualquer natureza, como é que o dinheiro é distribuído pelas secretarias para o mesmo fim, se são distribuídos pelos vários departamentos e se o fim é o mesmo.

O que interessa é o futuro. Queremos todos que tenhamos uma conta o mais transparente possível e que, sobretudo, mereça o mínimo de reparo possível do Tribunal de Contas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se me permitisse eu começaria pelo fim e pelo desafio que foi bem abordado pelo Sr. Deputado Artur Lima.

Diria que o processo de recomendações do Tribunal de Contas é, e conforme foi afirmado publicamente aquando do julgamento desta conta pelo Presidente do Tribunal de Contas, um processo onde a Região tem registado uma evolução extremamente positiva e onde o sentido das recomendações tem vindo a ser acolhido de forma gradual e progressiva.

Evidentemente como tudo na vida, e num processo evolutivo e de desenvolvimento, há sempre recomendações que ano a ano vão sendo acolhidas e pretendemos trabalhar nesse sentido. Penso que 2004 foi um ano muito positivo nesse sentido e 2005 também. O ano de 2006 assim o será e assim sucessivamente, de forma a

acolher não só as recomendações como também a incorporar as novas recomendações que entretanto vão sendo sugeridas.

Esse é um desafio que nós pretendemos ir progressivamente vencendo e que é justo, penso, todos reconhecerem que o mesmo foi publicamente reconhecido pelo Presidente do Tribunal de Contas.

Segundo aspecto:

Uma das questões que o Tribunal de Contas até levanta e foi aqui correctamente abordada pelo Sr. Deputado António Marinho e pelo PSD, é uma coisa que o Governo Regional concorda perfeitamente, ou seja, com a redução do prazo de apresentação da Conta da Região, evidentemente de forma gradual, mas após a conclusão do ano económico e financeiro fazer a entrega da Conta 6 meses depois, para permitir que seja antecipado em 6 meses o julgamento do Tribunal de Contas e consequentemente também a abordagem aqui, acho que é uma proposta realista, concreta e uma proposta que o Governo Regional não vota mas apoia e se a Assembleia assim o entender numa primeira fase e a Assembleia da República numa segunda, estamos perfeitamente disponíveis para acolher. Penso que é um contributo de desenvolvimento desta matéria.

Aliás, na proposta de execução orçamental que será aprovada no próximo Conselho do Governo, nós vamos incluir um conjunto de regulamentação que pretende que os Fundos e Serviços Autónomos, que são as entidades que a CREN consolida na conta, porque com o Orçamento propriamente da Região, penso que fechando o processamento de pagamento na Contabilidade Pública a 31 de Janeiro, nós temos todas as condições para no mês de Fevereiro ou Março, depois da consolidação bancária, apresentar a conta da Região.

O período que mais demora é a consolidação e a apresentação das contas por parte dos Fundos e Serviços Autónomos, e nesse sentido haverá um decreto de execução orçamental de 2007, que posso aqui anunciar, que trará um conjunto de medidas restritivas e de reforço da obrigatoriedade de todos os serviços apresentarem as contas nesse sentido, para ir ao encontro dessa preocupação que é do PSD mas também é do Governo e penso que é consensual de todos e é também algo que do

ponto de vista informal o Tribunal de Contas também nos tinha solicitado, ao qual pretendemos corresponder neste desafio.

Indo concretamente às questões, eu gostaria de começar por dizer que o Governo Regional, quando foi emitida a análise e foi conhecido o relatório, (está no GACS) emitiu uma nota no sentido de se congratular pela evolução positiva que foi reconhecida aquando da sessão pública de julgamento da Conta pelo Presidente do Tribunal de Contas. Fez um elogio bastante significativo à evolução da situação da Conta da Região de 2004 e aos seus enquadramentos em termos de valores e de realidade.

Nesse contexto isso foi reconhecido e é bom que o Tribunal de Contas assim o reconheça.

Evidentemente que existem sempre questões a aperfeiçoar para melhorar, existem questões que, objectivamente, têm, do ponto de vista técnico, interpretações diferentes.

Não se está aqui a pôr em causa a isenção de ninguém, mas há interpretações técnicas que podem e devem ser diferenciadas como foi no parecer que a Região deu sobre as observações feitas. Há interpretações diferentes e que mantemos nalgumas matérias a nossa interpretação. São questões de interpretação técnica, não são questões de pôr em causa a isenção de uma entidade.

Respondendo a algumas questões levantadas pelo Sr. Deputado António Marinho, concretamente, sobre a despesa corrente, se representa 2/3 do total, é verdade que representa 2/3 do total, mas também é bom lembrar que a despesa de funcionamento, em 2004, cresceu 2,1% apenas, e que a despesa com pessoal cresceu, do ponto de vista da execução, apenas 1,1%, muito abaixo do aumento dos vencimentos da Administração Pública e como sinal claro de contenção de um processo de continuação, este caso é referente a 2004 mas continua em 2005, 2006 e nos anos seguintes.

É bom dizer que são 2/3 de despesas correntes porque mais de 80% das despesas correntes são despesas com saúde e educação. Se nós falamos que queremos uma melhor saúde, uma melhor educação e mais investimento nas áreas sociais, isso faz-

se com recursos humanos e recursos humanos fazem-se com despesas correntes. Isso é incontornável, aqui ou em qualquer parte do mundo.

Portanto, não podemos dizer que queremos reforço na aposta na educação, na saúde e nas áreas sociais, por um lado, e por outro lado dizer que não queremos despesas correntes, porque as coisas não se fazem com máquinas. Eu não conheço computadores que dão aulas, nem conheço computadores que analisam um doente e que apoiam os doentes. Quem faz isso são as pessoas e as pessoas implicam despesas correntes do ponto de vista contabilístico e essa é a realidade. Está comprovado que mais de 80% das despesas são feitas na área da educação e da saúde e penso que isso é um sinal de qualidade de vida e não um sinal para criticar, até porque a evolução em 2004, sobre esse aspecto, teve esses valores verdadeiramente residuais.

Em relação à despesa corrente estar encapotada em termos de despesas do plano, acho que há aqui um conceito que se confunde muitas vezes e acho que já discutimos isso aqui várias vezes.

Se não fosse permitido despesas correntes no plano, o classificador económico não permitia nas contas, a partir da 09. Não havia a 01, 02, 03, 04, 05. Ou seja, no capítulo 40, que é onde são inscritas as despesas do plano, não estaria subjacente ao mesmo uma classificação económica em despesas correntes, porque o que se está aqui a confundir é despesa de funcionamento com despesa corrente. São dois conceitos completamente diferentes. Uma coisa é a classificação orgânica e estrutural, outra coisa é a classificação económica subjacente à despesa e quando se confunde capítulo com classificação económica, está-se a falar de dois conceitos diferentes e é natural que o plano tenha 13% de despesas correntes que não sendo de funcionamento, na nossa interpretação, são despesas correntes afectas a investimento. Eu dou um exemplo muito claro:

Se para construirmos uma habitação contratarmos uma empresa, essa empresa vai contratar pessoas para fazer a casa, porque a casa também não se faz com máquinas. Se contratarmos uma empresa toda a gente é de acordo que é despesa do plano. Se contratarmos pessoas para fazer a casa e só para fazer a casa, já não é despesa de investimento? A casa é a mesma e o tipo de despesa é a mesma.

Portanto essa interpretação dúbia, do ponto de vista de confundir despesa corrente, classificação económica com despesa funcional, gera essa interpretação. Sobre essa matéria nós consideramos que as despesas correntes que estão afectas a investimento são despesas de investimento e não despesas de funcionamento.

Em relação à questão dos subsídios, há 7,6% do total dos subsídios que foi considerado que não são subsídios ilegais. Não estamos aqui a falar de ilegalidade de subsídios. Estamos a falar aqui em subsídios que não foram considerados, que tinham identificado o seu devido enquadramento e 14% do enquadramento legal subjacente à sua atribuição foi considerado que era insuficiente ou inadequado. Portanto, não estamos a falar de ilegalidade de subsídios, estamos a falar de um enquadramento identificado na sua atribuição que pode não ser o suficiente, pode não ser o adequado ou pode não ter sido identificado. É uma questão muito diferente.

Nesse campo, o Tribunal de Contas nas suas recomendações e o seu Presidente, reconheceram o esforço da Região em melhorar esse aspecto. Nós já estamos com 78,4% dos subsídios com o devido enquadramento legal.

Eu lembrava que em 95 apenas havia enquadramento para atribuição de apoios na área da comunicação social. Todo esse processo de edifício legislativo que foi feito para enquadrar a atribuição de subsídios e que já leva a que 78,4% tenha o devido enquadramento e a devida regulamentação, foi todo ele feito nos últimos 10 anos.

Evidentemente que se há 10 anos atrás já houvesse enquadramento jurídico para os diversos subsídios, se calhar, já estávamos nos 100%, mas foi um processo que se iniciou há 10 anos. Quer queiram, quer não, essa é a realidade. Isso é uma situação reconhecida, identificada e uma recomendação positiva do Tribunal de Contas.

Outra questão que foi falada: apoios pelos diversos departamentos para a mesma finalidade.

Existem e têm justificação para existirem. Dou só um exemplo que foi identificado no relatório: a reconstrução do sismo de 98.

Houve duas entidades que deram apoios para a mesma finalidade. Está correcto e fizeram bem. A Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos apoiou a construção de casas, a Secretaria Regional da Educação e Cultura da altura apoiou

na reconstrução das igrejas. As igrejas são consideradas investimento na área da cultura, por isso foram apoiadas por um departamento do Governo; as habitações foram consideradas um investimento na área da habitação, foram apoiadas por outro. Portanto, para a mesma finalidade os departamentos foram diferentes, mas considero isso um aspecto positivo e não negativo.

- Execução do plano.

A execução do plano é de 94,7%, após a alteração. E qual foi a alteração?

A alteração foi apenas uma. Esse diferencial entre 81.1 e os 94.7, penso, sinceramente, que tem a ver não com a má capacidade de planeamento ou com a errada capacidade de planeamento, porque 81.1 é até um bom nível de taxa de execução, 94.7 ainda é melhor. E qual foi a diferença entre 81 e 94? Foi o processo de privatização da EDA e foi o facto de em 2004 não se ter executado o processo de reprivatização da EDA, porque o tempo que demorou esse processo a ser apreciado e aprovado em Conselho de Ministros foi muito superior ao que estava inicialmente previsto e por uma razão externa à Região que levou a que o processo de reprivatização da EDA em 94, que aconteceu como todos sabem em 95, gerou precisamente este diferencial na receita e consequentemente no investimento, apenas esse.

Retirando esse efeito que não é responsabilidade da Região, que é externo à mesma, a taxa de execução seria 94.7%. Acho que é uma excelente taxa.

- Sessenta e quatro por cento do plano em subsídios, transferências ou fluxos financeiros para entidades exteriores.

Neste aspecto tenho que perguntar se nos entendemos, porque ainda há poucos dias vi o líder do PSD falar que nos estávamos a aproximar de um sistema soviético e cubano, a criticar o centralismo do ponto de vista de execução, quando 64% do investimento da Região nós delegamos em outras entidades que não directamente o Governo Regional. Não estamos a responsabilizar a sociedade civil. Nós estamos a descentralizar competências, nós estamos a envolver a sociedade civil na participação do processo de investimento e não o contrário.

Portanto, não podemos por um lado nos acusarem de centralismo e de regime soviético e cubano e, por outro lado, nos criticarem quando 64% do investimento é feito através de entidades externas à própria Administração Regional.

- Classificação de despesa.

Eu reconheço a minha capacidade para interpretar de forma perfeitamente objectiva o classificador de despesa pública, durante os anos que exerci funções em inspectivas. Há muita classificação económica que pode ter várias interpretações, quer se queira, quer não, nomeadamente as rubricas residuais, onde o Tribunal de Contas aponta como recomendação positiva em 2004 o facto de se ter reduzido significativamente a existência de classificação económica em rubricas residuais, mas existe. O Código Classificador é demasiado genérico para não permitir diversas interpretações e não é tão fácil querer essa classificação e gera-se diferendos, mas entre estar na 03, na 04 ou na 05 são questões boas para uma análise técnica, são feitas por técnicos, certificadas por técnicos, mas penso que não é uma questão propriamente relevante.

Para terminar esta primeira intervenção, gostaria de dizer que melhorar é sempre o objectivo e apesar de identificarmos aqui muitas situações positivas, evidentemente que existe sempre situações que foram corrigidas em 2005, outras que foram corrigidas em 2006, outras que serão corrigidas em 2007, porque este é também um processo de desenvolvimento e um processo evolutivo. A cada ano fazemos melhor que o ano anterior e isso também é ambição que nos motiva.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego para uma 2ª intervenção.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria fazer dois ou três comentários à intervenção do Sr. Deputado António Marinho. São questões já realçadas pelo Sr. Vice-Presidente, mas gostaria de enquadrá-las.

Relativamente à despesa corrente e ao peso da Administração Pública, o Sr. Deputado tem como eu o peso da Secretaria da Educação e o peso da Secretaria dos

Assuntos Sociais. A área da saúde e a área da educação têm um peso na administração regional muito importante.

Aqui, queria realçar o investimento que se faz na educação e o investimento que se faz na saúde das pessoas. Esse investimento tem o seu retorno bastante elevado, não temos que ter só em conta o investimento em capital, julgo que o investimento nas pessoas deve ser tido muito em conta e verificar qual é o investimento que é feito noutras secretarias e aí poderia dizer que haveria gordura na Administração Pública.

Portanto, estando a Secretaria dos Assuntos Sociais e a Secretaria da Educação, em primazia nesse orçamento, estamos a apostar nas pessoas dos Açores, na sua formação, na sua educação e na sua saúde.

Relativamente aos apoios financeiros não enquadrados, julgo que o Governo do Partido Socialista nestes 10 anos tem tido um percurso de regulamentação e neste mandato já passaram por aqui dois ou três diplomas (lembro) da área do turismo, importantes para a regulamentação de vários subsídios que são dados e que podem não estar devidamente enquadrados, mas o percurso do PS e do seu Governo tem história, uma história altamente positiva nesta matéria.

Relativamente às transferências e subsídios do plano para as outras entidades, gostaria de realçar o papel de algumas rubricas do plano como da Secretaria da Economia que têm a ver com as empresas, os apoios que são dados às empresas e a dinâmica que as empresas criam com o dinheiro que é público no domínio privado.

Portanto, esse investimento é investimento da Região, não deixa de não ser investimento na Região, aplicado nas empresas.

O mesmo acontece num conjunto de transferências ou subsídios para Instituições de Solidariedade Social. Ao fazer-se um lar ou uma creche esse investimento não deixa de ser regional, é um investimento que não é feito directamente pela Administração Pública, mas sim feito por uma entidade. O investimento continua a ser regional.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma vez que há algumas questões que já foram abordadas pelo Sr. Vice-Presidente, optava por falar nelas em primeiro lugar e depois prosseguia um pouco com novas questões que há pouco não tive tempo para expor.

Quando o Sr. Vice-Presidente na evolução da despesa corrente diz que terá evoluído a taxas mais razoáveis, em nosso entender, uma análise consistente e uma análise completa, passaria por conhecer a dimensão exacta do que é a despesa corrente.

Em nosso entender, e no entender do Tribunal de Contas, para conhecer a totalidade, a dimensão global desta despesa corrente, interessava, em primeiro lugar, conhecer alguma que nem nós nem o Tribunal conseguimos descobrir e que provavelmente existe noutros lados. Como sabe, o que nós consideramos é que, com a criação de Sociedade Anónimas, há despesa corrente potencialmente transferida para lá, potencialmente varrida para lá. Mas à parte dessa, há aquela que está no local errado. O Tribunal de Contas dá resposta a uma das questões que o Sr. Vice-presidente colocou. Para isso basta ler nas conclusões do parecer do Tribunal de Contas o que é que diz o ponto 18:

“Cerca de 13% das despesas do plano (28,9 milhões de euros) destinaram-se à Aquisição de Bens e Serviços Correntes e pagamento de Pessoal, registando-se um aumento em relação a 2003 (8,2% - 17,5 milhões de euros). Parte daquele montante, cerca de 20,8 milhões de euros está escriturado em rubricas de Classificação Económica cuja natureza se poderá considerar integrada no funcionamento normal da Administração.

Em auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas, confirma-se que, tanto a aquisição de material e equipamento informático, como encargos com serviços contratados, embora sejam, pela sua natureza e finalidade, despesas de funcionamento, são pagos, incorrectamente, por verbas do Plano de Investimentos.”

Não foi o PSD que inventou isto. O Tribunal de Contas é que o diz.

Quanto aos subsídios, o Sr. Vice-Presidente falava que o Tribunal de Contas colocava não a questão quanto à legalidade. Vamos ler o ponto 12 destas conclusões:

“A atribuição de apoios financeiros, com enquadramento legal (97 milhões de euros), evoluiu positivamente...”, aí está uma boa vitória, “...quando comparada

com 2003, passando de 77% para os actuais 78,4.”, foi aquele valor que passou de 23 para 21,6.

“No entanto...” e aqui é que está o busílis, “... a atribuição de apoios fora da esfera do legalmente estabelecido, (26,7 milhões de euros não indicam o enquadramento legal ou apresentaram-no inadequado), além de discricionária, é potencialmente violadora dos princípios constitucionais da igualdade, proporcionalidade, justiça e imparcialidade”. É o Tribunal de Contas que o diz, não sou eu.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Quanto aos critérios de atribuição de subsídios pelo mesmo departamento, o Sr. Vice-Presidente deu o exemplo das verbas atribuídas para o sismo, dadas pela Secretaria da Agricultura ou pela Secretaria da Habitação e Equipamentos. Vamos ler o ponto 13:

“Existem apoios atribuídos por diferentes Departamentos Governamentais para a mesma finalidade, situação potenciadora...”, é potenciadora e deve ser evitada, “... de práticas injustas e discriminatórias, podendo indiciar a falta de critérios consistentes na atribuição de apoios.”

Estamos a limitarmo-nos a ler o parecer do Tribunal de Contas.

Relativamente a estas questões vamos continuar para ver se eu correspondo à vontade do Sr. Presidente de não prolongar sucessivamente esta intervenção.

Há pouco, quando o Sr. Presidente disse que eu estava no final do meu tempo, disse que terminava no ponto certo. Terminei no ponto certo, porque gostava de iniciar outro e este é um velho conhecido nosso: o problema da dívida.

Por mais discussões que se eternizem (e há tempos tive aqui algumas, mas acho que nunca são suficientes, vamos ter que ter mais e vamos continuar a ter) em função, em minha opinião, de teimosias eventualmente necessárias a quem quer esconder algum jogo, a quem não interessa mostrar o jogo todo, é bom ouvir a palavra do Tribunal de Contas, a palavra de alguém que tem total independência, porque é essa a forma como consideramos o Tribunal de Contas e é essa a consideração que temos e que eventualmente admitimos que não seja partilhada globalmente por este plenário, pode haver (e ao que parece há) quem não partilhe da mesma opinião. Vamos ver o que diz o Tribunal de Contas:

“A Dívida da RAA, no final de 2004, apurada pelo Tribunal de Contas, decompunha-se em duas parcelas: Administração Directa (316,4 milhões de euros), menos 3,5% do que em 2003; e Administração Indirecta (219 milhões de euros, repartidos pelo SRS – 209,1 e pelos FSA – 9,9), mais 31,3% do que do ano anterior. Os encargos assumidos e não pagos dos Serviços Simples, apurados pelo Tribunal de Contas, aproximavam-se dos 41,4 milhões de euros, enquanto os mencionados na Conta da Região totalizavam 10,5 milhões. No entanto, pela informação recebida (não confirmada em auditoria), 139,4 mil euros, 0,9% dos encargos assumidos e não pagos, da responsabilidade da Secretaria Regional da Educação e Cultura, não tinham cabimentação.”

Deputado Clélio Meneses (PSD): Também não houve inspecção!

O Orador: E esta é muito importante: “A dívida do Serviço Regional de Saúde ronda os 209,1 milhões de euros, mais 37,5% do que em 2003 (...) sendo constituída, na íntegra, por encargos assumidos e não pagos. Cerca de 163 milhões de euros (quase 78% do total) foram assumidos sem cabimento orçamental (mais 41,3% do que no ano anterior). A utilização do *factoring* acarretou encargos financeiros, na ordem dos 5,8 milhões de euros (...), respeitando, na sua maioria, 60%, a juros,

A dívida dos Fundos e Serviços Autónomos (sem o SRS) totalizou 9,9 milhões de euros, sendo a bancária de 2,5 milhões, a cargo do IAMA. A dívida a fornecedores (...);

A informação disponível sobre a dívida é, ainda, insuficiente para determinar o contributo da RAA no apuramento do défice do SPA (Sector Público Administrativo), de acordo com o SEC 95 (Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais)...;”

Passamos agora ao ponto 29, que é aquele que eu tenho aqui assinalado com uma setinha que é para nunca me esquecer dele:

“As responsabilidades da RAA na concessão de avales, a 31 de Dezembro de 2004, ascendiam a 279,6 milhões de euros, tendo mais do que duplicado (113,6%) relativamente a 2003. De facto, enquanto a dívida directa se mantém, nos últimos 3

anos, a indirecta quase que triplicou”. Isto não é um comunicado do PSD. É o parecer do Tribunal de Contas!

“Esta situação pode indiciar práticas de desorçamentação e, ao aumentar o endividamento indirecto, contorna a proibição de acréscimo da dívida directa.” Mais uma vez digo: isto não é um comunicado do PSD. É o parecer do Tribunal de Contas!

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: De qualquer forma gostaria de fazer aqui um elogio em relação a esta matéria. Faço um elogio aos meus colegas do Partido Socialista que estão presentes na Comissão de Economia que, na página 12, (engraçado, porque nós julgávamos que a bancada do Partido Socialista e o Governo estavam todos do mesmo lado, mas não estão) indicam, e na altura eu fiz referência a isso, que a dívida indirecta da RAA não é aquela que o Sr. Vice-Presidente diz que é. São 279,6 milhões de euros. Bom, ficámos a saber!

Mas há também que “dar o seu ao seu dono”!

Curiosamente, nos últimos dias, para além dos meus colegas da Comissão de Economia do Partido Socialista, vejo colegas de outras comissões, colegas deputados também do Partido Socialista, admitirem publicamente que há empresas que são criadas (não estou a dizer que são do Governo) para contornar os limites relativos à dívida directa e que servem...

Presidente: Vai ter que terminar, Sr. Deputado, com o elogio.

O Orador: Termino dizendo que são colegas, relativamente a situações de autarquias (é verdade!) que dizem que o endividamento indirecto está a disparar, a dívida indirecta está a disparar. Curiosamente estamos a falar de colegas, não tão poucos responsáveis assim, no caso concreto, colegas do Partido Socialista que se sentam na primeira fila (eu por acaso estou na primeira fila por empréstimo, desta vez) e que admitem isto.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, o senhor corre o risco de ficar sozinho a defender aquela história dos avales.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Muito bem, Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

A partir de agora, dispõe de 3 minutos para cada intervenção.

Muito obrigado pela sua colaboração.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Acho que há aqui uma questão básica e nós temos que nos organizar neste debate, na interpretação que fazemos das coisas, para não gerar aqui discussões estéreis e sem sentido. Penso que não é isso que pretendemos.

Nós não podemos utilizar palavras do relatório como “poderá”, “potencialmente”, “potenciadora” ou “pode”, como situações reais, concretas.

Quando o Tribunal de Contas diz que “poderá”, não está a dizer que houve;

Quando Tribunal de Contas diz que é “potenciadora de”, não está a dizer que isso foi feito;

Quando o Tribunal de Contas diz que “pode”, não está a dizer que existiu.

Pegam nessas palavras e depois chegam à conclusão que aconteceu isso.

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Vice-presidente, desculpe, mas eu li o parecer do Tribunal de Contas!

O Orador: Pois. Mas quando usa a palavra “poderá”, conclui que existiu.

Deputado Jorge Macedo (PSD): A conclusa é sua!

O Orador: O Tribunal de Contas não está a concluir.

Vou apresentar três casos concretos para que essa *nuance* de palavras não leve a conclusões diferentes e para não estarmos aqui a discutir quem é que disse, quem é que não disse e quem é que falou mais ou menos verdade. Não é isso que se pretende, aliás, porque depois entramos aqui em defesas de honra e nunca mais saímos daqui.

Vamos aos casos concretos para vermos qual a diferença entre essa terminologia usada como está aqui no relatório e a conotação que depois dão a essa terminologia:

Quando se diz que a despesa corrente poderá integrar-se no funcionamento, não se está a dizer que a despesa corrente que o Governo executou no plano é de funcionamento. Deram dois exemplos de que seria, mas esses dois exemplos não são

os 13%, são dois casos muito pontuais com serviços contratados e com material informático.

Os 13% “poderá”...

É óbvio que todos concordamos que a despesa corrente poderá ser integrada numa lógica de funcionamento. Não podemos é daí concluir que a despesa corrente que está no plano é a despesa de funcionamento. O Tribunal de Contas não disse isso.

Segunda questão:

Os subsídios que não têm enquadramento legal adequado, ou considera-se inadequado ou não devidamente fundamentado. O que é que o Tribunal de Contas diz?

Potencialmente poderá gerar situações de subsídios que não são atribuídos legalmente. Potencialmente! Não está a dizer que os subsídios atribuídos, os 17, 16 ou 14% que foram atribuídos sem enquadramento legal correcto são ilegais. Estão a dizer que potencialmente podem gerar.

Portanto, não se pode concluir que essa parte dos subsídios é ilegal.

Na parte que gosta de falar – e vamos chegar aqui a um acordo para não perdermos tempo – e que o senhor chama de dívida indirecta, mas para mim é completamente indiferente, podem chamar aval ou o que quiserem, uma coisa é certa e incontornável nesta matéria, esse conceito que em 2004 aumentou em relação a 2005, tem que reconhecer que em 2005 reduziu em relação a 2004, 2006 reduziu em relação a 2005 e isso continuará no futuro.

Deputado António Marinho (PSD): Desacelerou, não reduziu! Use as palavras adequadas!

O Orador: Desacelerou! Eu não sou, não pretendo ser, sempre o dono de toda a razão. Reconheço a razão quando os outros têm, não reconheço quando não têm. Neste caso, a palavra mais correcta é desacelerou ou então reduziu substancialmente o ritmo da sua utilização. Eram cento e tal milhões em 2004, 2006 foram 22 milhões, 2007 será um ano ainda melhor nesse sentido. Portanto, esta matéria, dentro de muito pouco tempo, já não a iremos discutir aqui, porque já não existe sequer do ponto de vista de expressão orçamental.

Portanto, sobre isso, podemos estar todos descansados.

O conceito de endividamento efectivo que nos interessa é o conceito que é definido pelo Eurostat, pelo INE e pela Direcção Geral de Orçamento, que são entidades que têm competência regulamentar sobre essa matéria e a sua identificação. Isso é que nos interessa e, do ponto de vista do compromisso da Região, o mesmo é aquele que está identificado nas obrigações no âmbito da nova Lei de Finanças Regionais que já foi vista numa primeira versão pelo Tribunal Constitucional.

Sobre isso, acho que estamos todos descansados nessa matéria. No passado gerou discussão, mas o processo evolutivo da Região, de 2004 a esta parte, tem vindo a ser substancialmente classificado como evolução extremamente positiva e geradora, com certeza, nesta matéria, de consensos alargados e de interpretações tendencialmente uniformes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às empresas públicas da Região, eu já desafiei mais que uma vez o PSD a ter uma linguagem para a Região igual às suas autarquias. Por mais que uma vez eu disse nesta casa que as empresas públicas, as empresas empresariais do Estado, ou tudo o que há neste domínio, serve para as autarquias do PSD. As da Região não servem para a Região Autónoma dos Açores.

Continuo a dizer que são empresas importantes para o desenvolvimento da Região, quer a transformação do IROA, que aprovámos aqui há pouco tempo, quer no domínio do ambiente, e são instrumentos que estão à disposição do Governo Regional para a satisfação das necessidades da população dos Açores. Face a isso, o mesmo tem sido feito pelo PSD no domínio autárquico.

Relativamente aos avales, também não me queria estender muito mais. Gostaria era que nunca mais lessem só algumas partes do relatório do Tribunal de Contas e houve uma altura em que o PSD chegou a somar a dívida directa com a indirecta, dizendo que era a responsabilidades que o Governo da Região Autónoma dos Açores tinha perante terceiros.

O Tribunal de Contas diz, e é claro na página 123, depois de dizer que duplicou, ...

Deputado António Marinho (PSD): Está a fazer uma afirmação falsa!

O Orador: Não é falsa. O PSD veio uma vez dizer que o Governo dos Açores está a endividar-se de uma forma directa e indirecta e a dívida da Região é tanto, somando tudo. Portanto, para nós, há dívida directa e há dívida em termos de responsabilidades e o Tribunal de Contas é claro na página 123, “esta responsabilidade só se tornará dívida efectiva, no caso das entidades beneficiárias dos avales não honrarem os seus compromissos”.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Brilhante! Chegou a essa conclusão sozinho?!

O Orador: Não cheguei sozinho. Já ouvi afirmado aqui. O PSD é que tentou “espalhar areia” sobre os açorianos a dizer que a dívida da Região era um bolo que não era. Portanto, temos responsabilidades e essas responsabilidades só serão dívida efectiva se essas empresas não corresponderem.

Vimos já no passado que, quer a EDA, quer a SATA, quer outras empresas como a SPRHI, têm cumprido os respectivos compromissos e se estão a cumprir esses compromissos não podemos dizer que a Região está endividada de tal maneira que não pode levantar a cabeça. Não! As empresas que têm tido os avales têm cumprido. A Região tem a sua dívida directa e tudo isso é para, no global, termos uns Açores melhores, satisfazendo as necessidades de todos os açorianos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às últimas palavras do Sr. Deputado José Rego, apenas digo que aprecio o seu esforço para recuperar aquilo que perdeu ao assumir aquilo que assinou no parecer da Conta.

Portanto, teve agora uma tentativa de recuperação. O Sr. Presidente dirá se lhe perdoa ou se não lhe perdoa.

Quanto à questão da dívida, encerrando e tentando cumprir os três minutos, quero apenas chamar a atenção:

Nós estamos aqui, no ano de 2004, com desaceleração ou redução do ritmo de crescimento. Com certeza, que é.

Mas o meu problema, o nosso problema, é muito maior. É que isto, 2004, foi o início da festa. É que a festa está ao rubro. No final do ano passado aprovámos mais uma, aliás, referida pelo Sr. Deputado José Rego. Já foram criadas não sei quantas SA.

Deputado José Rego (PS): Qual é o papel do PSD nesse aspecto?

O Orador: Por isso nós entendemos que devemos alertar (é esse o nosso papel, quer queira, quer não nós iremos dizer sempre isto até que a voz nos doa) que a dívida potencial da Região evoluiu, e de que maneira, a partir daqui.

Nós depois vamos discutir a de 2005 Sr. Vice-Presidente.

Este para nós foi o início da festa.

Finalmente e em boa hora o Sr. Deputado Artur Lima falou nalgumas das recomendações por parte do Tribunal de Contas e por isso também vou dispensar-me de falar agora nelas. Penso que o Sr. Deputado Artur Lima já falou naquelas que eu também consideraria essenciais.

Há 14 recomendações (acho que estes números devem servir para reflectir) que continuam sem ser acolhidas e algumas fáceis, muito fáceis. Por isso, a determinada altura, temos que perguntar, é por desleixo? Deus me livre, eu não quero pensar que seja por desleixo.

Se não é desleixo é porque não têm (porque não querem!) intenção, vontade de acolher algumas das recomendações, algumas tão simples, e que ficam tão mal. Eu diria, ficariam tão mal relativamente a nós próprios, em nossas casas. A um governo fica muito pior. Está a gerir o dinheiro de nós todos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Finalmente, e para tentar cumprir eventualmente menos que os três minutos, Sr. Presidente, embora a novidade seja nula, a não ser para quem se deixou enrolar em declarações, quanto a nós, gratuita e sobrevalorizadora de factos perfeitamente normais, embora talvez não ingénuos, só pelo invocado, isto é, fora toda a despesa que se encontra varrida, que eu nosso entender existe, fora aquela despesa que se encontra eventualmente sob a forma de calotes, uns mais assumidos, outros menos assumidos, há um mito que morre com este parecer do Tribunal de Contas.

Há um mito que morre e passa à história!

Observação nº 38: “A Conta da Região (administração directa, sem Contas de Ordem) encerrou com um saldo positivo de 22.116.248,79 euros...” (lembrem-se o que é isto? Estes 22 milhões de euros? É o superavit!) “... entre a Receita e a Despesa efectiva. No entanto, considerando os encargos assumidos e não pagos...”, isto é, considerando só os calotes que estão à vista, “...aquele saldo passa a negativo em 19.213.477,63 euros”. Isto é, o tal superavit, o afamado superavit, só por causa daquilo que os senhores deviam no final daquele exercício, já era 19 milhões negativos, fora tudo o resto.

O mito morreu! O mito desapareceu!

Obviamente que a Conta da Região de 2004, designadamente em função deste parecer do Tribunal de Contas e da nossa apreciação, só pode merecer uma coisa da nossa parte, que é obviamente a abstenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Afinal não havia superavit!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Havia e há!

Aliás, não somos nós que o dizemos. O Tribunal de Contas disse fundamentais -o, o INE também referiu, o Eurostat, que é a Entidade Europeia Reguladora confirmou, a Direcção Geral do Orçamento também confirmou, toda a gente o diz.

Agora, o que os senhores não podem querer é confundir alhos com bugalhos.

Primeira questão:

Não há qualquer encargo assumido e não pago ilegível e com capacidade de ser processado aqui.

Mais: Os encargos assumidos e não pagos no final de 2004, eram 16,1 milhões de euros. No final de 2003 eram 28 milhões de euros. Desse ponto de vista houve uma redução dos encargos assumidos e não pagos de 11,6 milhões de euros. Porquê?

Este montante, é um montante residual que existe sempre no final do ano. Não é contabilizado e não pode ser, porque não é legível. Nunca foi contabilizado, não é nem nunca será por ninguém.

Dou-lhe um exemplo muito concreto:

Tendo em conta que o ano económico termina a 31 de Dezembro, as facturas emitidas a 31 de Dezembro que carecem de garantia bancária e de confirmação da fiscalização, só estão disponíveis para processamento no final de Janeiro. A Conta fecha, do ponto de vista do processamento, a 5 de Janeiro. Evidentemente o que está aqui é a facturação de Dezembro que é paga no ano anterior, como também está na despesa, a facturação de Dezembro do ano anterior que é paga este ano.

Isso é óbvio, é reconhecido por toda a gente e é assim em toda a parte do mundo.

Mais: Para esta conta o senhor esqueceu-se de uma coisa. O senhor está a fazer essa conta, o saldo final, com os encargos assumidos e não pagos referentes a 2006, não ilegíveis. Já para o saldo inicial do mesmo ano não faz essa conta, porque tinha que retirar. O senhor está a confundir óptica de contabilidade pública com contabilidade nacional.

Se o senhor quiser fazer o saldo – o superavit, se assim quiser chamar – de 22 milhões de euros na lógica da contabilidade pública, que é reconhecida por todas as entidades estatísticas, financeiras, nacionais, internacionais e pelo próprio Tribunal de Contas, até era maior na lógica da contabilidade nacional que o senhor tentou impor para o saldo final, esquecendo de retirar ao saldo inicial os encargos assumidos e não pagos no ano anterior pelo princípio da especialização, que é o que define o princípio da contabilidade nacional, se o senhor quiser fazer a conta por essa lógica, o saldo em 2004 ainda é superior, porque esta rubrica de encargos assumidos e não pagos reduziu substancialmente neste ano e são encargos reconhecidos pelo Tribunal de Contas que não eram possíveis ser processados, logo não ilegíveis no âmbito do conceito de contabilidade pública.

Portanto, não podemos confundir os conceitos, não podemos colocar alhos e bugalhos no mesmo sistema e fazer uma conta, em termos de saldo final, de uma forma e fazer uma conta, do ponto de vista de saldo inicial, de outra.

É esse o equívoco, é essa a questão que evidentemente numa lógica meramente informativa está incluída, mas a conclusão foram os 22 – e não os vou estar a discutir – comprovados e quantificados, verificados e auditados por todas as entidades que têm competência na matéria.

Agora não façam meia conta na lógica da contabilidade pública e outra metade na lógica da contabilidade nacional, ou seja, quando é para subtrair é na contabilidade nacional, quando é para somar, é na contabilidade pública. Assim, não há conta nem processo contabilístico que resista. A razão é muito simples, é que o saldo inicial, se é na sua conta que está a fazer de saldo final, não é de 153 mil euros. O saldo inicial é 27,8 milhões de euros e se somar o saldo inicial, o saldo final já daria 34,8 milhões de euros. Portanto, quer fazer contas na lógica da contabilidade nacional? Vamos a isso com todo o gosto.

Se fizer as contas do princípio ao fim com as regras, o saldo ainda é maior, mas não queremos ir por aí.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para um pequeno esclarecimento ao Sr. Vice-Presidente.

Aquilo não eram as minhas contas. As contas são do Tribunal de Contas.

Portanto, toda essa lição que o senhor acabou de dar – pelos vistos o Tribunal de Contas é ignorante nessa matéria – terá que, ou por ofício ou numa audiência com o Sr. Juiz Presidente do Tribunal de Contas, explicar essas suas contas.

É que as contas não são minhas, são do Tribunal de Contas e eu volto a referir que o Tribunal de Contas diz que “A Conta da Região (administração directa, sem contas de ordem) encerrou com um saldo positivo de 22.116.248,79 euros entre a Receita e a Despesa efectivas. No entanto, considerando os encargos assumidos e não pagos aquele saldo passa a negativo em 19.213.477,63 euros”. Não são as minhas contas. É o Tribunal de Contas que o diz.

Já agora, deixe-me só colocar uma questão:

Se é uma coisa tão evidente e tão normal, por que é que o Tribunal de Contas decide colocar isto como a sua conclusão nº 38? Por algum motivo foi!

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Esse motivo foi as suas declarações entusiásticas de Janeiro de 2005.

Muito obrigado, Sr. Presidente, termino por agora.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para recordar aquilo que o Sr. Deputado António Marinho leu e muito bem. Na conclusão 38, o senhor leu que o Tribunal de Contas afirmou que o saldo da Conta de 2004 foi efectivamente os 22,1 milhões de euros, e eu tive oportunidade de anunciar. Portanto, sobre isso estamos de acordo. O saldo de 2004, de acordo com o que diz o Tribunal de Contas, o INE, o Eurostat e a Direcção Geral do Orçamento foi 22,1 milhões. Estamos de acordo.

Presidente: Muito bem, Srs. Deputados.

Vamos passar à votação desta Resolução da Assembleia, que aprova esta Conta da Região de 2004 que, efectivamente, já vem atrasada.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos agora à **Proposta de Resolução – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de 2005”**.

Os documentos já estão na vossa posse. Também têm o relatório e parecer do Tribunal de Contas e o parecer da respectiva Comissão.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Temos de seguida o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução – “Encerramento dos consulados nos EUA”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou na Assembleia um Projecto de Resolução relativo ao encerramento de consulados nos Estados Unidos da América, apresentando também um pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

A justificação para o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão prende-se com a actualidade do tema, dado que a reforma da estrutura consular portuguesa está em curso e o Governo da República anunciou para o próximo mês a sua decisão final sobre essa matéria e, nesta medida, é politicamente oportuno e temporalmente útil que o Parlamento se possa pronunciar sobre este assunto neste momento, dado que mais tarde já será demasiado tarde.

São estas as razões que justificam o pedido de urgência e o pedido de dispensa de exame em Comissão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão da reforma da rede consular portuguesa é, de facto, um aspecto importante, ainda mais no caso de Portugal, uma vez que, e muita gente não sabe disso, Portugal é um dos países que tem uma das mais densas e maiores redes de representações e de postos consulares pelo mundo fora, isso mesmo comparando com outros países que, tal como Portugal, têm uma grande tradição de comunidades emigrantes.

Estas questões, como qualquer pessoa compreende, estão sujeitas à própria dinâmica das comunidades, das deslocações no âmbito das próprias comunidades e de novos fluxos migratórios. Enfim, tudo isto tem que ser visto com o cuidado, com a

ponderação e com a profundidade que este dinamismo e esta complexidade assim o exige.

Embora o PS reconheça a importância da questão em causa, nós não consideramos o carácter de urgência que o PSD aqui apresenta.

Este assunto, como sabem, em relação à reforma da rede consular, já mereceu várias iniciativas inclusivamente da parte do Sr. Presidente do Governo.

É do conhecimento público que o Governo, e através de iniciativas do Sr. Presidente do Governo, já garantiu, por exemplo, uma óptica solução para o caso do sul da Califórnia, uma solução muito boa para o caso do consulado das Bermudas, e uma solução muito equilibrada e positiva no que diz respeito à zona da nova Inglaterra onde se insere esses dois consulados que o PSD refere na sua proposta.

Atendendo a isso nós consideramos que esta resolução não terá o efeito prático que o PSD representa com a urgência que aqui solicita. Nós vamos ter a possibilidade de no próximo plenário ainda podermos tratar este assunto. Por isso nós consideramos que é oportuno esta resolução baixar à Comissão de Política Geral, ser devidamente estudada e ponderada nessa Comissão face aos desenvolvimentos que estão em causa e, posteriormente, voltarmos a falar neste assunto.

Deputado Clélio Meneses (PS): Isto é uma anedota!

O Orador: A questão é tão simples quanto isso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta questão da rede consular, no nosso entender, e até nas palavras do Sr. Deputado José San-Bento, reveste-se de particular importância. Eu diria até, para uma Região que tem os emigrantes que tem, espalhados pelos 4 cantos do mundo, julgo que esta Assembleia, face ao que se está a passar, devia aprovar este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão e isto, porque também nesta matéria, o Governo Regional esteve em silêncio, durante algum tempo, porque o Governo da República decidiu encerrar consulados e nem ouviu a Região nesta matéria. Nós não fomos

tidos nem achados, nem sequer fomos ouvidos, uma Região que tem emigrantes pelos quatro cantos do mundo.

O Governo Socialista de Sócrates não ouve a Região e prepara-se para encerrar mais não sei quantos.

Era uma boa oportunidade e julgo que esta proposta devia ser aprovada, porque até temos uma Directora Regional das Comunidades, daí a importância que o Governo dá a isto e dá efectivamente, à diáspora.

Portanto, não vejo o incómodo da bancada do Partido Socialista em aprovar isto e quanto mais depressa melhor, já que o Governo da República não nos ouviu, para podermos tentar corrigir algum erro que por aí venha. Como disse e muito bem, da importante rede consular, alguns postos já foram extinguidos, por isso é importantíssimo que esta Assembleia tome também a dianteira nesse processo. Sendo assim, é de toda a conveniência aprovar esta proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A situação que é aqui trazida pelo Grupo Parlamentar do PSD, não vem propriamente gerar uma situação nova. O que pretende é manter aquilo que no fundo pode ser considerado hoje, se me permitem, um direito também da nossa Autonomia.

O nosso povo que está na diáspora, o nosso povo que muitos já defendemos que também deve estar representado nesta Assembleia, o nosso povo dos Açores que está além do mar, tem hoje representação que é feita através do Estado, porque esse poder não está nas mãos da Autonomia, mas nas mãos do Estado.

Portanto, em primeira instância, antes de suspender qualquer um desses serviços, competia ao Estado consultar a Autonomia, ter autorização da Autonomia para podermos nos dar ao luxo, ou ao direito, ou até se achássemos que esse era o melhor caminho, de deixar de ter esse contacto directo com aquele que é o nosso povo emigrado.

Julgo que até é indiscutível se há melhor meios antes de uma posição clara. É que essa representação externa compete aos Açores e aos açorianos e, portanto, é esta Assembleia Legislativa que se pronuncia em primeira instância e por isso mesmo a medida do Governo da República deve ser liminarmente rejeitada até que nós mais ponderadamente tenhamos outra posição. Daí a pertinência, a importância e a urgência desta proposta a qual, obviamente, apoio e escandaliza-me, permita-me o termo, que o Partido Socialista deixe isto passar assim.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A importância desta matéria, sem querer discutir a substância da proposta, porque não é isso que está aqui em causa;

A oportunidade política que tem a ver com o facto do Governo da República estar com o processo de reestruturação da rede consular em marcha, que nenhum de nós sabe dizer com exactidão se terminará na próxima semana, se daqui a 15 dias ou daqui a 3 semanas;...

Deputado José San-Bento (PS): Sabe, e sabe que sabemos!

Deputada Cláudia Costa (PS): Não dramatize!

O Orador: Quando um processo de reestruturação consular está a ser feito, atingindo o âmago da comunidade açoriana em New Bedford e Providence, em dois estados onde há uma fortíssima representação de comunidades luso-descendentes açorianas;

Quando estamos todos cientes da importância destas comunidades para os Açores;

E mais do que isso, quando olhamos para bancadas vazias neste Parlamento e nos lembramos (e quero trazer isto aqui à memória) que está previsto no nosso Estatuto Político-Administrativo a representação de deputados da emigração que nunca foi posta em marcha nem executada, mas o nosso Estatuto dá um fortíssimo sinal político da nossa ligação às comunidades;

Quando o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, e muito bem, faz uma declaração que hoje os jornais publicam, dizendo que “Lisboa tem centrado a sua

diplomacia na relação com o centro da Europa e África desvalorizando a importância dos países onde existem comunidades portuguesas no resto do mundo”, hoje, porque ele está atento e acha que é importante dizer isto depois de visitar comunidades açorianas no Uruguai e na Argentina, a bancada do Partido Socialista que suporta este Governo diz que não é oportuno a Assembleia tomar uma posição política por iniciativa própria em relação a esta matéria.

Deputado António Marinho (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Eu estou indignado e o Partido Social Democrata tem que dar expressão a esta indignação política...

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... perante um incompreensível comportamento do Partido Socialista que não o dignifica, que põe em causa as afirmações do Presidente do Governo Regional e que o deixa isolado neste Parlamento...

Deputada Cláudia Costa (PS): Está enganado!

O Orador: ... numa matéria que devia ser consensual e devia unir todos os representantes do povo açoriano neste Parlamento.

Deputados Alberto Pereira e Maria José Duarte (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Eu faço aqui um apelo, Sr. Presidente, Sr. Deputados e Srs. Membros do Governo, ao Partido Socialista, pedindo, inclusive, um intervalo regimental se necessário for, para, face às posições que estão aqui expressas, reaprecie a sua posição, porque eu estou certo, Sr. Presidente, que o Partido Socialista, concorda com a substância desta proposta, com os termos em que está expressa, isto é, concordará com a manutenção dos actuais consolados em New Bedford e Providence, e que isso torna ainda mais incompreensível aquilo que o Partido Socialista quer aqui fazer usando a sua maioria para chumbar a dispensa de exame em Comissão e o processo de urgência, porque a pergunta que fica é:

O que é que a Comissão de Política Geral vai estudar perante esta resolução?

Tem apenas e só isto, e permita-me Sr. Presidente que, usando da benevolência de V. Exa., possa ler o que diz a resolução:

Que a Assembleia Legislativa se pronuncie por iniciativa própria nos seguintes termos:

“1. A representação externa de Portugal nos Estados de Massachusetts e Rhode Island deve manter-se através dos actuais consulados de New Bedford e Providence.
2. Desta posição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deve ser dado imediato conhecimento à Assembleia da República e ao Governo da República”.

É tão só isto que está aqui no Projecto de Resolução, mas esta resolução tem um significado político profundo e o vosso gesto, Srs. Deputados da maioria socialista, também tem um significado político profundo do qual não deixaremos de tirar consequências.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS/PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pensei que tivesse sido claro naquilo que referi há pouco.

É preciso que se diga que nós estamos aqui a falar de um pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão que o PS não concorda com a sua urgência. Como tal, nós achamos que esta matéria deve descer à Comissão de Política Geral.

Digo-lhe mais, Sr. Deputado, o Partido Socialista ponderou, está muito ciente, tem uma visão. Nós conhecemos as sete representações consulares nos Estados Unidos, abrangendo seis Estados da federação americana, com cerca de 327 mil inscritas no conjunto desses consulados.

O senhor não teve esse prazer, mas por exemplo, eu, o Sr. Deputado Sérgio Ferreira, o Sr. Deputado Cláudio Lopes e o Sr. Deputado Bolieiro que, infelizmente, não está presente, tivemos oportunidade, no passado mês de Março, junto do Cônsul Geral de São Francisco, conversarmos sobre a representação consular e é bom que fique claro que faz todo o sentido a Comissão de Política Geral ponderar e analisar essa questão, porque ela tem que ser vista no conjunto das representações consulares que têm a ver

com as comunidades portuguesas nos Estados Unidos e nós achamos que essa ponderação deve ser feita e é muito relevante.

Eu não vou antecipar essa discussão, não vou dizer por exemplo, que temos assegurado a abertura de um posto consular no sul da Califórnia, numa zona que ficava a 8 horas de distância de um consulado e que agora temos aqui a possibilidade de falar de uma reestruturação de uma rede consular em que mantém cerca de meia hora de distância um outro consulado num Estado ao lado.

Há aqui questões, Sr. Deputado, que os senhores tentam fazer evitar, introduzem aqui um tom demagógico, fazem apelos aos anjinhos, mas nós estamos aqui para, frontalmente reafirmar que o PS vota contra o processo de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos votar o pedido de urgência.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa Agenda da Reunião: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório final por parte da Comissão Eventual de Revisão do Estatuto Político-Administrativo da RAA”.**

Este pedido de urgência é subscrito pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e Representação Parlamentar do CDS/PP.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Votemos de seguida o **Projecto de Resolução – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório final por parte da Comissão Eventual de Revisão do Estatuto Político-Administrativo da RAA”**.

Este projecto tem um artigo único para ser apresentado o relatório até ao mês de Junho de 2007.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Há pouco esqueci-me de referir, mas informo que vou colocar um despacho no Projecto relativo aos consulados para baixar à Comissão de Política Geral.

Passamos ao último ponto, a Proposta de Deliberação apresentada pela Mesa da ALRAA que diz o seguinte:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores declara findo o período legislativo de Janeiro de 2007”.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Boa noite, Srs. Deputado.

Bom dia de amigos.

Eram 19 horas e 20 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Abílio Lopes Pereira

Jorge Alberto da Costa Pereira

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral

Partido Social Democrata (PSD)

José Manuel Cabral Dias Bolieiro

Luís Henrique da Silva

Documentos entrados

Relatório e Parecer da Subcomissão da Comissão Permanente de Economia sobre o Projecto de Proposta de Lei que ”estabelece as bases do ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e define os princípios reguladores das actividades da pesca e da aquicultura nessas águas – PCM (MADRP)”

A Subcomissão da Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 23 de Janeiro de 2007, na Sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, a fim de apreciar e dar parecer sobre o Projecto de Proposta de Lei que ”estabelece as bases do ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e define os princípios reguladores das actividades da pesca e da aquicultura nessas águas – PCM (MADRP)”.

Capítulo I

Enquadramento Jurídico

A apreciação do presente projecto de Decreto-Lei enquadra-se no disposto no n.º 2 do artigo 229.º, da Constituição da República Portuguesa, e na alínea i) do artigo 30.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 61/98, de 27 de Agosto.

Capítulo II

Apreciação na Generalidade e Especialidade

O presente projecto visa estabelecer as bases do ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e define os princípios reguladores das actividades da pesca e da aquicultura nessas águas.

As profundas alterações socio-económicas ocorridas nas últimas décadas originaram um conjunto de utilizações dos recursos hídricos que introduziram alterações no meio, causando o empobrecimento e a fragilização das comunidades aquáticas. Ao mesmo tempo aumentaram as actividades de contacto com a natureza e com o meio rural, entre as quais a pesca.

As particulares características da Região Autónoma dos Açores aconselham a adopção de medidas que visem a conservação e protecção das espécies piscícolas nas águas interiores, potenciando actividades como a pesca desportiva, enquanto contributo para o desenvolvimento turístico das ilhas onde a prática daquele desporto é possível.

A diferente natureza das massas de água interiores existentes na Região Autónoma dos Açores quando comparadas com as continentais, aconselham á existência de um regime específico de gestão sustentável dos seus recursos aquícolas.

Na Região Autónoma dos Açores está a ser preparada a revisão do actual quadro legal e regulamentar, numa perspectiva de reforço das medidas cautelares à preservação e melhoria da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores da Região e da sua qualidade, tendo designadamente em conta os novos instrumentos legais e de planificação entretanto aprovadas.

A Subcomissão deliberou, por unanimidade, nada ter a opor a este diploma e atendendo às especiais características das massas de água interiores e dos recursos aquícolas dos Açores, a Região deve proceder, no uso das competências legislativas previstas na alínea e) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo e na alínea g) do artigo 165.º da Constituição da República, ao desenvolvimento da Lei de Bases ora proposta.

Horta, 23 de Janeiro de 2007

O Relator, *Henrique Ventura*

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade

O Presidente, *José de Sousa Rego*

Listagem da correspondência

1 – Requerimentos:

Assunto: Os Constrangimentos Provocados nas Flores pelo Transporte Aéreo

Autor: António Maria Gonçalves (PSD)

Data de Entrada: 07.01.23

Referência: 54.03.08 – N.º 216/VIII.

2 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: Empreitada de Reabilitação do Troço de Estrada Regional n.º 1-2ª, entre o Alto das Manadas e o Cruzamento do Valdemiro

Autores: José Bolieiro e António Pedro Costa (PSD)

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 06.11.22

Referência: 54.03.02 – N.º 203/VIII.

3 – Diários

Consideram-se aprovados os Diários da Sessão Plenária n.ºs 38, 39, 40, 41 e 42, bem como os suplementos aos Diários n.ºs 23, 24 e 25.

REQUERIMENTO

Os constrangimentos provocados nas Flores pelo transporte aéreo

A insularidade da ilha das Flores agudiza-se na época de Inverno. E chega a atingir patamares insuportáveis, quando os governantes responsáveis pelo bom funcionamento das empresas fornecedoras do serviço de transporte público se demitem das suas responsabilidades.

Os florentinos sofrem os efeitos do afastamento da sua ilha em relação aos centros onde funciona o poder governamental.

Na corrente época de Inverno, os florentinos têm visto a sua qualidade de vida degradar-se, porque as ligações de e para a longínqua ilha das Flores com as ilhas mais centrais da nossa Região têm sido prejudicadas pelo mau tempo e ainda pelas falhas nos transportes aéreos de pessoas e mercadorias.

Nos dias 16, 17 e 18 do corrente mês de Janeiro, a SATA cancelou os voos programados para a ilha das Flores, devido às más condições atmosféricas. E disso ninguém pode ser culpado!

Mas, no dia 19 deste mês, muitos passageiros florentinos continuaram a ficar retidos na ilha do Faial, já que não tiveram lugar no voo extraordinário então programado.

Para além disso, e frequentemente, nos últimos tempos, passageiros que chegaram às Flores, não foram acompanhados da sua bagagem ficando privados da mesma por dois e três dias.

Situação demonstrativa é o facto de, passado um mês após o Natal, continuarmos a receber nas Flores, postais de Boas Festas. Graças à falta de eficácia dos CTT e dos transportes aéreos.

Há situações de express-mail dirigido às Flores que chega ao seu destino com um atraso de três a quatro dias.

O pescado, fruto do labor dos florentinos, não consegue ser exportado porque não tem lugar nos aviões da SATA.

Na última semana, mais de 150 kg de pescado foi pura e simplesmente posto ao lixo porque não conseguiu sair da ilha.

Esta é a realidade que os florentinos continuam a sofrer no dia a dia.

Esta é a realidade do viver ilhéu dos florentinos na “ilha da Coesão” que o poder regional assim denominou.

São estes os constrangimentos que a débil economia das Flores tem de suportar e superar.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais, o Deputado abaixo assinado requer ao Governo Regional a seguinte informação:

1 - Tem ou não o Governo Regional conhecimento das dificuldades que os florentinos estão a enfrentar nesta época de Inverno em relação ao transporte aéreo entre esta ilha e o resto do arquipélago?

2 - Se o Governo Regional tem conhecimento das dificuldades no transporte aéreo de passageiros e de mercadorias de e para as Flores, o que tem feito ou pensa vir a fazer para ultrapassar esta dificuldade e repor a normalidade neste sector fundamental para quem vive e faz a sua vida nesta Ilha Açoriana?

Flores, 23 de Janeiro de 2007.

O Deputado, António Maria Gonçalves

ASSUNTO: ENVIO DE REQUERIMENTO N.º 203/VIII - EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DO TROÇO DE ESTRADA REGIONAL N.º 1-2ª ENTRE O ALTO DAS MANADAS E O CRUZAMENTO DO VALDEMIRO

Encarrega-me s. Exa., o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao requerimento n.º 203/VIII, subscrito pelo Senhor Deputado Mark Marques, do Partido Social Democrata.. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos informa o seguinte:

O anúncio do concurso público da “Empreitada de reabilitação do Troço de Estrada Regional n.º 1-2ª., entre o Alto das Manadas e o cruzamento do Valdemiro”, foi publicado a 1 de Setembro de 2005, no Diário da República, n.º 168, III série, posteriormente rectificado por aviso publicado a 12 de Outubro, no Diário da República n.º 169, III série. A empreitada foi adjudicada em 20 de Fevereiro de 2006, pelo valor de € 2 771 876,50 (c/ IVA) e com um prazo de execução de dezoito meses, tendo sido consignada em 22 de Março de 2006.

Os melhores cumprimentos

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

A Redactora: *Maria da Conceição Fraga Branco*